

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2016**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB**

**Tony Winston/Agência Brasília**



Sumário

[**I. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 3**](#_Toc478141837)

[**II. CENÁRIO MACROECONÔMICO 6**](#_Toc478141838)

[**III. PERFIL DA COMPANHIA 6**](#_Toc478141839)

[**IV. NEGÓCIOS DA COMPANHIA 8**](#_Toc478141840)

[**V. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO 19**](#_Toc478141841)

[**VI. GESTÃO DE PESSOAS 23**](#_Toc478141842)

[**VII. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL 24**](#_Toc478141843)

[**VIII. PERSPECTIVAS EMPRESARIAIS 26**](#_Toc478141844)

[**IX. AUDITORES INDEPENDENTES 27**](#_Toc478141845)

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2016**

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e Senhoras Acionistas,

De acordo com a legislação vigente e com as disposições estatutárias, temos a honra de apresentar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB e os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

O ano de 2016 foi para a Companhia, mais uma vez, um período de grandes desafios e também de oportunidades.

A CEB ainda é uma organização em pleno processo de transformação. De certa forma, a Companhia está passando por um processo de depuração inevitável, mas construtivo.

Os principais desafios, em 2016, ainda estiveram relacionados com a CEB Distribuição S.A., tais como a redução dos custos e despesas operacionais; diminuição da elevada alavancagem; redução das fraudes e ligações clandestinas, buscando elevar a receita de venda de energia; melhoria da Base de Remuneração Regulatória para o 4º Ciclo de Revisão Tarifária que ocorreu em outubro de 2016, garantindo uma tarifa mais adequada e mais justa em relação aos investimentos realizados; além da preparação da Distribuidora para as transformações inexoráveis em termos tecnológicos, bem como para as novas e crescentes mudanças regulatórias.

Outra conquista importante foi conviver e superar um contexto macroeconômico hostil. De fato, o PIB atingiu apenas 0,5% em 2014, seguido de retrações correspondentes a -3,8% em 2015 e -3,6% em 2016, levando o Brasil a conviver com mais de 12 milhões de desempregados. Essa combinação de recessão com inflação elimina empregos e corrói o poder de compra, o que aumenta, inclusive, o número de pessoas que vive na miséria.

A crise, em última instância, se disseminou por todos setores: na segurança; na educação; na saúde; e nas contas públicas dos três níveis de governo.

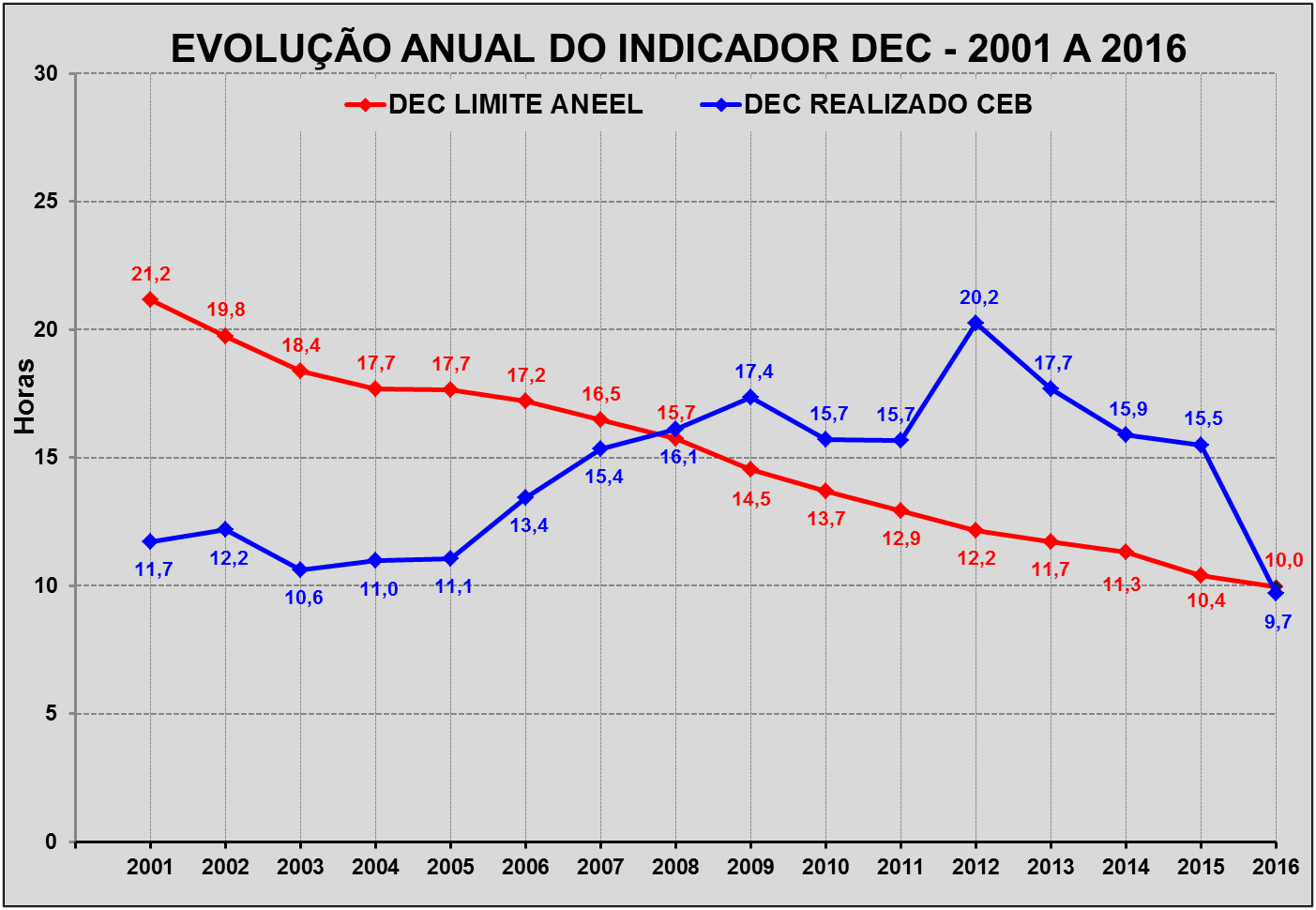
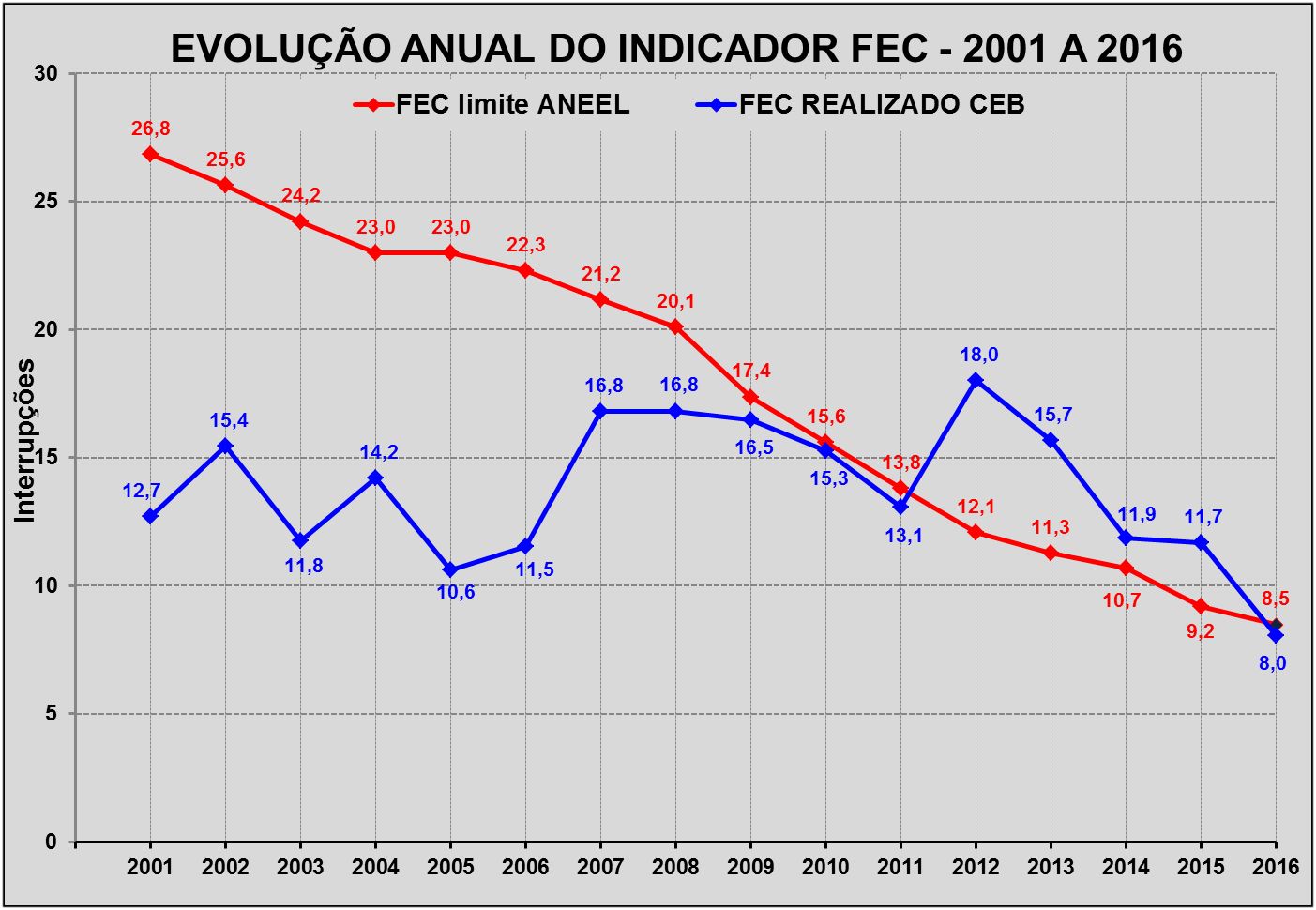
A consequência mais direta deste cenário macroeconômico para o negócio CEB Distribuição S.A. foi a redução no consumo de energia na sua área de concessão, ao diminuir de 6.084 GWh em 2015, para 6.046 GWh em 2016. Essa queda só não foi maior porque o número de unidades consumidoras aumentou 1,4% em 2016.

Em termos de oportunidades, a Distribuidora conseguiu registrar melhorias importantes, sobretudo na qualidade do serviço, no relacionamento com o seu consumidor e na situação econômico-financeira.

A qualidade do fornecimento do serviço de energia elétrica é mensurada e monitorada pela ANEEL por meio de dois principais indicadores: o DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidades Consumidoras e o FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidades Consumidoras. O primeiro indica o número de horas que um consumidor fica sem energia elétrica e, o segundo, quantas vezes houve interrupção de energia elétrica para a unidade consumidora.

Tanto para o DEC como para o FEC, concluimos o ano de 2016 atendendo os limites estabelecidos pelo Regulador e com os melhores resultados obtidos desde que os indicadores em consideração foram criados em 2001. Trata-se de um fato inédito!

Os gráficos seguintes mostram a evolução destes indicadores nos últimos 16 anos:

Por outro lado, o foco no relacionamento com o cliente foi um dos principais pilares que direcionaram as ações transformadoras da CEB Distribuição S.A.. Nesse sentido, a Empresa investiu na otimização do atendimento prestado pelos empregados que lidam diretamente com o consumidor. Palestras de sensibilização, treinamentos específicos e provas de conhecimento foram realizadas com os atendentes do *Call Center* visando a eliminação de imperfeições no atendimento por meio de telefone, tornando o processo mais ágil, cortês e eficiente.

Essas melhorias foram percebidas pelos nossos consumidores e provocaram uma redução substancial do volume de reclamações encaminhadas aos vários níveis de atendimentos disponibilizados pela Distribuidora e, inclusive, na Ouvidoria da ANEEL.

Isso mostra que o consumidor quando procura nosso teleatendimento resolve, de fato, sua demanda. É também um indicador que mostra o grau de confiabilidade, de segurança e de maturidade do nosso atendimento. O consumidor, por sua vez, confia que o seu problema será resolvido.

Como se pode observar, não obstante as dificuldades decorrentes do contexto macroeconômico, a Administração não mediu esforços para dar nova dimensão à Companhia buscando, assim, o melhor desempenho na CEB Distribuição S.A. mas, também, em todos os seus negócios.

Nesse contexto, é relevante destacar que em 2016 mais de 75% das distribuidoras apresentaram algum nível de sobrecontratação de energia. A CEB Distribuição S.A. foi uma das mais sobrecontratadas.

Dentre as causas que produziram tal situação destacam-se a retração econômica e os aumentos tarifários ocorridos em 2015 para compensar as perdas ocasionadas pela redução artificial das tarifas promovida pela Medida Provisória nº 579/2012, causando uma forte diminuição no consumo de energia elétrica nos mercados das distribuidoras em geral, assim como na CEB Distribuição S.A..

Tal redução no consumo, já em 2015 e com agravamento em 2016, causou os excedentes de energia contratadas pelas distribuidoras, superando o limite regulatório de 5% de sobrecontratação, para o qual há mecanismos de compensação.

De fato, as sobras de energia da CEB Distribuição S.A. em 2016 foram de 16,27% em relação ao total de energia contratada que, após o desconto do limite regulatório (5% do mercado verificado), resultou na sobrecontratação de 1.020 GWh, representando 12,1% da energia contratada pela Distribuidora. Após as ações gerenciais implementadas em 2016, este percentual de sobrecontratação foi reduzido para 9,5%.

No processo do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica ocorrido em 2016, o Órgão Regulador considerou toda sobrecontratação no cálculo das tarifas. Parte destas, relativa ao excedente de 5%, no valor de R$ 65,2 milhões, foi provisionado como Passivo Financeiro – Sobrecontratação, em função das incertezas sobre o acolhimento da alegação de involuntariedade pela ANEEL, cuja decisão ocorrerá em 2017.

Ainda assim, concluímos o ano de 2016 com a certeza e a plena convicção de que fizemos o máximo para contornar o contexto empresarial desfavorável. A tabela subsequente mostra o EBTIDA (LAJIDA) alcançado nos exercícios de 2014, 2015 e 2016:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **R$ (Mil)** | **2014**  **Reapresentado** | **2015**  **Reapresentado** | **2016** | **Δ (2016/2015) (R$)** |
| **Receita Operacional Líquida** | **1.993.488** | **2.396.004** | **2.110.343** | **(316.860)** |
| **Custo/Despesa Operacional** | **1.997.709** | **2.106.025** | **1.920.051** | **(185.974)** |
| **EBITDA** | **(17.815)** | **289.979** | **190.292** | **(99.686)** |
| **Lucro Líquido/Prejuízo Consolidado** | **(150.080)** | **49.300** | **133.693** | **84.393** |
| **Investimentos** | **80.179** | **78.676** | **88.341** | **9.665** |
| **Patrimônio Líquido** | **348.382** | **781.603** | **846.476** | **64.873** |

Apesar do exercício de 2016 ter sido iniciado sob o signo da incerteza e de grandes transformações no setor de energia elétrica – Mercado Livre; Geração Distribuída; Sobrecontratação; 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica; e outros – a Distribuidora conseguiu registrar uma boa *performance* empresarial. Assim, foram alcançados resultados expressivos nas áreas de qualidade e atendimento ao consumidor, bem como do ponto de vista econômico-financeiro.

Embora se verifiquem evidências inequívocas de melhorias operacionais e econômico-financeiras, ainda temos muito o que evoluir nos próximos anos. E serão continuamente melhorados!

As expectativas para o ano de 2017 são positivas pelos seguintes razões principais: a melhoria do deficit fiscal, receitas maiores que os custos e despesas operacionais começa, de fato, a acontecer ao longo de 2017, em função das decisões que vêm sendo tomadas; injeção de capital com a venda de participações societárias detidas pela CEB *Holding* em empresas de geração de energia elétrica, autorizadas pela Lei Distrital nº 5.577/2015; cumprimento rigoroso dos compromissos e obrigações do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL, prorrogado em dezembro de 2015; criação de condições para o atendimento das metas de DEC e FEC, bem como as de sustentabilidade econômico-financeira; realização de investimentos no volume necessário para eliminar o *gap* existente; e, ainda, a redução do serviço da dívida que é muito elevado.

Finalmente, a Companhia Energética de Brasília – CEB não poderia deixar de agradecer aos seus consumidores, fornecedores, acionistas, colaboradores, entidades de classe e à população do Distrito Federal pela confiança depositada em sua gestão, ao tempo que reafirma seu compromisso de continuar prestando os serviços de energia elétrica com qualidade e confiabilidade, tarifas justas, inovação tecnológica, ética e transparência.

**ARI JOAQUIM DA SILVA – Presidente da Companhia Energética de Brasília – CEB**

**FRANCISCO AURÉLIO SAMPAIO SANTIAGO – Presidente do Conselho de Administração**

### CENÁRIO MACROECONÔMICO

Segundo o Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, da FGV, o ano de 2016 foi o terceiro ano da mais grave e duradoura recessão jamais experimentada pelo Brasil nos últimos 100 anos.

Lamentavelmente, as expectativas do início do ano se confirmaram: foi um exercício de contínua deterioração econômica e de grande instabilidade política.

A este cenário sombrio no ambiente doméstico somou-se uma conjuntura internacional preocupante com vários mercados apresentando desaceleração econômica e recorrendo, cada vez mais, a medidas protecionistas que estão afetando os níveis do comércio internacional. O PIB, em 2016, novamente sofreu contração, apresentando uma redução -3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O desemprego passou de 9,0% em dezembro de 2015 para 11,9% no final do exercício de 2016, enquanto o deficit primário acumulado no ano alcançou 1,3% do PIB em 2016, frente a um deficit de 0,6% no mesmo período de 2015.

O deficit em conta corrente, por sua vez, segue diminuindo, em função da contração da atividade econômica. Já o deficit nas contas externas caiu de 3,3% do PIB em 2015 para 1,1% do PIB em 2016.

A inflação alcançou 6,29% em 2016 e o BACEN reduziu os juros para 13,75%, em dezembro do mesmo ano.

O dólar terminou o exercício de 2016 cotado a R$ 3,25, abaixo dos R$ 3,96 registrados em dezembro de 2015, e o país apresenta reservas internacionais da ordem de US$ 370 bilhões.

Apesar do Brasil estar mergulhado na recessão e com mais de 12 milhões de desempregados, existe um certo otimismo com relação ao futuro próximo. Há expectativas de que o mercado de ações volte a um novo círculo virtuoso de crescimento, podendo chegar a 100 mil pontos no ano de 2017.

Por outro lado, o Governo tem encaminhado medidas para melhoria da economia. Dentre elas, destacam-se a liberação de R$ 43 bilhões oriundos de contas inativas do FGTS, com o objetivo de injetar dinheiro no mercado; a promulgação do Proposta de Emenda à Constituição – PEC do teto de gastos públicos federais ocorrida em dezembro de 2016, limitando-os à inflação apurada no ano anterior por um período de vinte anos, representando importante contribuição para o equilíbrio das contas públicas; além do projeto de reforma estrutural relativa à Previdência que ocupará a agenda do Congresso em 2017, posto que os gastos saltaram de 0,3% do PIB, em 1997, para projetados 2,7%, em 2017, caracterizando um desequilíbrio crescente; bem como a reforma trabalhista, visando a modernização das relações de trabalho, uma vez que a Consolidação das Leis do Trabalho remonta à década de 1940.

### PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia Energética de Brasília – CEB originou-se da Companhia de Eletricidade de Brasília, criada em 16 de dezembro de 1968, oriunda do Departamento de Força e Luz – DFL da Novacap.

No início da década de 1990 a CEB passou a investir em novos negócios, obtendo concessão de gás canalizado em 1993 bem como participação em consórcio de aproveitamento hidrelétrico, em 1994. No ano de 2006, atendendo ao disposto na Lei nº 10.848/2004 e na Resolução Autorizativa nº 318/2005 – ANEEL, a CEB foi submetida a uma reestruturação societária, passando, respectivamente, as concessões de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal e de gerações das Usinas Hidrelétrica do Paranoá, Termelétrica de Brasília, e da Usina de Queimado (parte da CEB no Consórcio Cemig/CEB), para as empresas CEB Distribuição S.A., CEB Geração S.A. e CEB Participações S.A..

Dessa forma, a Companhia tornou-se controladora de empresas nos ramos de distribuição e de geração de energia elétrica, tendo também participações em empresas coligadas, controlada em conjunto e ligada.

**Estrutura Societária**

A Companhia Energética de Brasília é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976), tendo por órgão fiscalizador de suas ações mercadológicas a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desde seu registro na entidade, em 4 de julho de 1994.

Em atendimento à orientação da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BM&FBOVESPA), por intermédio do Ofício nº 041/2007 – SEO, de 15 de março de 2007, a CEB, após decisão tomada na 45ª Assembleia Geral Ordinária, agrupou suas ações, a partir de 18 de junho de 2007. Dessa forma, foi adotada a cotação unitária, passando o seu capital social a ser representado por 9.183.458 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 4.576.432 ações ordinárias, 1.313.002 ações preferenciais classe A e 3.294.024 ações preferenciais classe B.

Em 23 setembro de 2015, a 89ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE homologou o aumento de capital da CEB em R$ 223.969.190,00, mediante as subscrições particulares de 2.607.746 ações ordinárias e de 2.625.179 ações preferenciais Classe B.

Atualmente, o capital social da CEB, no montante de R$ 566.025.355,62 (quinhentos e sessenta e seis milhões, vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), apresenta a seguinte composição:

**Composição Acionária (Controlador)**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Acionistas** | **Ações Ordinárias** | | **Ações Preferenciais** | | **Ações Totais** | |
|  | **Qtd** | **%** | **Qtd** | **%** | **Qtd** | **%** |
| **Governo do Distrito Federal** | **6.696.418** | **93,21** | **4.865.691** | **67,28** | **11.562.109** | **80,20** |
| **Outros Acionistas** | **487.769** | **6,79** | **2.366.505** | **32,72** | **2.854.274** | **19,80** |
| **Total** | **7.184.187** | **100,00** | **7.232.196** | **100,00** | **14.416.383** | **100,00** |

**Referência: Composição Acionária em 31 de dezembro de 2016.**

**Organização Societária**

**Dados Econômico-Financeiros Consolidado**

| (R$ Mil) | 2015  (Reapresentado) | 2016 | Δ  (R$ Mil) |
| --- | --- | --- | --- |
| Receita Operacional Bruta | **4.001.658** | **3.525.642** | **(476.016)** |
| Receita Operacional Líquida | **2.396.004** | **2.114.554** | **(281.450)** |
| Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos | **105.064** | **99.931** | **(5.133)** |
| EBITDA (LAJIDA) | **289.979** | **190.292** | **(99.686)** |
| Lucro Líquido/Prejuízo Consolidado | **49.300** | **133.693** | **84.393** |
| Patrimônio Líquido | **781.603** | **846.476** | **64.873** |

**Fonte: Demonstrações Contábeis da Companhia Energética de Brasília.**

Com relação à receita de Faturamento ao Consumidor, que evidencia a energia elétrica fornecida, houve crescimento de 3,1%, evoluindo de R$ 3.224.448 mil, em 2015, para R$ 3.324.987 mil em 2016.

Por sua vez, os Custos e Despesas Operacionais, que em 2016, sofreram vários ajustes não recorrentes, caíram 8,8%, ao involuirem de R$ 2.106.025 mil em 2015, para R$ 1.920.051 mil em 2016.

O Lucro Consolidado atingiu R$ 133.693 mil no exercício de 2016, representando um aumento de R$ 84.393 mil, em relação àquele reapresentado em 2015 (R$ 49.300 mil).

Por último, vale a pena destacare a evolução do Patrimôpnio Líquido que, em 2016, foi de 8,29%, ao evoluir de R$ 781.603 mil, em 2015, para R$ 846.476 mil em 2016.

Esse é um desempenho que tem um significado importante, exatamente porque mostra de forma clara que, mesmo com a Companhia operando e realizando seus investimentos, houve redução do seu nível de alavancagem.

Em 2014, por exemplo, para cada R$ 1,00 de total do passivo, R$ 0,88 representava obrigações. Em 2016, essa relação melhorou para R$ 0,73, ou seja, a Companhia melhorou bastante, porque o capital, as reservas e a conta prejuízos acumulados apresentaram *performances* positivas.

### NEGÓCIOS DA COMPANHIA

**Empresas Controladas**

**CEB Distribuição S.A.**

Nos termos do Contrato de Concessão nº 66/1999 – ANEEL, a Empresa tem por objeto a distribuição e comercialização de energia elétrica no Distrito Federal ou em outras áreas do País, cuja concessão para exploração seja-lhe outorgada.

Em 9 de dezembro de 2015, a CEB Distribuição S.A. e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, celebraram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999 – ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, vigente até 7 de julho de 2045.

A área de concessão da CEB Distribuição S.A. corresponde a 5.780 km2 e abrange todo o Distrito Federal, dividido em regiões administrativas, atendendo a 1.035.948 clientes.

**Dados Econômico-Financeiros**

| (R$ Mil) | 2015  Reapresentado | 2016 | Δ (R$) |
| --- | --- | --- | --- |
| Receita Operacional Bruta | **3.934.556** | **3.442.356** | **(492.200)** |
| Receita Operacional Líquida | **2.348.022** | **2.052.795** | **(295.227)** |
| Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos | **89.128** | **34.346** | **(54.782)** |
| EBITDA (LAJIDA) | **256.053** | **125.599** | **(130.454)** |
| Lucro Líquido (Prejuízo) | **36.446** | **50.270** | **13.824** |
| Patrimônio Líquido | **308.875** | **359.180** | **50.305** |

**Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Distribuição S.A.**

No exercício de 2016, apesar da continuidade do cenário de recessão econômica que afetou o consumo de energia, a CEB Distribuição S.A. registrou um lucro expressivo de R$ 50.270 mil, resultado superior àquele alcançado em 2015 (R$ 36.446 mil).

Por sua vez, em 2016, registrou-se um EBITDA (LAJIDA) no montante de R$ 125.599 mil, inferior ao apurado em 2015, no valor de R$ 256.053 mil.

Note-se que em 2015, esse agregado foi influenciado, positivamente, principalmente, pela reversão do Plano Assistencial, no valor de R$ 90.712 mil, decorrente da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2; e pela atualização do Ativo Financeiro da Concessão – VNR, cujo indexador passou a ser o IPCA e não mais o IGP-M . Esta alteração contribuiu para um aumento no valor do VNR de R$ 12.754 mil em 2014 para R$ 53.882 mil em 2015, enquanto em 2016, o EBITDA (LAJIDA) teve como contribuições mais relevantes os seguintes componentes: a Reversão de Perdas Estimadas Com Créditos de Liquidação Duvidosa; e os Créditos Tributários (PIS/PASEP e Finsocial).

Ainda no âmbito da CEB Distribuição S.A., em contrapartida, atuou negativamente na apuração do EBITDA (LAJIDA) de 2016, a Sobrecontratação de Energia, cujos efeitos, dentre outros, estão registrados na rubrica Receita de Energia Elétrica de Curto Prazo, que foi R$ 79.476 mil inferior ao apurado no exercício anterior.

Finalmente, observe-se que houve um aumento do Patrimônio Líquido de R$ 50.305 mil ocasionado pelo Lucro Líquido do exercício.

**CEB Geração S.A.**

A CEB Geração S.A. tem como objeto social a geração e a comercialização da energia produzida pelos seus ativos de geração, a Usina Hidrelétrica do Paranoá, com capacidade instalada de 30 MW e a Usina Termelétrica de Brasília – UTE Brasília, com potência nominal de 10 MW.

A UTE Brasília devido ao seu alto custo operacional e defasagem tecnológica, não se presta mais à geração de energia elétrica, por isso, iniciaram-se procedimentos visando a alienação de seus ativos. O Contrato de Concessão venceu em 7 de julho de 2015 e tramita no Governo Federal decreto visando regulamentar a desvinculação de bens de usinas termelétricas, ato necessário para a livre disponibilização dos bens.

Com relação à Usina Hidrelétrica do Paranoá, houve seu enquadramento como Pequena Central Hidroelétrica – PCH em novembro de 2016. Essa alteração proporciona redução da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD de 50%, bem como a isenção da aplicação de 1% da Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, apesar da obrigatoriedade do pagamento do encargo de Uso de Bem Público – UBP. Outro benefício, do ponto de vista da receita, foi a venda de energia em dezembro de 2016 já como Fonte Incentivada, cujo preço ficou superior à energia comercializada anteriormente como Fonte Convencional.

Assim, com o enquadramento da UPA em PCH, foi assinado novo contrato de concessão com Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O Contrato nº 01/2016-ANEEL, teve como objeto a transformação em PCH e a consequente alteração da modalidade da Concessão de Serviço Público para Produtor Independente de Energia, resultando em mais liberdade na gestão do empreendimento.

Também foram formalizados dois termos aditivos ao mencionado Contrato de Concessão. O primeiro, diz respeito à transferência da Concessão da Usina do Paranoá da Companhia Energética de Brasília S.A. para a CEB Geração S.A, conforme Resolução Autorizativa nº 318 da ANEEL, de 14.09.2005; o segundo, prorrogou o prazo de concessão da usina, cujo vencimento passou de outubro de 2019 para abril de 2020.

Por outro lado, em 2016, a Empresa manteve seus procedimentos de manutenção e conservação da Barragem do Lago Paranoá e investiu na contratação de firma especializada para elaboração do Plano de Segurança da barragem, que será concluído em 2017.

**Dados Econômico-Financeiros**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **(R$ Mil)** | **2015** | **2016** | **Δ (R$)** |
| **Receita Operacional Bruta** | **15.335** | **16.486** | **1.151** |
| **Receita Operacional Líquida** | **13.832** | **15.101** | **1.269** |
| **Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos** | **8.211** | **9.067** | **856** |
| **EBITDA (LAJIDA)** | **7.718** | **8.762** | **1.044** |
| **Lucro Líquido (Prejuízo)** | **7.458** | **8.324** | **866** |
| **Patrimônio Líquido** | **13.602** | **14.035** | **433** |

**Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Geração S.A.**

O ano de 2016 também foi caracterizado pela crise hídrica que causou uma redução de 13% na Garantia Física do Sistema, afetando as geradoras. Para suprir essa redução, as empresas adquirem energia ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, cujo valor médio no exercício foi R$ 93,90 e cedem para o sistema, nos termos do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, ao preço de R$ 12,32. Tal situação foi mitigada pela repactuação do risco hidrológico feita pela CEB Geração S.A. em 2015, conforme definido na Resolução nº 684/2015-ANEEL, que repassou ao consumidor 100% deste risco, resultando em um crédito de R$ 1.524.748,00, ainda em processo de liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo – MCP, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

No entanto, distintas liminares e ações judiciais protegeram os agentes que não optaram pela repactuação do risco hidrológico, ou definiram prioridades no recebimento dos créditos da liquidação, circunstâncias que impediram que a CCEE liquidasse integralmente o valor devido no exercício de 2016.

No âmbito das despesas gerenciáveis, a CEB Geração S.A. continuou com controle austero sobre os custos operacionais, mantendo-os sob crescimentos inferiores à inflação e foram realizados ainda, investimentos em manutenção na Máquina 2 da Usina Paranoá e na nova estação hidrometeorológica à jusante da Barragem do Lago Paranoá.

Do ponto de vistas econômico-financeiro, a CEB Geração S.A. manteve um patamar de estabilidade nas apurações dos seus resultados, que persiste nos últimos anos, oriundos, basicamente, da comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica do Paranoá.

**CEB Lajeado S.A.**

A CEB Lajeado S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás detém 40,07% do total das ações, representada por ações preferenciais.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da Investco S.A.. Sobre este capital, a CEB Lajeado S.A. detém 20% de participação.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco S.A., são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n° 05/1997 e respectivos aditivos. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

**Organização Societária**

**Dados Econômico-Financeiros**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **(R$ Mil)** | **2015** | **2016** | **Δ (R$)** |
| **Receita Operacional Bruta** | **124.659** | **132.082** | **7.423** |
| **Receita Operacional Líquida** | **112.016** | **118.756** | **6.740** |
| **Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos** | **65.999** | **47.738** | **(18.261)** |
| **EBITDA (LAJIDA)** | **67.835** | **53.336** | **(14.499)** |
| **Lucro Líquido (Prejuízo)** | **43.888** | **35.283** | **(8.605)** |
| **Patrimônio Líquido** | **351.756** | **333.377** | **(18.379)** |

**Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Lajeado S.A.**

Após a amortização dos financiamentos contraídos para a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães, os resultados líquidos apurados pela CEB Lajeado S.A. vêm se mantendo consistentes ao longo dos anos.

Embora o segmento de geração de energia hidráulica tenha sentido os efeitos danosos da escassez de chuvas e queda acentuada nos níveis dos principais reservatórios do país, a CEB Lajeado S.A. cumpriu, rigorosamente, com as obrigações legais do exercício, bem como com as metas fixadas pela Administração. Desde janeiro de 2014, uma expressiva redução da geração das empresas foi verificada quando comparado com a garantia física total do sistema, retratando a situação hidrológica desfavorável dos últimos anos. Em decorrência desse quadro, iniciou-se um amplo debate setorial sobre o GSF ao longo de 2015, nos âmbitos administrativo, empresarial, legislativo, regulatório e judicial.

Nesse contexto, a Lei nº 13.203/2015 e a Resolução Normativa da ANEEL nº 684/2015 foram editadas a fim de mitigar os efeitos financeiros provenientes da aplicação do GSF para os geradores, estabelecendo novos critérios para repactuação do risco hidrológico. Em razão do ano de 2015 ter apresentado um elevado GSF, os efeitos financeiros para as geradoras foram relevantes. Entretanto, a partir da publicação dessa lei, os geradores que optaram pela repactuação de seus respectivos riscos, passaram a compartilhá-lo com os consumidores, mediante o pagamento de um determinado “prêmio”.

Concomitantemente com essa medida, a CEB Lajeado S.A. manteve, em 2016, aproximadamente, 10% da sua energia sendo liquidada no mercado de curto prazo. É oportuno destacar que essa estratégia comercial também foi empregada em 2015. Embora a receita da Empresa tenha sido levemente afetada em razão dessa medida, o custo evitado com a aquisição de energia no mercado de curto prazo compensou, significativamente, a queda no seu faturamento anual. O volume descontratado, mesmo sem ser comercializado, serviu como uma espécie de *hedge* para compor o deficit na geração de energia e, consequentemente, o cumprimento do contrato bilateral com a CEB Distribuição S.A..

O ano de 2016 também foi caracterizado pelo expressivo recebimento das reservas de lucros retidas pela Investco S.A. ao longo dos anos, no montante de R$ 23.387 mil, e pela liquidação de todos os passivos financeiros com os acionistas da Empresa, referentes aos exercícios de 2012 e 2014. No total, a CEB Lajeado S.A. distribuiu R$ 57.489 mil, nas formas de Dividendos, Juros Sobre Capital Próprio e Partes Beneficiárias. Para 2017, a Empresa manterá a mesma política adotada nos últimos dois anos, distribuindo, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias, a totalidade dos resultados alcançados.

Tendo em vista o forte impacto no caixa da Empresa em decorrência do alto custo do Contrato de Arrendamento dos ativos de geração da Usina Luís Eduardo Magalhães, a CEB Lajeado S.A., houve reduções do EBITDA (LAJIDA) e do Lucro Líquido quando se compara o exercício de 2016 com o ano de 2015. Nesse sentido, foram concluidos estudos que apontaram a necessidade de revisão das condicionantes do referido instrumento contratual. Os entendimentos com a Investco S.A., proprietária desses ativos, estão em curso e devem ser colocados em prática já a partir de 2017. Tal providência contribuirá para superação do desempenho ocorrido em 2016.

Outro ponto de destaque foi a celebração de um acordo com a CEB Distribuição S.A. referente ao contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica. Apesar da maioria das faturas de venda de energia ter sido quitada, em alguns casos os pagamentos foram realizados fora dos prazos contratuais, o que acarretou, à compradora, a incidência de encargos. No final do exercício, três faturas permaneciam em aberto, todas referentes ao ano de 2015. O valor total negociado foi de R$ 16.202 mil (referência de novembro de 2016), parcelados em 24 meses, nas mesmas condições estabelecidas no contrato mencionado, com a primeira parcela vencendo em janeiro de 2017.

Por fim, verifica-se que houve reduções do EBITDA (LAJIDA) e do Lucro Líquido em 2016 quando comparado com o exercício anterior. Tais comportamentos estão relacionados com o aumento das despesas, em particular na rubrica Arrendamento. O acréscimo desta rubrica teve como causa principal os altos percentuais do índice IPCA mensal projetado que compõe a fórmula de cálculo do Arrendamento. Para o exercício de 2017, como a projeção do mencionado indicador de inflação é decrescente, haverá apurações de resultados superiores aos ocorridos em 2015 e 2016.

**CEB Participações S.A.**

A CEB Participações S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral da CEB, que atua na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

Atua na comercialização de energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,50% no Consórcio Cemig-CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica e detém a participação acionária correspondente a 2,35% do Capital da geradora Corumbá Concessões S.A..

**Organização Societária**

**Dados Econômico-Financeiros**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **(R$ Mil)** | **2015**  **Reapresentado** | **2016** | **Δ (R$)** |
| **Receita Operacional Bruta** | **15.463** | **17.239** | **1.776** |
| **Receita Operacional Líquida** | **14.717** | **16.407** | **1.690** |
| **Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos** | **3.966** | **11.306** | **7.340** |
| **EBITDA (LAJIDA)** | **2.896** | **10.415** | **7.519** |
| **Lucro Líquido (Prejuízo)** | **2.748** | **10.187** | **7.439** |
| **Patrimônio Líquido** | **45.782** | **39.457** | **(6.325)** |

**Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Participações S.A.**

A receita da CEB Participações S.A. é proveniente, em sua maior parte, da comercialização de energia gerada pela Usina Hidrelétrica Queimado, complementada por aplicações financeiras, pelos recursos oriundos do contrato de prestação de serviços administrativo-financeiros prestados para o Consórcio Cemig-CEB, e pelo recebimento de resultados da participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A..

Em busca da redução do impacto negativo advindo do risco hidrológico, a Empresa aderiu à proposta do Poder Concedente, que nos termos da Lei nº 13.203/2015 permitiu o repasse de parcela deste risco ao consumidor. De acordo com o Despacho nº 330, publicado em 10 de fevereiro de 2016, a ANEEL anuiu com a repactuação do risco hidrológico da CEB Participações S.A., referente ao empreendimento UHE Queimado, repassando 91% do risco para os consumidores, como estabelecido no Termo de Repactuação nº 101/2016., garantindo proteção para eventuais déficits financeiros futuros de geração.

Dessa forma, o pacto firmado proporcionou o ressarcimento de R$ 1.227 mil referentes a créditos de 2015 para o pagamento de seguro do risco hidrológico até o final da concessão; e crédito de R$ 564 mil, em 2016, que viabilizaram o reequilíbrio das operações de energia no Mercado de Curto Prazo – MCP da CEB Participações S.A.. Assim, o custo contábil das aquisições relacionadas com energia em 2016 sofreu redução de 85,48%, saindo de R$ 7.094 mil para R$ 1.030 mil.

Por outro lado, a comercialização de energia caracterizou-se pela continuidade dos contratos de venda de energia gerada pela UHE Queimado, e representou a principal fonte de receita da Empresa, com aumento de 11% em relação à 2015. Somada às receitas de rendimentos de aplicações financeiras, serviços administrativos prestados ao Consórcio Cemig-CEB, dentre outros, a receita bruta total foi de R$ 18.971 mil.

No que diz respeito às operações com partes relacionadas, a CEB Participações S.A. celebrou Contrato de Cessão Creditória de Direito de Mútuo com seu acionista único Companhia Energética de Brasília – CEB, no valor de R$ 10.000 mil, utilizando recursos originados do Contrato de Mútuo que foi celebrado com a CEB Distribuição S.A., em 2015. Em contrapartida, o capital social foi reduzido de R$ 41.270 mil para R$ 31.270 mil.

Seguindo as diretrizes do Grupo CEB, foi celebrado ainda Contrato de Mútuo com a Corumbá Concessões S.A., no valor de R$ 192 mil, que serão restituídos em 60 parcelas corrigidas pelo IGP-M/FGV, acrescidas de juros de 1% ao mês e tributos incidentes, desde a data do desembolso até a data do efetivo pagamento, que se dará após o vencimento do período de carência do contrato, respeitando a comutatividade do montante mutuado, conforme determina o Órgão Regulador.

Com relação às despesas realizadas, estas, em geral, incluíram os custos administrativos e usuais com encargos setoriais, tais como, pessoal, material, serviços de terceiros; Compensação Financeira Por Uso de Recursos Hídricos; Compensação Financeira Por Uso do Bem Público – UBP; Custo do Uso do Sistema de Distribuição – CUSD; gastos de liquidações no mercado de curto prazo de energia elétrica; taxas destinadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e ao Operador Nacional do Sistema – ONS.

Finalmente, registre-se que em 2016 foram alcançados resultados econômico-financeiros favoráveis e destaque-se que a Administração manteve sua gestão focada no controle rigoroso dos custos e despesas operacionais, priorizando investimentos relevantes ao bom andamento do negócio.

**Companhia Brasiliense de Gás S.A.**

A Companhia Brasiliense de Gás S.A. é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000.

Tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás natural canalizado, de produção própria ou de terceiros. Poderá, inclusive, importar o suprimento para distribuição nos segmentos comercial, industrial, residencial, automotivo, de geração termelétrica, ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal.

A Companhia poderá ainda:

* Efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
* Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
* Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

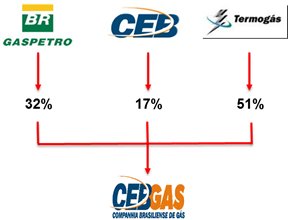
A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

Atualmente, a Companhia explora a distribuição de gás veicular, em montantes limitados que tem impossibilitado a apuração de resultados favoráveis.

Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal, por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.

A CEB é controladora da Companhia Brasiliense de Gás S.A., com 51% das ações ordinárias e 17% do total das ações.

**Organização Societária**



**Dados Econômico-Financeiros**

| **(R$ Mil)** | **2015** | **2016** | **Δ (R$)** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Receita Operacional Bruta** | **4.528** | **4.919** | **391** |
| **Receita Operacional Líquida** | **4.375** | **3.679** | **(696)** |
| **Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos** | **(479)** | **(501)** | **(22)** |
| **EBITDA (LAJIDA)** | **(205)** | **(226)** | **(21)** |
| **Lucro Líquido (Prejuízo)** | **(443)** | **(464)** | **(21)** |
| **Patrimônio Líquido** | **943** | **979** | **36** |

**Fonte: Demonstrações Contábeis da Companhia Brasiliense de Gás S.A.**

O primeiro desafio para distribuição do gás canalizado é o desenvolvimento de uma infraestrutura logística adequada de suprimento. O Distrito Federal não é abastecido por gasoduto de transporte que possa garantir o suprimento contínuo de gás, de forma que, enquanto as iniciativas de implantação desta infraestrutura não se materializarem, a solução utilizada para a antecipação da oferta ao mercado é o suprimento de estoques de gás natural liquefeito.

O gás natural liquefeito é suprido para a Companhia Brasiliense de Gás S.A. pela empresa GNL Gemini Logística e Comercialização de Gás Ltda – Gemini, uma sociedade formada pelas empresas White Martins, Petrobrás e a Gaspetro.

A alternativa para redução do prejuízo que vem sendo apurado no negócio anualmente (R$ 464 mil em 2016), seria a estruturação de um projeto para conectar o gasoduto Bolívia-Brasil – Gasbol ao Distrito Federal, iniciativa que compete à União, por força do artigo 177 da Constituição da República.

**Empresa Coligada**

**Corumbá Concessões S.A.**

A Corumbá Concessões S/A é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente. A participação do Grupo CEB no capital social da Empresa é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% da CEB Participações S.A..

**Organização Societária**

**Dados Econômico-Financeiros**

| **(R$ Mil)** | **2015** | **2016** | **Δ (R$)** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Receita Operacional Bruta** | **147.287** | **177.856** | **30.569** |
| **Receita Operacional Líquida** | **141.554** | **170.327** | **28.773** |
| **Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos** | **(57.952)** | **6.358** | **64.310** |
| **EBITDA (LAJIDA)** | **35.242** | **97.292** | **62.050** |
| **Lucro Líquido (Prejuízo)** | **(38.628)** | **4.765** | **43.393** |
| **Patrimônio Líquido** | **153.461** | **157.774** | **4.313** |

**Fonte: Demonstrações Contábeis da Corumbá Concessões S.A.**

Os problemas originados do processo construtivo da Usina Corumbá IV causaram demandas por ressarcimentos tratados em ambientes arbitral e judicial, que explicam o prejuízo apurado no exercício de 2015.

Em 2016 foi registrado lucro em pequena dimensão (R$ 4.765 mil), revertendo a tendência de apurações de prejuízos ocorridos em 2014 e 2015.

Tal resultado positivo foi causado, primordialmente, pela absorção de prejuízos acumulados por meio de redução de capital social, evento esse aprovado na 2a Assembleia Geral Extraordinária, de 29 de novembro de 2016. Cabe ressaltar que essa absorção de resultados negativos anteriores não alterou as estrutural patrimonial do empreendimento.

Por outro lado, a estrutura de endividamento que restou, principalmente, em decorrência da demanda arbitral, cujo desfecho ocorreu em 2014, produz resultados financeiros negativos que exigirão longo período para superação das obrigações relativas aos encargos de dívidas, situação que compromete a apuração de resultados satisfatórios nos próximos anos, bem como insuficiência de capital de giro.

Por esta razão, os acionistas realizaram operações de mútuo para suprir as dificuldades de caixa da Empresa, restando à CEB e à CEB Participações S.A., as formalizações de empréstimos nos valores de R$ 3.706 mil e R$ 192 mil, respectivamente.

**Empresa Controlada em Conjunto**

**Energética Corumbá III S.A.**

A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais.

**Organização Societária**

**Dados Econômico-Financeiros**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **(R$ Mil)** | **2015** | **2016** | **Δ (R$)** |
| **Receita Operacional Bruta** | **38.282** | **41.739** | **3.456** |
| **Receita Operacional Líquida** | **36.523** | **39.826** | **3.302** |
| **Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos** | **6.875** | **14.206** | **7.331** |
| **EBITDA (LAJIDA)** | **17.411** | **25.541** | **8.130** |
| **Lucro Líquido (Prejuízo)** | **5.557** | **12.731** | **7.174** |
| **Patrimônio Líquido** | **155.649** | **167.323** | **11.674** |

**Fonte: Demonstrações Contábeis da Energética Corumbá III S.A.**

Ano a ano, os resultados da Energética Corumbá III S.A. têm sido positivos e crescentes, à medida em que se amortiza o montante do financiamento captado para a construção da Usina Corumbá III. De fato, verifica-se que o Lucro Líquido de 2016 foi muito superior àquele apurado em 2015, certamente com a contribuição dos efeitos da redução das despesas financeiras.

Fato relevante a ser destacado foi a formalização do Acordo Global concluído em 2016, envolvendo diversas empresas, incluindo aquelas acionistas da Energética Corumbá III S.A., e participantes dos Consórcios Empreendedor Corumbá III e Construtor Corumbá III.

O mencionado Acordo resultará nas eliminações de diversas demandas que estão sofrendo tratamento em ambiente arbitral e jurídico, remanescentes de reivindicações (*claims*) oriundas da época da construção da usina. Tais eliminações significam desistências e quitações de eventuais obrigações recíprocas, pendentes de julgamento, que agregarão valor ao negócio, uma vez deixarão de existir expectativas futuras de provisões no passivo da Energética Corumbá III S.A..

Outro aspecto positivo reside nas solicitações dos acionistas para que seja elevado o limite de distribuição de resultados, atualmente restrito ao percentual mínimo legal (25%), por exigência do BNDES quando da contratação do financiamento, tendo em vista que parte significativa deste compromisso foi honrado, de forma a permitir recebimentos de dividendos em montantes mais elevados.

Essa iniciativa possibilitou a destinação de resultados em um percentual adicional de 65% relativo ao exercício de 2015, recebidos em janeiro de 2017, perfazendo o total de 90%.

**Empresa Ligada**

**BSB Energética S.A.**

A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,0% do capital social da BSB Energética S.A..

Em 2006, ao associar-se com outras empresas que possuíam concessões, projetos e licenças ambientais de empreendimentos de mesma natureza (PCHs), a BSB Energética S.A. passou a deter participação acionária na Brasil PCH S.A..

A Brasil PCH S.A. possui 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas com capacidade total de 291 MW e a BSB Energética S.A. tem participação equivalente a 14,70% do capital.

A venda da energia gerada se dá por meio de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas relacionadas com as PCHs para a Eletrobrás, por intermédio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa.

**Organização Societária**

**Dados Econômico-Financeiros**

| **(R$ Mil)** | **2015** | **2016** | **Δ (R$)** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos** | **11.537** | **1.969** | **(9.568)** |
| **Lucro Líquido (Prejuízo)** | **11.537** | **1.969** | **(9.568)** |
| **Patrimônio Líquido** | **12.851** | **9.124** | **(3.728)** |

**Fonte: Demonstrações Contábeis da BSB Energética S.A.**

O Lucro Líquido do exercício de 2016 (R$ 1.969 mil) foi muito inferior ao apurado em 2015 (R$ 11.537 mil). Esse desempenho pode ser justificado com os seguintes argumentos:

* A BSB Energética S.A. é uma empresa *holding* pura, que recebe dividendos da Brasil PCH, companhia que controla 13 Sociedades de Propósito Específico – SPEs de geração hidrelétrica. Sua receita, portanto, é exclusivamente decorrente do recebimento da distribuição de resultados;
* Nos exercícios de 2014 e 2015, a crise hídrica atingiu todos os geradores hidrelétricos brasileiros. As empresas geradoras que não participam do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, apuraram as repercussões econômico-financeiras negativas nos próprios exercícios em que houve a escassez hídrica; e
* Como os empreendimentos do PROINFA estão 100% contratados, a mencionada crise hídrica causou exposição das geradoras ao preço de curto prazo (*spot*) elevados. Os efeitos desta exposição ocorreram nos citados exercícios, contudo, conforme definido no PROINFA, somente serão cobrados nos anos subsequentes em 12 parcelas. Portanto, o efeito que se observou no recebimento de dividendos na BSB Energética S.A. em 2016 foi fruto do problema de 2014, que exigiu desembolso em 2015 no âmbito da Brasil PCH.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

**Receita Operacional**

A Receita Operacional Bruta consolidada apurada no ano de 2016 totalizou R$ 3.521.431 mil, R$ 480.227 mil inferior à receita obtida no ano de 2015, correspondente a R$ 4.001.658 mil.

As principais variações da Receita Operacional foram as seguinte:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| (R$ Mil) | 2015  Reapresentado | 2016 | Δ Ano | |
|  |  |  | **(R$ Mil)** | **(%)** |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | **355.860** | **275.812** | **(80.048)** | **(22,5)** |
| Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros | **164.955** | **(304.926)** | **(469.881)** | **(284,9)** |
| Faturamento ao Consumidor | **3.224.448** | **3.324.987** | **100.539** | **3,1** |

* A receita de Energia de Curto Prazo atingiu, em 2016, R$ 275.812 mil, 22,5% inferior à receita reconhecida em 2015, que foi influenciada pela sobra de energia contratada (sobrecontratação) somada à redução substancial dos valores de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), especialmente no 1º semestre de 2016.
* A receita de recursos da Parcela A e Outros Itens Financeiros apresentou redução no ano de 2016 de R$ 469.881 mil (-284,9%). A variação negativa entre 2016 e 2015, é resultante do aumento da constituição normal dos passivos decorrente dos custos realizados abaixo da cobertura tarifária; e da amortização normal ativa dos valores homologados no Reajuste Tarifário de 26 de agosto de 2015 e Revisão Tarifária ocorrida em 22 de outubro de 2016.
* Quanto à receita de Faturamento ao Consumidor, que repercute a energia elétrica fornecida, houve crescimento de 3,1%, evoluindo de R$ 3.224.448 mil, em 2015, para R$ 3.324.987 mil em 2016.

**Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização)**

Os custos e despesas operacionais consolidados em 2016, exceto a depreciação e a amortização do período, totalizaram R$ 1.920.051 mil, com uma redução de R$ 190.850 mil (-8,8%), em relação ao montante registrado em 2015.

As principais variações dos custos e despesas operacionais constam no quadro seguinte:

| (R$ Mil) | 2015  Reapresentado | 2016 | Δ Ano | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **(R$ Mil)** | **(%)** |
| Custo da Compra de Energia Elétrica | **(1.180.070)** | **(1.050.732)** | **129.338** | **(11,0)** |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | **(327.244)** | **(286.410)** | **40.834** | **(12,5)** |
| Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa | **(85.219)** | **(50.272)** | **34.947** | **(41,0)** |
| Pessoal | **(196.446)** | **(249.309)** | **(52.863)** | **26,9** |
| Serviços de Terceiros | **(152.141)** | **(173.433)** | **(21.291)** | **14,0** |

* No ano de 2016, o Custo da Energia Elétrica Comprada registrou uma retração de R$ 129.338 mil (-11,0%), em relação ao ano anterior, e o Custo da Energia Elétrica de Curto Prazo também apresentou diminuição na ordem de R$ 40.834 mil (-12,5%), decorrente da redução nos Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo que, por sua vez, foi impactado pelo cenário hidrológico mais favorável, causando reduções do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, quando comparado com 2015.
* Na rubrica de Pessoal, registrou-se no exercício um aumento de 26,9% em relação a 2015, no montante de R$ 52.863 mil. Os principais eventos ocorridos em 2016 foram: contratações de 116 novos colaboradores; 40 demissões, das quais, 29 em função da política de desligamento; e reajuste nas remunerações em decorrência do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT.
* As Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa totalizaram R$ 50.272 mil, uma redução de R$ 34.947 mil, em comparação com o ano anterior. Este decréscimo está diretamente relacionado à reversão de provisão em razão de débitos transferidos para perdas.
* Os Serviços deTerceiros totalizaram R$ 173.432 mil (R$ 152.141mil em 2015), representando um acréscimo de 14,0%. Este desempenho é decorrente, dentre outros fatores, da intensificação da manutenção de linhas e redes do sistema elétrico; manutenção de *hardware* e *software*; e *call center*.

**Depreciação e Amortização**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| (R$ Mil) | 2015 | 2016 | Δ Ano | |
|  |  |  | **(R$ Mil)** | **(%)** |
| Depreciação/Amortização | **54.467** | **53.618** | **(851)** | **(1,6)** |

A despesa com Depreciação e Amortização alcançõu R$ 53.617 mil em 2016, representando uma diminuição de R$ 851 mil (-1,6%) em relação ao total apresentado em 2015, mantendo estabilidade nas apurações.

**Outras Receitas/(Despesas) Operacionais**

No ano de 2016 o resultado líquido de outras Receitas/Despesas Operacionais foi de R$ 142.277 mil (R$ 120.970 mil em 2015), com variação de R$ 21.307 mil.

Os itens mais relevantes de Outras Receitas/(Despesas) Operacionais foram:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| (R$ Mil) | 2015  Reapresentado | 2016 | Δ Ano | |
|  |  |  | **(R$ Mil)** | **(%)** |
| Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego | **127.177** | **37.192** | **(89.985)** | **(70,8)** |
| Receita Sobre Créditos Tributários – Decisões Judiciais |  | **96.849** | **96.849** | **100,0** |

* A Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego teve no período uma variação negativa de R$ 89.985 mil, voltando aos patamares históricos sem o efeito não recorrente da decisão favorável da Ação Direta de Inconstitucionalidade relativa às Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003, que afetou a apuração da rubrica em 2015.
* A Receita Sobre Créditos Tributários foi registrada em 2016, devido à atuação da Companhia no recebimento por via judicial de créditos fiscais relativos a PIS/PASEP e Finsocial, no valor de R$ 96.849 mil.

**Resultado Financeiro**

O Resultado Financeiro acumulado no ano de 2016 foi negativo em R$ 51.741 mil (R$ 109.369 mil negativo em 2015), ocorrendo então, uma variação percentual de -52,7%.

|  | CONSOLIDADO | | Δ | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 31/12/2015 | 31/12/2016 | (R$ Mil) | (%) |
| Receitas Financeiras |  |  |  |  |
| Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos | 21.324 | 42.016 | 20.692 | 97,0 |
| Atualização Monetária – Ativos Regulatórios | 89.448 | 63.162 | (26.286) | (29,4) |
| Acréscimos Moratórios em Conta de Energia | 11.896 | 31.157 | 19.261 | 161,9 |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 8.592 | 10.115 | 1.523 | 17,7 |
| Receita de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio | 7.439 | 16.192 | 8.753 | 117,7 |
| Reversão de Juros Sobre Capital Próprio | (7.119) | (15.000) | (7.881) | 110,7 |
| Multas e Penalidades Aplicadas | 724 | 1.257 | 533 | 73,6 |
| Tributos Sobre Receitas Financeiras |  | (5.368) | (5.368) |  |
| Outas Receitas Financeiras | 2.476 | 2.542 | 66 | 2,7 |
| Subtotal | **134.780** | **146.073** | **11.293** | **8,4** |
| Despesas Financeiras |  |  |  |  |
| Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos | (90.261) | (76.051) | 14.210 | (15,7) |
| Encargos de Dívidas | (61.247) | (70.556) | (9.309) | 15,2 |
| Atualização Monetária – Passivos Regulatórios | (35.744) | (39.078) | (3.334) | 9,3 |
| Atualização de Benefício Pós-Emprego | (1.118) | (196) | 922 | (82,5) |
| Recuperação de Despesas |  | 8.660 | 8.660 |  |
| Outras Despesas Financeiras | (12.855) | (20.051) | (7.196) | 56,0 |
| Subtotal | **(201.225)** | **(197.272)** | **3.953** | **(2,0)** |
| Variação Cambial Sobre Fatura de Energia Elétrica | **(42.922)** | **14.457** | **57.379** | **(133,7)** |
| Resultado Financeiro | **(109.367)** | **(36.742)** | **72.625** | **(66,4)** |

As principais variações na composição do Resultado Financeiro do período foram as seguintes:

* O desempenho foi influenciado pelo aumento de R$ 20.692 mil de Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos, que em 2016 totalizou R$ 42.016 mil (R$ 21.324 mil em 2015) derivado, principalmente, da atualização da Conta de Energia Elétrica, no valor de R$ 18.313 mil e da Baixa de Atualização Monetária da Contribuição de Iluminação Pública prescrita correspondente a R$ 16.740 mil.
* A rubrica Variação Cambial Sobre Fatura de Energia Elétrica considerando as faturas de compra de energia elétrica de Itaipu Binacional no período de 2015 a 2016, variou positivamente no montante de R$ 57.379 mil, justificada pela queda do dólar.
* Foram contabilizadas ainda as Atualizações Monetárias dos Ativos e Passivos Regulatórios, que geraram uma repercussão positiva de R$ 23.084 mil (R$ 53.704 mil em 2015).
* A rubrica que influenciou negativamente no Resultado Financeiro foi o aumento dos Encargos de Dívidas no montante de R$ 9.309 mil (15,2%), passando de R$ 61.247 mil em 2015, para R$ 70.556 mil em 2016, afetado pela elevação da taxa do CDI que alcançou no período 14,00% a.a., enquanto no período anterior, representava 13,24% a.a..

**Outros Indicadores**

**EBITDA (LAJIDA)**

| (R$ Mil) | 2015  Reapresentado | 2016 | Δ Ano | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **(R$ Mil)** | **(%)** |
| Lucro/Prejuízo Consolidado do Exercício | **49.300** | **133.693** | **84.393** | **171,2** |
| (+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social | 76.843 | (48.762) | (125.605) | **(163,5)** |
| (+/-) Resultado Financeiro | 109.369 | 51.741 | (57.628) | **(52,7)** |
| (+/-) Depreciação/Amortização | 54.467 | 53.618 | (851) | **(1,6)** |
| EBITDA (LAJIDA) | **289.979** | **190.292** | **(99.687)** | **(34,4)** |
| Margem EBITDA (LAJIDA) % | **12,1%** | **9,0%** |  |  |

O EBITDA (LAJIDA) (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) reduziu em R$ 99.687 mil em 2016, quando comparado com o resultado de R$ 289.979 mil apurado em 2015. Por sua vez, a Margem EBITDA (LAJIDA) correspondeu a 9,0% no exercício, enquanto em 2015 registrou-se 12,1%.

**Endividamento**

A seguir apresenta-se a composição da Dívida Total da Companhia que manteve-se em patamar equivalente ao do exercício anterior, registrando uma redução de apenas 1,8%, causada, principalmente, pela 2ª Emissão de Debêntures não Conversíveis em Ações, no valor de R$ 71.000 mil, no âmbito da controlada CEB Distribuição S.A., cujo montante foi próximo do total das amortizações do ano de 2016.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| (R$ Mil) | 2015 | 2016 | Δ Ano | |
|  |  |  | **(R$ Mil)** | **(%)** |
| Curto Prazo | **71.893** | **96.989** | **25.096** | **34,9** |
| Longo Prazo | **336.190** | **303.905** | **(32.285)** | **(9,6)** |
| Dívida Total | **408.083** | **400.894** | **(7.189)** | **(1,8)** |
| (-) Caixa Disponível | **78.043** | **86.041** | **7.998** | **10,2** |
| = Dívida Líquida | **330.040** | **314.853** | **(15.187)** | **(4,6)** |
| Dívida Líquida/EBITDA (LAJIDA) | **1,1** | **1,7** |  |  |

**Cronograma de Amortização da Dívida**

A previsão de amortização da Dívida Total da Companhia pode ser assim demonstrada:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| (R$ Mil) | 2017 | 2018 | 2019 | 2020  Em Diante | Total |
| Moeda Nacional | **96.989** | **105.714** | **102.271** | **95.920** | **400.894** |

**Movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures**

O quadro seguinte sintetiza a movimentação da dívida no exercício de 2016:

| (R$ Mil) | 31/12/2016 |
| --- | --- |
| Saldo Inicial em 31/12/2015 | **408.083** |
| Empréstimos e Financiamentos/Debêntures Obtidos | **71.000** |
| Encargos Incorridos no Período | **67.079** |
| Encargos Financeiros Pagos | **(66.094)** |
| Amortizações de Principal | **(75.883)** |
| Deságio, Variação Monetária e Custo da Transação | **(3.721)** |
| Saldo Final em 31/12/2016 | **400.894** |

**CAPEX**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| (R$ Mil) | 2015 | 2016 | Δ Ano | |
|  |  |  | **(R$ Mil)** | **(%)** |
| CAPEX | **78.676** | **88.341** | **9.665** | **12,3** |

Em 2016, os investimentos foram de R$ 88.341 mil (R$ 78.676 mil em 2015), apresentando um aumento de 12,3%. Os recursos investidos em 2016 foram destinados, principalmente, às obras de expansão do sistema e à modernização e manutenção da rede de distribuição, no valor de R$ 58.695 mil; à aquisição de *software* com registro de R$ 19.846 mil no Intangível; e R$ 9.800 mil relativos aos imobilizados não vinculados à concessão.

**Distribuição do Valor Adicionado**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| (R$ Mil) | 2015  Reapresentado | 2016 | Δ Ano | |
|  |  |  | **(R$ Mil)** | **(%)** |
| Distribuição do Valor Adicionado | **2.030.681** | **1.910.499** | **(120.182)** | **(5,9)** |

Em 2016, o Valor Adicionado Distribuído alcançou R$ 1.910.499 mil, com redução de 5,9% em comparação com a distribuição do ano anterior. Deste valor, R$ 231.065 mil foram destinados aos Empregados (12,1%); R$ 1.271.084 mil a Impostos, Taxas e Contribuições (66,5%); R$ 274.661 mil à Remuneração de Capital de Terceiros (14,4%); e R$ 133.689 mil à Remuneração de Capital Próprio (7,0%).

### GESTÃO DE PESSOAS

A CEB tem como cultura organizacional a valorização do ser humano, a meritocracia e o incentivo ao autodesenvolvimento, tendo como princípios a integridade e o comprometimento pessoal e das equipes, visando sempre o fiel cumprimento de sua Missão.

Os principais projetos executados pela gestão dos recursos humanos em 2016 foram voltados para capacitação técnica, saúde e segurança no trabalho dos empregados, qualidade de vida e valorização do ser humano, além do fiel cumprimento dos dispositivos constitucionais, legislatórios, previdenciários, tributários e normativos da Companhia.

Na CEB Distribuição S.A. foram realizados em 2016 treinamentos para o desenvolvimento do quadro de colaboradores da Companhia, totalizando 57.716 aluno/hora. Os principais cursos realizados foram: Reciclagem em NR-10; Formação em NR-33; Formação de Eletricistas; Gestão Ambiental; Curso I.S.O. 9001/2015; Norma Técnica NTD 6.01; Lei nº 13.303/2016; e, para os gestores de contratos, foi oferecido o treinamento de aperfeiçoamento no aplicativo Planilha de Preços Globais de Serviços (PPGS).

No exercício, aconteceram 116 contratações em função da primarização dos serviços de corte e religação de energia. Por outro lado, ocorreram 40 desligamentos, dos quais, 29 foram realizados em atendimento à política de aposentadoria vigente.

Atualmente, o quadro de pessoal do Grupo CEB é composto por 1.091 empregados e colaboradores, conforme demonstra o quadro seguinte:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **(R$ Mil)** | **CEB** | **CEB**  **Distribuição** | **CEB**  **Geração** | **CEB**  **Lajeado** | **CEB**  **Participações** | **Total** |
| **Efetivos** | **4** | **982** | **2** | **2** | **3** | **993** |
| **Requisitados** | **38** | **0** | **6** | **2** | **1** | **47** |
| **Cedidos** | **0** | **(69)** | **0** | **0** | **0** | **(69)** |
| **Comissionados** | **6** | **23** | **0** | **3** | **3** | **35** |
| **Jovens Aprendizes** | **0** | **30** | **0** | **0** | **0** | **30** |
| **Estagiários** | **20** | **35** | **0** | **0** | **0** | **55** |
| **Total** | **68** | **1.001** | **8** | **7** | **7** | **1.091** |

### RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

**Responsabilidade Ambiental**

Com relação à responsabilidade ambiental, destacam-se as seguintes atividades ocorridas no exercício de 2016:

* A CEB Distribuição S.A. iniciou a implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradas – PRAD, na área do Parque Nacional de Brasília, referente a retirada de uma Torre de Telecomunicações implantada na poligonal do Parque, prevendo a recuperação de uma área de 8,79 hectares, com o plantio 19.532 (dezenove mil, quinhentos e trinta e duas) mudas nativas do Cerrado;
* Para o manejo da vegetação próxima ao sistema elétrico, foi realizada a contratação de empresa especializada nesse serviço. As equipes são acompanhadas por profissionais de Engenharia Agronômica, permitindo uma maior eficiência operacional e técnica. A execução do serviço de poda de árvores é precedida por uma inspeção que indica o tipo de intervenção a ser executada e possibilita a formação de um banco de dados sobre os indivíduos arbóreos que estão próximos às redes, viabilizando uma atuação de caráter preemptivo/preventivo, uma vez que são colhidas informações como localização, espécies, aspectos físicos e taxa de crescimento da vegetação;
* Também foram realizadas palestras sobre o uso racional da energia, que também integra a temática ambiental, em órgãos públicos, escolas e clientes particulares, orientando os participantes sobre procedimentos em suas residências e nos respectivos ambientes de trabalho, sempre com o intuito de conscientização quanto à economia de energia nas edificações; e
* O Projeto de Coleta de Lâmpadas inutilizadas do segmento residencial continua em vigor na sede da Empresa e em 2 agências comerciais autorizadas a receber tal descarte, permitindo a correta descontaminação e destinação final das mesmas;

**Responsabilidade Social**

No que diz respeito à responsabilidade social, foram desenvolvidas as seguintes ações:

* Dentro do Programa de Eficiência Energética, foi iniciada a implementação dos projetos selecionados na chamada pública de PEE de 2015, englobando:

1. Eficientização das Instalações do *Garvey Park* Hotel, compreendendo as seguintes intervenções:

- Substituição de toda a iluminação das áreas comuns do hotel por Lâmpadas do tipo LED;

- Instalação de um sistema de aquecimento solar da água de banho com 36 placas com 60 tubos de vácuo por unidade;

- Instalação de 30,6 kWp de geração fotovoltaica.

1. Eficientização das Instalações do UNICEUB *Campus* Asa Norte, compreendendo as seguintes atividades:

- Substituição de toda a iluminação do campus por Lâmpadas do tipo LED;

- Substituição de 10 chuveiros elétricos existentes por um sistema de aquecimento solar com duas placas com 60 tubos de vácuo por unidade;

- Instalação de 40,8 kWp de geração fotovoltaica.

* Foram publicadas as licitações para contratação do projeto de eficientização do Edifício Sede da ANEEL. Este projeto será o primeiro projeto de eficientização na tipologia Poder Público realizado por Contrato de Desempenho, ou seja, os recursos investidos pela CEB Distribuição S.A. serão devolvidos pela ANEEL ao final do projeto, no prazo limitado pela vida útil das ações de eficiência;
* A CEB Distribuição S.A. realizou uma Chamada Pública de P&D composta por 17 temas que ficou aberta no período de 06/06/16 a 29/07/16. No total, foram recebidas 59 propostas de projetos de diversas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) de todo o país. Após a Avaliação Técnica destas propostas, os projetos serão contratados e terão sua execução a partir do primeiro trimestre de 2017;
* Foi iniciada a implementação do Projeto Agente CEB 3 para atendimento às comunidades de baixa renda. O Projeto prevê investimentos para realização das seguintes atividades:

1. 30.000 visitas às comunidades;
2. 50 palestras socioeducativas;
3. Substituição de 7.000 refrigeradores;
4. Substituição de 80.000 lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por lâmpadas do tipo LED; e
5. Instalação de 2.000 aquecedores solares.

Especificamente, em 2016, foram realizadas 3.000 visitas, substituídas 4.000 lâmpadas e 777 refrigeradores, além de ministradas 25 palestras em órgãos públicos, escolas e clientes particulares, capacitando cerca de 2.000 participantes sobre o uso consciente de energia elétrica;

* Foi iniciado o processo de seleção de projetos de eficiência energética por meio da Chamada Pública de EE 2016, que têm o objetivo de oferecer benefícios energéticos voltados a todas as classes de clientes da CEB Distribuição S.A.; e
* Foram disponibilizadas 7 maquetes energizadas de simulação do consumo de energia elétrica em residências típicas, para os centros de ensino e a comunidade em geral.

### PERSPECTIVAS EMPRESARIAIS

O setor de energia elétrica vem passando por profundas transformações em âmbito global, com reflexos positivos e negativos para todos os países.

No Brasil, a ênfase recai, em primeiro lugar, na preocupação em dotar o Sistema Nacional Integrado de capacidade para que o setor, ao invés de limitar, seja, efetivamente, um indutor do desenvolvimento econômico e social; segundo, na busca de soluções energéticas capazes de diversificar a matriz brasileira de maneira segura e limpa. Este talvez seja, no momento, o desafio mais importante no contexto da política energética nacional.

Também vale a pena destacar o aumento significativo da importância da energia elétrica na vida das pessoas. Estamos assistindo a uma crescente demanda por qualidade de serviço e pela apropriação, cada vez maior, das vantagens e benefícios oriundos das novas tecnologias.

Em sintonia com esse contexto, a CEB elaborou e aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em14/12/2016, o seu Plano de Negócio para o período de 2017 a 2021. O objetivo precípuo do Plano pode ser resumido na correção da causa raiz dos problemas da CEB, que corresponde ao deficit fiscal e ao endividamento fora de controle. Assim sendo, as principais estratégias para a viabilização do Plano estão centradas nos seguintes pilares:

* Venda de participações em negócios de geração de energia e de distribuição de gás, já autorizada pela Câmara Legislativa, por meio da Lei nº 5.577/2015;
* Alienação de imóveis inservíveis para as concessões; e
* Redução das despesas com Pessoal, Material, Serviços e Outros – PMSO.

Vale salientar que o Plano de Negócio é realista, seja em relação às suas receitas ou mesmo quanto aos custos e despesas operacionais, com orientações, diretrizes e hipóteses de planejamento explicitadas que fundamentam as projeções que o integram.

Impende destacar que as metas regulatórias definidas no Contrato de Concessão da CEB Distribuição S.A. serão cumpridas, afastando a ameaça de extinção da respectiva concessão em decorrência do não cumprimento dos compromissos pactuados.

No médio prazo, o Plano de Negócio pretende oferecer aos acionistas os seguintes resultados:

* O EBTIDA (LAJIDA) Consolidado, excetuando os dois primeiros anos que estão sendo afetados por eventos não recorrentes (venda de participações e de terrenos), nos demais ficará positivo, estável e evoluindo para a média do setor;
* A Estrutura Patrimonial no horizonte de planejamento ficará compatível com o nível praticado pelo mercado;
* O Programa de Investimentos abrange 5 anos e eliminará os *gaps* existentes;
* As Metas Regulatórias serão rigorosamente cumpridas; e
* Será eliminado o “deficit fiscal” (receita menor que despesa) nos próximos exercícios, uma vez que o PMSO atingirá patamar inferior ao PMSO regulatório.

Dessa forma, a Companhia resolverá as causas dos seus problemas empresariais continuando a ênfase no relacionamento com o seu consumidor; melhorando a qualidade de serviço; fazendo os investimentos necessários; e reduzindo o serviço da dívida.

### AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia informa, nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, que utiliza os serviços de Auditoria Independente da BDO Auditores Independentes S/S; e que em 2016 não usou outros serviços desses auditores senão aqueles ligados diretamente à auditoria das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2016













**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

### CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

* 1. **Objetivo Social**

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sede social na cidade de Brasília, Distrito Federal, endereço SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C.

A Organização é registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, na BM&FBOVESPA, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2017.

* 1. **Segmento de Geração**

**Acordo GSF – Repactuação do Risco Hidrológico – Impacto Sobre as Investidas**

Desde 2014, os geradores hidrelétricos vêm sofrendo elevadas exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo – MCP de energia elétrica, em função da crise hídrica no país. Diante da incapacidade financeira das empresas de geração hidrelétrica, frente a tais exposições negativas, grande parte das geradoras recorreu à via judicial, de forma a se protegerem dos efeitos financeiros do déficit hídrico, o que agravou a crise do setor.

Como alternativa, em 8 de dezembro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.203, que estabeleceu os pilares para a repactuação do riscohidrológico pelos agentes de geração hidrelétrica, bem como a Resolução Normativa da ANEEL nº 684, em 11 de dezembro de 2015, que definiu os critérios e as demais condições para a repactuação.

Os termos do acordo de repactuação para os geradores hidrelétricos se baseiam na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. Como condição à repactuação, tornou-se necessária a desistência, por parte dos geradores, das ações judiciais que questionaram os efeitos financeiros do déficit de geração.

Assim, em janeiro de 2016, as empresas CEB Geração S.A., CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A., decidiram pela adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, conforme deliberação dos seus respectivos Conselhos de Administração, considerando os seguintes produtos e margens de risco:

* CEB Geração S.A. – Produto SP 100 – margem de risco zero (0%);
* CEB Lajeado S.A. – Produto SP 92 – margem de risco de 8%; e
* CEB Participações S.A. – Produto SP 91 – margem de risco de 9%.

A repactuação trouxe a possibilidade de compensação do risco hidrológico contabilizado em 2015, por meio da postergação do pagamento do prêmio de risco em períodos que variam, segundo as condições e características dos contratos de venda de energia firmados por cada uma das empresas. Para a CEB Geração S.A., como o prazo para a compensação do risco de 2015 não foi suficiente para a recuperação do valor efetivamente liquidado durante o ano de 2015, houve extensão do prazo de vigência do Contrato de Concessão para 29 de abril de 2020.

Após as adesões da CEB Geração S.A., CEB Participações S.A. e CEB Lajeado S.A. à repactuação do risco hidrológico ocorrida em 2015, ocasião em que houve as desistências das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do deficit de geração, alguns agentes não procederam da mesma forma. Essa opção manteve suas judicializações que os isentavam do rateio do pagamento de valores discutidos em outras liminares, situação que provocou nova exposição daqueles que tinham optado pela mencionada repactuação.

Em decorrência dessa nova exposição, com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aqueles que não aderiram à repactuação, foi impetrada uma ação judicial que resultou no deferimento “Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela”, em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos valores oriundos do deficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos.

* 1. **Alienação de Ativos de Geração de Energia Elétrica e de Distribuição de Gás**

Em 21 de dezembro de 2015, o Governador do Distrito Federal sancionou a Lei nº 5.577/2015, na qual a CEB fica autorizada a alienar suas participações acionárias em empresas de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, vinculando a aplicação dessas receitas em investimentos, pagamentos de tributos e amortizações de empréstimos da controlada CEB Distribuição S.A..

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que o Conselho de Administração da CEB aprovou na Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2016, o Plano de Negócio para o período de 2017 a 2021, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016.

Em resumo, o Plano estabeleceu os seguintes objetivos centrais para dar sequência ao saneamento econômico-financeiro da CEB:

• Adequação dos custos e despesas operacionais; e

• Redução do endividamento com consequente diminuição do serviço da dívida.

Assim sendo, as principais estratégias para a viabilização do Plano de Negócio estão centradas, principalmente, nos seguintes eventos:

• Alienação de participações societárias;

• Monetização de ativos imóveis; e

• Capitalização do principal negócio da Companhia, a CEB Distribuição S.A..

### BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

* 1. **Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

* Os instrumentos financeiros não derivativos foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
* Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas para fins da gestão administrativa.

* + 1. **Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (*IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*).

* + 1. **Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e que estão alinhadas às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

* + 1. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseada na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

* + - 1. **Estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa**

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram. O critério utilizado pelo Grupo para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes de fornecimento de energia e pode ser assim demonstrado:

Consumidores

* Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
* Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias; e
* Classe industrial e rural e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias

O cálculo considerou todas as unidades consumidoras ligadas e desligadas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na Nota Explicativa nº 2.7.1 Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 6.3.

* + - 1. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o registro contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que corresponde ao maior montante entre o “valor justo menos custos de venda” e o “valor em uso”. O cálculo é baseado em informações disponíveis de “transações de venda de ativos similares” ou “preços de mercado menos custos adicionais” para descartar o ativo, e utiliza o modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto do teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação (Nota Explicativa nº 2.15).

* + - 1. **Provisões**
         1. **Provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia ou suas controladas e coligadas possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios são constituídas para todos os processos com os quais seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas e coligadas, inclui a avaliação das evidências disponíveis; a hierarquia das leis; as jurisprudências; as decisões mais recentes nos tribunais; e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos.

As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Grupo revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 26.

* + - 1. **Benefícios a empregados**
         1. **Benefícios de curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia ou suas controladas e coligadas têm uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável.

* + - * 1. **Benefícios pós-emprego**

A Companhia e suas controladas, em especial a CEB-D (“Patrocinadoras”), patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. As patrocinadoras concedem, também, determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários – Plano Assistencial (Nota Explicativa nº 25).

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial externa realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc. Essas premissas e projeções são revisadas em bases trimestrais ao final de cada período.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas auferidos na avaliação atuarial dos benefícios gerados por alterações nas premissas, compromissos atuariais sobre o passivo atuarial são contabilizados no patrimônio líquido em conta denominada “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

O ativo ou o passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos públicos de longo prazo), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos; e valor justo dos ativos do plano que será usado para liquidar as obrigações.

Os ativos do plano de benefício complementar são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB). Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores das Patrocinadoras e não podem ser pagos diretamente às Patrocinadoras. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

* + - 1. **Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 4.3).

* + - 1. **Depreciação de ativos tangíveis**

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do Órgão Regulador. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/2012-ANEEL. As novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/2009.

Na Investco S.A., as taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas para a depreciação dos seus ativos imobilizados. O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato firmado entre a Geradora e a União. Ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Geradora pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Administração entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas, bem como analisados os seus impactos, se existentes.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 15).

* + - 1. **Amortização de ativos intangíveis**

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota Explicativa nº 16).

* 1. **Consolidação das Demonstrações Financeiras e Contabilização de Investimentos Societários**
     1. **Participações societárias**

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme quadro a seguir:

| **Investidas** | **Atividade** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Participações diretas** |  |  |  |
| **Em Controladas** |  |  |  |
| CEB Distribuição S.A. | Distribuição | 100,00% | 100,00% |
| CEB Geração S.A. | Geração | 100,00% | 100,00% |
| CEB Participação S.A. | Comercialização | 100,00% | 100,00% |
| CEB Lajeado S.A. | Comercialização | 59,93% | 59,93% |
| Companhia Brasiliense de Gás S.A. | Gás | 17,00% | 17,00% |
| **Em Controlada em Conjunto** |  |  |  |
| Energética Corumbá III S.A. | Geração | 37,50% | 37,50% |
| **Em Coligada** |  |  |  |
| Corumbá Concessões S.A. | Geração | 47,57% | 47,57% |
| **Participações indiretas** |  |  |  |
| **Em Coligada** |  |  |  |
| Investco S.A. | Geração | 11,99% | 11,99% |
| **Outras Participações** |  |  |  |
| BSB Energética S.A. | Geração | 9,00% | 9,00% |

* + - 1. **Controladas**
         1. **CEB Distribuição S.A.**

A CEB Distribuição S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, reorganizada em conformidade com a Lei Distrital n° 2.710, de 24 de maio de 2001, com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília – CEB.

A CEB D é uma concessionária do serviço público de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

1. **Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB D**

Em 9 de Dezembro de 2015 foi celebrado, com o Ministério de Minas e Energia (MME), o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, prorrogando a concessão dos serviços de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos.

A prorrogação da concessão reflete a avaliação positiva do Poder Concedente com relação às ações da Administração dirigidas à CEB Distribuição S.A., que privilegiam a busca da eficiência operacional e financeira, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, bem como a eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

A CEB Distribuição S.A. tem convivido com dois problemas estruturais: alto índice de endividamento, além de custos e despesas operacionais incompatíveis com as receitas correspondentes. Entretanto, para combater a grave crise financeira, a Administração, em 2015, concebeu um plano de trabalho que envolvia três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária do Grupo CEB.

A primeira fase, os ajustes pontuais, foi executada, o que promoveu de imediato, a redução de custos e despesas com pessoal, serviços de terceiros e outras rubricas, em montante bastante expressivo.

A segunda fase, dos ajustes estruturais está em curso e além de promover, com êxito, uma redução da estrutura organizacional, com a diminuição de diretorias e racionalização de atividades meio e finalísticas, já apresenta resultados positivos.

Vale mencionar que a Administração atuou proativamente para a redução dos elevados custos do Plano Assistencial, que consistiu no acompanhamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada, em 2014, pelo Chefe do Poder Executivo contra as Leis nº 3.010/2002 e 3.199/2003, conforme Nota Explicativa específica e Fato Relevante publicado em 29/02/2016.

A terceira fase, a reorganização societária do Grupo CEB, consiste na alienação de ativos de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, já autorizada na forma da Lei nº 5.577/2015, conforme Fato Relevante publicado em 23 de dezembro de 2015. A injeção de recursos decorrente da monetização dos ativos de geração contribuirá substancialmente para a redução do endividamento a níveis compatíveis com as metas fixadas pela ANEEL no novo Contrato de Concessão.

As ações gerenciais mencionadas propiciaram a recuperação das condições necessárias para garantir a continuidade operacional da CEB Distribuição S.A., atendendo aos requisitos regulatórios de qualidade do serviço prestado e do atendimento dos seus clientes.

1. **Revisão Tarifária Periódica – RTP 2016**

Em 18 de outubro de 2016, a diretoria colegiada da ANEEL homologou o resultado da Audiência Pública nº49/2016 que tratou do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica da CEB D, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 3,42%, sendo 1,04% para os consumidores em alta tensão e 4,62% para os consumidores de baixa tensão. Foram ainda fixados os novos limites de indicadores de continuidade Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC para o período de 2017 a 2021, bem como fixado o novo referencial regulatório para perdas de energia para os reajustes de 2017 a 2020.

Na determinação da nova Receita Requerida da Concessionária, são levados em consideração os custos referentes à Parcela A e à Parcela B, bem como custos referentes a Outras Receitas, Componentes Financeiros e Fator X. No processo tarifário em questão, foi incorporada a parcela remanescente do diferimento tarifário referente ao IRT 2014.

As informações do percentual homologado encontram-se na Resolução Homologatória nº 2.161, de 18 de outubro de 2016, já com o detalhamento dos cálculos está na Nota Técnica nº 340/2016-SGT/ANEEL, de 11 de outubro de 2016.

1. **Conta de Desenvolvimento Energético – CDE**

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, visando o desenvolvimento energético dos estados.

A CDE tem como finalidade promover a universalização do serviço de energia elétrica; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa dos consumidores Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; destinar recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; e promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, e da Medida Provisória nº 605/2013, vigente no período de 23 de janeiro a 03 de junho de 2013, a CDE teve seu rol de destinações ampliado: prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica; e para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição.

Em caráter excepcional, visando atenuar os efeitos da conjuntura hidrológica desfavorável, e diante das medidas empreendidas pelo Governo Federal em prol da modicidade tarifária, foi publicado o Decreto nº 7.945/2013, que introduziu novas alterações nos instrumentos de repasse de recursos da CDE. Assim, a CDE passou a prover ainda: recursos para o risco hidrológico, exposição involuntária; Encargos de Serviços do Sistema - ESS por segurança energética; e o valor, integral ou parcial, do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, de que trata a Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, relativo ao ESS e à energia comprada para revenda (CVAess e CVAenergia).

1. **Plano Assistencial – FACEB – Inconstitucionalidade das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003**

Em 4 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia encaminhou o Parecer nº 295/2012/JUR–CEB D à então Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, solicitando pronunciamento da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, “no sentido de avaliar a constitucionalidade da Lei Distrital nº 3.010/2002, alterada pela Lei Distrital nº 3.199/2003”, que dispõem sobre a extensão de benefícios do plano assistencial a ex-empregados da Companhia Energética de Brasília – CEB. Por sua vez, em 13 de novembro de 2014, a PGDF aprovou o Parecer nº 002/2013, que concluiu pela inconstitucionalidade das referidas leis distritais.

Em 11 de dezembro de 2014, foi proposta a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2, em que o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme o Acórdão nº 893.733, disponibilizado na Edição nº 181/2015 do Diário da Justiça, de 25 de setembro de 2015, julgou procedente a referida ADI. Foi declarada com eficácia erga omnes, a inconstitucionalidade formal e material das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003, restringindo seus efeitos após o prazo de dezoito meses, a contar da publicação do acórdão.

Em cumprimento ao disposto no artigo 129, caput, do Regimento Interno do Tribunal, o acórdão foi republicado na Edição nº 37/2016 do Diário de Justiça, de 26 de fevereiro de 2016, não cabendo mais recurso da decisão.

Como consequência deste ato, a CEB Distribuição S.A. elaborou o laudo atuarial considerando somente os efeitos até os dezoito meses a contar da publicação do acórdão. Desta forma, o valor provisionado relativo ao plano assistencial foi de R$ 28.564, o que gerou uma reversão da provisão constituída no montante de R$ 249.226, sendo R$ 158.514 revertidos contra a conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e R$ 90.712 revertidos contra o resultado no exercício de 2015.

1. **Sobrecontratação de energia elétrica**

A crise econômica que perdurou no exercício de 2016 e o aumento das tarifas causado pela elevação dos encargos setoriais e pela amortização do financiamento que reduziu as tarifas em 2012 ocasionou a queda do consumo de energia elétrica, produzindo um excedente na energia contratada superior ao limite regulatório de 5%.

Por outro lado, o aumento da migração de consumidores potencialmente livres e especiais para o Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como a evolução da implantação da Geração Distribuída nas unidades consumidoras na área de concessão da CEB D, também contribuíram para o incremento das sobras de energia.

Tais sobras de energia da CEB Distribuição S.A. em 2016 alcançou 16,27% em relação ao total de energia contratada que, após o desconto do limite regulatório (5% do mercado verificado), resultou na sobrecontratação de 1.020 GWh, representando 12,1% da energia contratada pela Distribuidora. Após as ações gerenciais implementadas em 2016, este percentual de sobrecontratação foi reduzido para 9,5%.

Registre-se que no processo do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica ocorrido em 2016, o Órgão Regulador considerou toda sobrecontratação no cálculo das tarifas. Parte destas, relativa ao excedente de 5%, no valor de R$ 65,2 milhões, foi provisionado como Passivo Financeiro – Sobrecontratação, em função das incertezas sobre o acolhimento da alegação de involuntariedade pela ANEEL, cuja decisão ocorrerá em 2017.

* + - * 1. **CEB Geração S.A.**

A CEB Geração S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de geração de energia elétrica, detentora de 2 (duas) concessões:

1. UTE Brasília

A Usina Termelétrica de Brasília – UTE Brasília teve sua outorga prorrogada pela Portaria do Ministério de Minas Energia – MME nº 255 de 12 de julho de 1999, com termo final da concessão em 7 de julho 2015.

Em 29 de junho de 2012, a CEB Geração S.A. apresentou à ANEEL requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica, conforme Subcláusula Primeira e Segunda da Cláusula Segunda do Contrato de Concessão n° 65/1999-ANEEL. A Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração da ANEEL, no dia 28 de agosto de 2012, negou o pedido de prorrogação, alegando não haver nos termos da legislação vigente, possibilidade de uma segunda prorrogação, solicitando arquivamento do pedido.

Em 19 de novembro de 2014, mediante o Despacho nº 4.511, a Diretoria da ANEEL autorizou o início do processo de caducidade da concessão da UTE Brasília, dado que a premissa básica para a condição de operação comercial encontrava-se há tempos comprometida, estando a operação comercial suspensa desde dezembro de 2012.

Em 3 de fevereiro de 2015, a CEB Geração S.A. recebeu o Termo de Intimação – TI nº 1001/2015-SFG/ANEEL, acerca da abertura da penalidade de caducidade da concessão para exploração da UTE Brasília, conforme Deliberação da Diretoria da ANEEL, nos termos do Despacho nº 4.511/2014.

Em 27 de fevereiro de 2015, no prazo regulamentar, a CEB Geração S.A. se manifestou sobre o objeto do TI nº 1001/2015 e, pelas motivações apresentadas, solicitou à ANEEL que fosse afastada a intenção de aplicação de penalidade, de modo que a concessão não fosse extinta por caducidade e sim por advento do término contratual.

Por meio do Despacho nº 1.176, de 22 de abril de 2015, a ANEEL decidiu encaminhar os autos do Processo nº 48500.003992/2008-88 ao Ministério de Minas e Energia – MME, com a recomendação de declarar a caducidade da concessão da UTE Brasília.

Diante disso, a CEB Geração S.A., no exercício de 2016, providenciou as medidas cabíveis relativas à destinação dos ativos remanescentes da concessão, ainda não concluídas, que, potencialmente, poderão gerar receitas não operacionais, quando das destinações das máquinas, assim como dos imóveis onde estão instaladas.

1. UHE Paranoá – UPA

A Usina Hidrelétrica do Paranoá – UHE Paranoá foi outorgada pelo Decreto nº 65.664, de 29 de outubro de 1969, e prorrogada pela Portaria MME nº 255 de 1999, com termo final da concessão em 29 de outubro de 2019.

No dia 24 de outubro de 2014, a CEB Geração S.A. apresentou à ANEEL requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Hidroelétrica do Paranoá, nos termos da Lei n° 12.783/2013 e Despacho ANEEL n° 3.065/2012.

Em função da Nota Técnica nº 562/2014 – ANEEL, a CEB Geração S.A. manifestou-se contrária à prorrogação da concessão de geração de energia elétrica da UHE Paranoá, apesar de requerida em 24 de outubro de 2014, por considerar empresarialmente inviável a condição apresentada pela ANEEL. A Diretoria da Companhia Energética de Brasília – CEB, em 22 de maio de 2015, acatou o encaminhamento da não antecipação da prorrogação do prazo da concessão da UHE Paranoá e o Conselho de Administração referendou essa decisão, que foi encaminhada à apreciação da 88ª Assembleia Geral de Acionistas, que ratificou a decisão daqueles colegiados.

A ANEEL, por meio do Despacho nº 2.251/2015, determinou que a Superintendência de Concessão e Autorização de Geração – SCG tomasse as providências cabíveis junto ao Ministério de Minas e Energia para a inclusão da referida usina no rol das geradoras a serem oportunamente licitadas.

Em novembro de 2016, houve o enquadramento da Usina Hidrelétrica do Paranoá como Pequena Central Hidroelétrica – PCH. Essa alteração proporciona redução da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD de 50%, bem como a isenção da aplicação de 1% da Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, apesar da obrigatoriedade do pagamento do encargo de Uso de Bem Público – UBP. Outro benefício, do ponto de vista da receita, foi a venda de energia em dezembro de 2016 já como Fonte Incentivada, cujo preço ficou superior à energia comercializada anteriormente como Fonte Convencional.

Assim, com o enquadramento da UPA em PCH, foi assinado novo contrato de concessão com Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O Contrato nº 01/2016-ANEEL, teve como objeto a transformação em PCH e a consequente alteração da modalidade da Concessão de Serviço Público para Produtor Independente de Energia, resultando em mais liberdade na gestão do empreendimento.

Também foram formalizados dois termos aditivos ao mencionado Contrato de Concessão. O primeiro, diz respeito à transferência da Concessão da Usina do Paranoá da Companhia Energética de Brasília S.A. para a CEB Geração S.A, conforme Resolução Autorizativa nº 318 da ANEEL, de 14/09/2005; o segundo prorrogou o prazo de concessão da usina, cujo vencimento passou de outubro de 2019 para abril de 2020.

* + - * 1. **CEB Participações S.A.**

A CEB Participações S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral da CEB, que atua na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

A sociedade atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG/CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

Complementarmente, a Empresa detém a participação acionária correspondente a 2,35% do capital da Corumbá Concessões S.A..

* + - * 1. **CEB Lajeado S.A.**

A CEB Lajeado S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás detém 40,07% do total das ações, representada por ações preferenciais.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da Investco S.A.. Sobre este capital, a CEB Lajeado S.A. detém 20% de participação.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n° 05/1997 e respectivos aditivos. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

* + - * 1. **Companhia Brasiliense de Gás S.A.**

A Companhia Brasiliense de Gás S.A. é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital no 2.518, de 10 de janeiro de 2000. Tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia poderá ainda:

* Efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
* Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
* Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 09 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal, por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.

A Companhia Energética de Brasília – CEB é controladora da Companhia Brasiliense de Gás S.A. com 51% das ações ordinárias e 17% do total das ações**.**

* + 1. **Controlada em conjunto**
       1. **Energética Corumbá III S.A.**

A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais.

* + 1. **Coligadas**
       1. **Corumbá Concessões S.A.**

A Corumbá Concessões S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente. A participação do Grupo no capital social da Empresa é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% de propriedade da CEB Participações S.A..

Ação de cobrança proposta pela Saneamento de Goiás S.A. – Saneago

A empresa Saneamento de Goiás S.A. – Saneago, ajuizou ação de cobrança contra a Corumbá Concessões S.A., embasada no argumento de que ocorreu a inundação de uma obra de captação de água bruta, de sua propriedade, no rio Corumbá, em decorrência da formação do lago para produção de energia hidrelétrica, de responsabilidade da Corumbá Concessões S.A., restando à autora da ação judicial, o prejuízo de R$ 24.021, orçado em outubro de 2006.

A Corumbá Concessões S.A., por sua vez, alegou que tinha conhecimento da interferência das obras que seriam feitas sobre a construção da estação de captação de água já iniciada pela Saneago, e que desde a assinatura do Termo de Compromisso, cumpriu com as obrigações referentes à primeira fase da obra, tendo sido impedida de dar prosseguimento à segunda etapa da construção, por fatos alheios à sua vontade, por parte da resistência apresentada pelos proprietários dos imóveis situados nas proximidades da área e a fiscalização do Ibama/DF.

Posteriormente, houve a emissão da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido da Corumbá Concessões S.A., pela não aplicação da multa por atraso na execução da obra, eis que as resistências criadas constituíram situações não gerenciáveis pela Empresa, que a impediram de cumprir as obrigações, excluindo, portanto, sua responsabilidade pela mora, não sendo cabível a condenação ao pagamento da multa contratual. Entretanto, o juiz entendeu ser necessário, em procedimento de liquidação de sentença, se apurar a quantia devida, o que requer o auxílio de um perito para estimar o valor da obra inundada.

Após recursos de ambas as partes no curso da ação de cobrança, em 12 de maio de 2015, foi proposta pela Saneago ação de liquidação provisória de sentença, na qual deverá ser apurado o valor real dos prejuízos materiais sofridos pela Empresa. A perícia de liquidação ainda não foi iniciada, e o valor original da causa foi atualizado para R$ 41.969. A Administração da coligada considerou como provável a probabilidade de perda da ação, sendo esta reconhecida nas demonstrações intermediárias da Corumbá Concessões S.A., de 31 de março de 2016.

* + - 1. **Investco S.A. (Participação Indireta)**

A Investco S.A. é uma empresa de capital aberto que tem como objeto social a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado. A CEB detém através de sua controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A. de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias; 20,0% de ações preferenciais classe R; 6,02% de ações preferenciais classe A; e 20% de ações preferenciais classe B.

A Investco S.A., juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos do Contrato de Concessão n° 05/1997 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

* + 1. **Ligada**
       1. **BSB Energética S.A.**

A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,0% do capital social da BSB Energética S.A..

* + 1. **Concessões**

A CEB, suas controladas e controlada em conjunto, são detentoras das seguintes concessões:

| **Investidas** | **Localização** | **Data do Ato** | **Data de Vencimento** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Distribuição** |  |  |  |
| CEB Distribuição S.A. | Brasília – DF | 09/12/2015 | 07/07/2045(a) |
| **Geração** |  |  |  |
| CEB Participações S.A. | Brasília – DF | 26/01/2000 | 18/12/2032 |
| CEB Geração S.A. | Brasília – DF | 14/09/2005 | 29/04/2020 |
| Energética Corumbá III S.A. | Brasília – DF | 07/11/2001 | 07/11/2036 |
| CEB Lajeado S.A. | Brasília – DF | 31/12/1999 | 15/12/2032 |
| **Outros** |  |  |  |
| Companhia Brasiliense de Gás S.A. | Brasília – DF | 23/03/2001 | 09/01/2030 |

(a)A CEB Distribuição S.A. era detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, em 26 de agosto de 1999, cujo vencimento ocorreu em 07 de julho de 2015. Em 09 de dezembro de 2015, foi celebrado o aditamento do contrato nº 66/1999, que tem como objeto a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica da CEB Distribuição S.A., até 7 de julho de 2045. O aditamento ocorreu com base no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, com fulcro na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012; e no Decreto nº 8.461, de 2 de janeiro de 2015.

* + 1. **Participação de acionistas não-controladores**

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente, nenhum ágio ou deságio é reconhecido como resultado de tais transações.

* + 1. **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

* 1. **Conversão de moeda estrangeira**
     1. **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

* + 1. **Transações em moeda estrangeira**

A Companhia definiu que sua moeda funcional para todo o Grupo é o Real de acordo com as definições do Pronunciamento Técnico CPC nº 2 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21).

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

* 1. **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota Explicativa nº 5).

* 1. **Ativos Financeiros** 
     1. **Classificação**

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis; ativos financeiros mantidos até o vencimento; e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

* + - 1. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações Financeiras registradas em caixa e o equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5) e as Aplicações Financeiras com prazo superior a noventa dias (Nota Explicativa nº 12).

* + - 1. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

O Grupo tem a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

* + - 1. **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: caixa e bancos (Nota Explicativa nº 5); contas a receber (Nota Explicativa nº 6); valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros (Nota Explicativa nº 8).

* + - 1. **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo, acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

O Grupo classificou o ativo financeiro indenizável da concessão dentro da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota Explicativa nº11).

* + 1. **Reconhecimento e mensuração**

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa correspondentes expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas repassam os direitos daqueles fluxos de caixa por meio de uma transação, na qual, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventuais participações que sejam criadas ou retidas pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia ou suas controladas e coligadas têm o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar ou realizar o ativo e o passivo, simultaneamente.

* + 1. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)**
       1. **Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Grupo avalia na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Há evidência objetiva de *impairment* se, após o reconhecimento inicial dos ativos, for constatada perda apurada por meio de fluxos de caixa futuros, estimada de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

* Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
* Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
* O Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
* Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
* O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
* Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
* Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
* Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* quando incorrido é registrado no resultado e, se num período subsequente, o valor dessa perda diminuir, em função de um evento que ocorreu após adeterioração anteriormente reconhecida, tal perda deverá ser revertida na demonstração do resultado.

* 1. **Instrumentos Financeiros Derivativos**

O Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos.

* 1. **Contas a Receber**

O Grupo classifica os valores a receber dos consumidores, dos revendedores, das concessionárias e das permissionárias na rubrica contas a receber. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e estão apresentados pelo valor presente e são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de estimativa de perda com crédito de liquidação duvidosa.

Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionários e permissionários incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica e de prestação de serviços de manutenção e obras de Iluminação pública; incluem ainda o uso do sistema de distribuição por clientes livres, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota Explicativa nº 6).

* + 1. **Estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa**

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram. O critério utilizado pelo Grupo para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes de fornecimento de energia e pode ser assim demonstrado:

Consumidores

* Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
* Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias; e
* Classe industrial e rural e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.
  1. **Estoques**

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo), classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos (material de depósito), classificados no ativo não circulante – imobilizado, que estão registrados pelo custo médio de aquisição. Quando exceder os custos de reposição ou valores de realização, são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

* 1. **Reconhecimento dos Valores a Receber/Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros**

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL aditou os contratos de concessão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica, visando eliminar eventuais incertezas quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados à tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o Órgão Regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica OCPC08, que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros, que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento do contrato de concessão representou um elemento novo, que eliminou as eventuais incertezas quando à realização do ativo ou exigibilidade do passivo dos itens da Parcela A e outros componentes financeiros, que até então, não eram reconhecidos.

Por se tratar de evento novo, o Grupo efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços (Nota Explicativa nº 8).

O Grupo reconhece os valores a receber/pagar da Parcela A e outros itens financeiros, pelo regime de competência. Esta forma de apresentação, além de atender aos preceitos da Lei no 6.404/1976, art. 177, resulta em uma informação mais confiável e relevante para a compreensão dos efeitos destas transações nas demonstrações financeiras.

* 1. **Ativo Não Circulante Mantido Para Venda**

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda, se o seu valor contábil for recuperável por meio de transação de alienação. Neste caso, deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos procedimentos habituais para operações desta natureza. Além disso, sua venda deve ser altamente provável.

A Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e iniciar um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para alienação deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Espera-se, ainda, que a operação de desmobilização do ativo seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor valor entre seu “valor contábil” e o “valor justo menos as despesas de venda”. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por *impairment* é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda.

O grupo tem classificado como ativos mantidos para venda apenas terrenos e prédios (Nota Explicativa nº 13).

* 1. **Contrato de Concessão (ativo intangível de concessão e ativo financeiro indenizável) – Atividade de Distribuição**

A Interpretação ICPC 1/IFRIC 12 prevê que uma vez considerado que o concessionário não controla os ativos subjacentes, a infraestrutura de concessões (incluindo energia elétrica) não pode ser reconhecida como ativo imobilizado passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação. Dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao Poder Concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes (modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e do bifurcado).

Na atividade de concessão de distribuição de energia elétrica, é aplicado o modelo denominado bifurcado em razão de as empresas do segmento possuir o direito às seguintes fontes de remuneração, derivadas da concessão:

* Do Poder Concedente, no tocante ao valor contábil da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e
* Dos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

Na avaliação da Administração da Companhia, em conjunto com consultoria técnica externa, não é aplicável a adoção do ICPC 1/IFRIC 12 nas concessões relativas à geração de energia do Grupo.

Os ativos classificados como financeiros representam a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sobre a qual a CEB D possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são classificados como disponíveis para venda e em 31 de dezembro de 2015, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é utilizada para a determinação tarifária. A valorização pela BRR, apesar de não haver legislação que confirmasse que a indenização seria neste conceito, guarda coerência com o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

Com a introdução da Medida Provisória nº 579, convertida na Lei no 12.783/2013, ficaram definidos os critérios utilizados pelo Poder Concedente para apurar o valor de indenização a ser pago ao término do contrato de concessão. A indenização será determinada com base no valor novo de reposição depreciado, utilizando a Base de Remuneração Regulatória – BRR. Desta forma, o valor da indenização a ser recebido (fluxo de caixa) através deste ativo financeiro foi estabelecido com base nessas informações. Conforme estabelecido pelo pronunciamento técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as variações na estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício. Portanto, com o advento da Medida Provisória nº 579, confirmou-se que as variações no valor da indenização decorrentes da atualização monetária ou dos valores de reposição constituem-se em elemento do fluxo de caixa esperado e, consequentemente, devem ser registrados no resultado.

De acordo, ainda, com o Pronunciamento Técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a CEB D mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC regulatório). Caso a CEB D verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Empresa para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A Administração entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório serão reconhecidos no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2016, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a CEB D concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

Os ativos classificados como intangível representam o direito da CEB D de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público. Os ativos intangíveis foram mensurados pelo valor contábil na data de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e IFRS (1º de janeiro de 2009). Esses ativos foram mensurados com base nas práticas contábeis anteriores à transição e eram mensurados com base nos mesmos critérios do ativo imobilizado descritos abaixo. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados com base no prazo de benefício econômico esperado até o final do prazo da concessão.

A CEB D mantém outros ativos intangíveis que têm vidas úteis finitas limitadas ao prazo da concessão e que são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas para redução ao valor recuperável, quando aplicável (Nota Explicativa nº 11).

* 1. **Propriedade Para Investimento**

Propriedade para investimento é aquela mantida visando auferir receita de aluguel e/ou alcançar valorização de capital, não disponível para venda no curso normal dos negócios e não utilizada na produção ou no fornecimento de produtos e serviços para propósitos administrativos. Além disso, a propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Os ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor contábil apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente (Nota Explicativa nº 14.3).

* 1. **Intangível**
     1. **Ativos intangíveis vinculados à concessão – Atividade de distribuição**

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

O Grupo mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados.

Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativos financeiro e intangível, conforme critério mencionado no item 2.10 – Contrato de concessão (ativo intangível de concessão e ativo financeiro indenizável). A parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária (Nota Explicativa nº 16).

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

* + 1. **Direito de exploração da concessão**

Refere-se ao direito da concessão pelo uso de bem público para exploração de aproveitamento hidroelétrico. É constituído pelo valor de aquisição do direito relacionado com o uso do bem público até o final do prazo de concessão e amortizado pelo prazo de concessão (Nota Explicativa nº 16).

* + 1. **Outros ativos intangíveis**

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 16).

* 1. **Ativo Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui:

* O custo de materiais e mão de obra direta;
* Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e
* Custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15.

* 1. **Perda Por Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros (impairment)**

A Administração avalia, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Não foram identificadas tais circunstâncias que levasse o Grupo a avaliar a necessidade de constituição de provisão para perda sobre o valor dos ativos não financeiros.

O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. As unidades geradoras de caixa são as atividades de gerenciamento dos negócios da rede de distribuição e geração.

* 1. **Passivos Financeiros**

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 22); fornecedores (Nota Explicativa nº 17); obrigações societárias (Nota Explicativa nº 23); e outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 27).

* 1. **Contas a Pagar aos Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

* 1. **Empréstimos e Financiamentos a Pagar**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos natransação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre osvalores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros(Nota Explicativa nº 22).

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

* 1. **Obrigações Tributárias**

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Administração do Grupo decidiu pela constituição de ativo fiscal diferido já que os planos de recuperação econômico-financeira do Grupo irão resultar na apuração de lucro tributário futuro de forma consistente no âmbito da Companhia. As demais empresas do grupo ainda não reúnem condições necessárias para a contabilização de ativo fiscal diferido.

O Grupo registrou passivo fiscal diferido relativo ao ganho na utilização do custo atribuído (*Deemed Cost*), aplicado sobre os imóveis do Grupo quando da convergência para o IFRS; quanto ao ganho no registro do VNR (Valor Novo de Reposição) aplicado sobre os bens objeto da concessão; e também sobre o registro dos Ativos e Passivos Regulatórios reconhecidos de acordo com a orientação técnica OCPC 08.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida da sua realização ou que sua realização não seja mais provável.

* 1. **Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia elétrica estão reconhecidos pelo regime de competência, com base em informações divulgadas pela CCEE, responsável pela apuração dos valores e quantidades de compras e vendas realizadas no âmbito desta entidade, ou por estimativa da Administração, quando essas informações não estão disponíveis.

* 1. **Demais Ativos e Passivos**

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

* 1. **Capital Social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

* + 1. **Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários, quando aplicável.

* + 1. **Ações preferenciais**

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

* 1. **Reconhecimento de Receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

* + 1. **Receita de prestação de serviços**

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

* + 1. **Receita de distribuição de energia elétrica**

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela concessionária. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada à medida que as faturas são emitidas, ou seja, pela competência. Os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativas (fornecimento não faturado).

* + 1. **Receita de construção**

A ICPC 01 (IFRIC 12) estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) (IAS 11) – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) (IAS 18) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), como componentes separados do mesmo contrato de concessão.

A CEB-D contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é praticamente nula, considerando que: (i) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a concessionária terceiriza a construção da infraestrutura. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após a dedução dos recursos provenientes do ingresso das obrigações especiais.

* + 1. **Receita de juros**

É reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia ou suas controladas e coligadas e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida econômica do ativo financeiro, em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

* 1. **Receitas e Despesas Financeiras**

As receitas financeiras referem‐se, principalmente, à receita de aplicação financeira; acréscimos moratórios em contas de energia elétrica; juros sobre ativos financeiros da concessão; e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia ou suas controladas e coligadas em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

* 1. **Informações por Segmento de Negócios**

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, os elementos patrimoniais e de resultado da CEB (Nota Explicativa nº 30).

* 1. **Novas Normas e Interpretações Ainda Não Adotadas**

1. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1° de janeiro de 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1° de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1° de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis.

1. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Instrumentos Financeiros; o IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes; e o IFRS 16 Arrendamento. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, assim, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Companhia no futuro.

1. *IFRS 9 Instrumentos Financeiros*

O *IFRS 9* estará vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultado Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

1. *IFRS 15 Receitas de contratos com clientes*

O *IFRS 15* estará vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

1. *IFRS 16 Arrendamento*

O *IFRS 16* estará vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 *Leases*, IFRIC 4 *Determining whether an Arrangement contains a Lease*, SIC-15 *Operating Leases – Incentives* e SIC-27 *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o *IFRS 16* determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

1. *IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)*

Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

1. *IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)*

Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas normas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor, se aplicável. Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia e em função disso, não estão destacadas acima.

Os efeitos do IFRS 15 Receitas de contratos com clientes e IFRS 9 Instrumentos Financeiros ainda estão sob análise da administração da Companhia, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

### REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

**Balanço Patrimonial**

| **Ativo** | **Controladora** | | | **Consolidado** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Divulgado em 31/12/2015** | Ajustes | **Reapresentação 31/12/2015** | **Divulgado em 31/12/2015** | Ajustes | **Reapresentação 31/12/2015** |
| Equivalência Patrimonial | Parcela "A" e Outros Itens Financeiros |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Circulante** |  |  |  |  |  |  |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 10.083 |  | 10.083 | 78.043 |  | 78.043 |
| Contas a Receber | 10.008 |  | 10.008 | 548.842 |  | 548.842 |
| Depósitos e Bloqueios Judiciais |  |  |  | - |  | - |
| Estoques | 468 |  | 468 | 7.178 |  | 7.178 |
| Tributos e Contribuições Compensáveis | 2.428 |  | 2.428 | 23.015 |  | 23.015 |
| Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros |  |  |  | 554.918 | 31.243 | 586.161 |
| Demais Créditos | 9.172 |  | 9.172 | 68.256 |  | 68.256 |
| Ativos não Circulante Mantido para Venda |  |  |  | 275.969 |  | 275.969 |
| **Total do Circulante** | **32.159** |  | **32.159** | **1.556.221** | **31.243** | **1.587.464** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Não Circulante** |  |  |  |  |  |  |
| Aplicações Financeiras |  |  |  | 6.434 |  | 6.434 |
| Contas a Receber |  |  |  | 19.636 |  | 19.636 |
| Empréstimos e Financiamentos |  |  |  |  |  |  |
| Depósitos e Bloqueios Judiciais | 824 |  | 824 | 3.095 |  | 3.095 |
| Tributos e Contribuições Compensáveis | 8.028 |  | 8.028 | 22.011 |  | 22.011 |
| Ativo Financeiro Indenizável |  |  |  | 27.651 | 67.721 | 95.372 |
| Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros |  |  |  | 127.710 |  | 127.710 |
| Demais Créditos | 285 |  | 285 | 22.932 |  | 22.932 |
|  | **9.137** |  | **9.137** | **229.469** | **67.721** | **297.190** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Investimentos | 658.143 | (39.218) | 618.925 | 353.750 |  | 353.750 |
| Imobilizado | 15.491 |  | 15.491 | 109.153 |  | 109.153 |
| Intangível | 62 |  | 62 | 1.096.135 | (67.721) | 1.028.414 |
| **Total do Não Circulante** | **682.833** | **(39.218)** | **643.615** | **1.788.507** | **(67.721)** | **1.788.507** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Total do Ativo** | **714.992** | **(39.218)** | **675.774** | **3.344.728** | **31.243** | **3.375.971** |

| **Passivo** | **Controladora** | | | **Consolidado** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Divulgado em 31/12/2015** | Ajustes | **Reapresentação 31/12/2015** | **Divulgado em 31/12/2015** | Ajustes | **Reapresentação 31/12/2015** |
| Equivalência Patrimonial | Parcela "A" e Outros Itens Financeiros |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Circulante** |  |  |  |  |  |  |
| Fornecedores | 2.213 |  | 2.213 | 322.035 |  | 322.035 |
| Obrigações Tributárias | 1.250 |  | 1.250 | 264.796 |  | 264.796 |
| Contribuição de Iluminação Pública |  |  |  | 135.107 |  | 135.107 |
| Encargos Regulatórios |  |  |  | 118.605 |  | 118.605 |
| Debêntures |  |  |  | 16.568 |  | 16.568 |
| Empréstimos e Financiamentos |  |  |  | 55.325 |  | 55.325 |
| Obrigações Societárias | 18.692 |  | 18.692 | 30.871 |  | 30.871 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas (i) | 153 |  | 153 | 40.518 | (1.788) | 38.730 |
| Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros (i) |  |  |  | 279.627 | 62.903 | 342.530 |
| Benefícios Pós Emprego |  |  |  | 69.465 |  | 69.465 |
| Provisões Para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios |  |  |  | 9.168 |  | 9.168 |
| Demais Obrigações | 423 |  | 423 | 33.421 |  | 33.421 |
| **Total do Circulante** | **22.731** |  | **22.731** | **1.375.506** | **61.115** | **1.436.621** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Não Circulante** |  |  |  |  |  |  |
| Fornecedores |  |  |  | 25.960 |  | 25.960 |
| Obrigações Tributárias (ii) | 97.269 |  | 97.269 | 273.494 | 9.346 | 282.840 |
| Contribuição de Iluminação Pública |  |  |  | 110.088 |  | 110.088 |
| Debêntures |  |  |  | 112.571 |  | 112.571 |
| Empréstimos e Financiamentos |  |  |  | 223.619 |  | 223.619 |
| Benefícios Pós Emprego |  |  |  | 21.626 |  | 21.626 |
| Encargos Regulatórios |  |  |  | 182.269 |  | 182.269 |
| Provisões Para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios | 8.356 |  | 8.356 | 69.399 |  | 69.399 |
| Obrigações Vinculadas a Concessão |  |  |  | 117.546 |  | 117.546 |
| Demais Obrigações |  |  |  | 11.829 |  | 11.829 |
| **Total do Não Circulante** | **105.625** |  | **105.625** | **1.148.401** | **9.346** | **1.157.747** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Patrimônio Líquido** |  |  |  |  |  |  |
| Capital Social | 566.025 |  | 566.025 | 566.025 |  | 566.025 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 206.815 |  | 206.815 | 206.815 |  | 206.815 |
| Prejuízos Acumulados | (186.204) | (39.218) | (225.422) | (186.204) | (39.218) | (225.422) |
| **Atribuível ao Acionista Controlador** | **586.636** | **(39.218)** | **547.418** | **586.636** | **(39.218)** | **547.418** |
| **Atribuível aos Acionistas Não Controladores** |  |  |  | **234.185** |  | **234.185** |
| **Total do Patrimônio Líquido** | **586.636** | **(39.218)** | **547.418** | **820.821** | **(39.218)** | **781.603** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Total do Passivo** | **714.992** | **(39.218)** | **675.774** | **3.344.728** | **31.243** | **3.375.971** |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Controladora** | **Consolidado** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015 – Divulgado** | **586.636** | **820.821** |
| **Ajuste de Exercícios Anteriores** |  |  |
| Ajuste na Parcela "A" e Outros Itens Financeiros |  | (39.218) |
| **Equivalência Patrimonial sobre:** |  |  |
| Alteração do Resultado em Investida – CEB Distribuição S.A. | (39.218) |  |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2014** – **Reapresentado** | **547.418** | **781.603** |

**Demonstração do Resultado do Exercício**

| R**esultado** | **Controladora** | | | **Consolidado** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Divulgado em 31/12/2015** | Correção de Classificação | **Reapresentação 31/12/2015** | **Divulgado em 31/12/2015** | Correção de Classificação | **Reapresentação 31/12/2015** |
| Equivalência Patrimonial | Reprocessamento Energia de Curto Prazo - CCEE |
|  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (b)** | **25.485** |  | **25.485** | **2.427.203** | **(31.199)** | **2.396.004** |
| Custo com Energia Elétrica |  |  |  | (1.634.432) |  | (1.634.432) |
| Custo de Operação (c) |  |  |  | (317.476) | (2.022) | (319.498) |
| Custo do Serviço Prestado a Terceiros | (23.753) |  | (23.753) | (21.348) |  | (21.348) |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Lucro Bruto** | **1.732** |  | **1.732** | **453.947** | **(33.221)** | **420.726** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Receitas/(Despesas) Operacionais** | **60.360** | **(39.218)** | **21.142** | **(196.368)** | **6.277** | **(190.091)** |
| Despesas com Vendas (c) | (22.174) |  | (22.174) | (157.932) | 3.440 | (154.492) |
| Despesas Gerais e Administrativas (c) | (9.758) |  | (9.758) | (150.709) | (3.647) | (154.356) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 93.069 | (39.218) | 53.851 | (2.213) |  | (2.213) |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais (d) | (777) |  | (777) | 114.486 | 6.484 | 120.970 |
| Outras Receitas Operacionais | 126 |  | 126 | 209.478 | 6.484 | 215.962 |
| Outras Despesas Operacionais | (903) |  | (903) | (94.992) |  | (94.992) |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Lucro/(Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro** | **62.092** | **(39.218)** | **22.874** | **257.579** | **(26.944)** | **230.635** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Receitas (Despesas) Financeiras** | **2.654** |  | **2.654** | **(109.367)** |  | **(109.367)** |
| Receitas Financeiras | 2.743 |  | 2.743 | 134.780 |  | 134.780 |
| Despesas Financeiras | (89) |  | (89) | (201.225) |  | (201.225) |
| Variação Cambial |  |  |  | (42.922) |  | (42.922) |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Lucro/ (Prejuízo) Operacional Antes dos Tributos** | **64.746** | **(39.218)** | **25.528** | **148.212** | **(26.944)** | **121.268** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social** | **(80)** |  | **(80)** | **(59.693)** | **(12.275)** | **(71.968)** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente | (80) |  | (80) | (19.433) |  | (19.433) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido |  |  |  | (40.260) | (12.275) | (52.535) |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período** | **64.666** | **(39.218)** | **25.448** | **88.519** | **(39.219)** | **49.300** |
| Atribuído aos Acionistas Controladores |  |  |  | 64.666 |  | 25.448 |
| Atribuído aos Acionistas Não Controladores |  |  |  | 23.853 |  | 23.852 |

**Demonstração do Valor Adicionado**

| Resultado | **Controladora** | | | **Consolidado** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Divulgado em 31/12/2015** | Correção de Classificação | **Reapresentação 31/12/2015** | **Divulgado em 31/12/2015** | Correção de Classificação | **Reapresentação 31/12/2015** |
| Equivalência Patrimonial | Reprocessamento Energia de Curto Prazo - CCEE |
|
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Receitas** | **6.771** |  | **6.771** | **4.005.147** | **(31.660)** | **3.973.487** |
| Venda de Energia e Serviços Prestados | 28.869 |  | 28.869 | 3.950.071 | (31.660) | 3.918.411 |
| Receita de Construção de Ativos Próprios |  |  |  | 82.781 |  | 82.781 |
| Provisão/Rev. Para Créditos de Liquidação Duvidosa | (22.174) |  | (22.174) | (85.219) |  | (85.219) |
| Receita de Alienação de Ativo Imobilizado | 76 |  | 76 | (10.536) |  | (10.536) |
| Outras Receitas |  |  |  | 68.050 |  | 68.050 |
| **Insumos Adquiridos de Terceiros** | **(24.568)** |  | **(24.568)** | **(2.020.906)** |  | **(2.020.906)** |
| Custos com Serviço de Energia Elétrica |  |  |  | (1.818.753) |  | (1.818.753) |
| Custos de Construção |  |  |  | (82.781) |  | (82.781) |
| Serviços de Terceiros | (22.934) |  | (22.934) | (152.996) |  | (152.996) |
| Material | (811) |  | (811) | (7.045) |  | (7.045) |
| Provisões/Reversões | (855) |  | (855) | 96.010 |  | 96.010 |
| Outros | 32 |  | 32 | (55.341) |  | (55.341) |
| **Valor Adicionado Bruto** | **(17.797)** |  | **(17.797)** | **1.984.241** | **(31.660)** | **1.952.581** |
| **Retenções** | **(89)** |  | **(89)** | **(54.467)** |  | **(54.467)** |
| Depreciação e Amortização | (89) |  | (89) | (54.467) |  | (54.467) |
| **Valor Adicionado Líquido Produzido** | **(17.886)** |  | **(17.886)** | **1.929.774** | **(31.660)** | **1.898.114** |
| **Valor Adicionado Recebido em Transferência** | **95.812** | **(39.218)** | **56.594** | **132.567** |  | **132.567** |
| Receitas Financeiras | 2.688 |  | 2.688 | 134.460 |  | 134.460 |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 93.069 | (39.218) | 53.851 | (2.213) |  | (2.213) |
| Dividendos Recebidos | 55 |  | 55 | 320 |  | 320 |
| **Valor Adicionado Total a Distribuir** | **77.926** | **(39.218)** | **38.708** | **2.062.341** | **(31.660)** | **2.030.681** |
| **Distribuição do Valor Adicionado** | **77.926** | **(39.218)** | **38.708** | **2.062.341** | **(31.660)** | **2.030.681** |
| **Empregados** | **10.710** |  | **10.710** | **185.964** | **(1.788)** | **184.176** |
| Remuneração Direta | 10.643 |  | 10.643 | 111.192 |  | 111.192 |
| FGTS | 44 |  | 44 | 10.916 |  | 10.916 |
| Benefícios | 23 |  | 23 | 51.743 | (1.788) | 49.955 |
| Participação nos Lucros e Resultados |  |  |  | 12.113 |  | 12.113 |
| **Impostos, Taxas e Contribuições** | **2.343** |  | **2.343** | **1.501.478** | **9.346** | **1.510.824** |
| Federal | 1.752 |  | 1.752 | 862.926 | 9.346 | 872.272 |
| Estadual e Municipal | 591 |  | 591 | 638.552 |  | 638.552 |
| **Remuneração de Capitais de Terceiros** | **207** |  | **207** | **286.380** |  | **286.380** |
| Aluguéis | 118 |  | 118 | 42.233 |  | 42.233 |
| Despesas Financeiras | 89 |  | 89 | 244.147 |  | 244.147 |
| **Remuneração de Capitais Próprios** | **64.666** | **(39.218)** | **25.448** | **88.519** | **(39.218)** | **49.301** |
| Participação dos Acionistas Não Controladores |  |  |  | 23.853 |  | 23.853 |
| Lucros Líquidos/(Prejuízos) Retidos | 64.666 | (39.218) | 25.448 | 64.666 | (39.218) | 25.448 |

**Os eventos que motivaram os ajustes estão descritos a seguir:**

**(i) Reclassificações**

1. **Ativo Financeiro de Concessões:** Em dezembro de2015, com a prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição por mais 30 anos, grande parte dos ativos classificados como financeiros foram transferidos para realização no ativo intangível, inclusive a remuneração aplicada ao Valor Novo de Reposição (VNR). Entretanto, após reanálise da transferência, verificou-se que os valores dessa remuneração, aplicáveis à rubrica Terreno, havia sido transferidos para o Ativo Intangível. Tal transferência em 2015 gerou efeito positivo no resultado pela reversão do diferimento do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro.

Em dezembro de 2016, a Companhia procedeu a reclassificação contábil efetuando a transferência do valor de R$ 67.721 do Ativo Intangível para o Ativo Financeiro e efetuou o ajuste contábil dos tributos diferidos sobre o VNR, gerando um efeito negativo no Patrimônio Líquido de R$ 23.014.

1. **Taxa de Fiscalização**: A Taxa de Fiscalização ANEEL em 2015 foi apresentada como Custo de Operação no grupo de Despesas Operacionais – Serviço com Energia. Em 2016 a Taxa de Fiscalização foi reclassificada para o grupo Deduções da Receita (R$ 2.467) conforme determina a ANEEL no Manual de Contabilidade.
2. **Participação nos Lucros e Custo com Previdência Privada:** Com a implantação do novo sistema ERP/SAP foi possível segregar os custos com participação nos Lucros e com a Previdência Privada entre Custo de Operação, Despesas com Vendas e Despesas Gerais e Administrativas. Diante disso, os valores apresentados em 2015 foram reclassificados para fins de comparabilidade.
3. **Receita de Recuperação de Perdas e Compensação a Consumidores:** Os valores relativos à Receita de Recuperação de Perdas e Compensação a Consumidores foram apresentados no exercício de 2015 como Outras Receitas e Outras Despesas, respectivamente. Em 2016 tais valores estão sendo apresentados como Despesas com Vendas para melhoria da divulgação e comparação.

**(ii) Ajustes**

1. **Ativos e Passivos Regulatórios (CVA):** Por meio da Resolução Homologatória nº 1.937, de 25 de agosto de 2015, a ANEEL homologou os valores dos componentes tarifários financeiros do IRT 2015 contabilizados pela CEB Distribuição S.A. para serem amortizados à medida da realização do faturamento mensal.

Em abril de 2016, na apuração da amortização da CVA, verificou-se a ocorrência de valores subestimados em relação ao total dos componentes financeiros no período pós IRT de 2015, no valor líquido de R$ 31.660.

A CEB D, por sua vez, realizou o registro desta transação, de forma retrospectiva, conforme preceitua o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

O efeito desta transação no patrimônio líquido da distribuidora foi de R$ 16.204, decorrente do registro nos ativos e passivos regulatórios (R$ 31.243 e R$ 62.903, respectivamente), nos impostos diferidos (R$ 13.668) e na provisão da Participação nos Lucros e Resultados – PLR (R$ 1.788).

1. **Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre a Atualização Valor Novo de Reposição (VNR):** Com a reclassificação do valor de R$ 67.721 do Ativo Intangível para o Ativo Financeiro foi necessário apropriar o diferimento do imposto de renda e a contribuição social sobre o VNR. O efeito desta transação no Patrimônio Líquido foi de R$ 23.014.

### INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

* Quanto à CEB D, a diretriz da Administração é oferecer um serviço de qualidade à população do Distrito Federal e garantir rentabilidade compatível com o mercado aos seus acionistas.

A CEB Distribuição S.A. tem convivido com dois problemas estruturais: endividamento oneroso e custos e despesas operacionais incompatíveis com as receitas correspondentes.

Para combater a grave crise financeira da Distribuidora, a Administração, em janeiro de 2015, concebeu um plano de trabalho que envolve três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária do Grupo CEB.

A primeira foi concluída. As segunda e terceira fases tiveram seu início com a publicação de Fato Relevante, em 28 de setembro de 2015, do Plano de Transformação, que abarca o conjunto de ações que visa melhorar a eficiência operacional e financeira da Companhia. Tal iniciativa tem o intuito de reverter o histórico recente de resultados negativos e chamadas de aporte de capital por parte dos acionistas. A segunda fase, reorganização societária do Grupo CEB, consiste, principalmente, nas alienações de ativos de geração de energia elétrica; e de distribuição de gás natural. Neste sentido, foi aprovada pelo Poder Público do Distrito Federal através da Lei nº 5.577, de 21 de dezembro de 2015. Conforme previsto pela Lei, os recursos oriundos da venda dos ativos serão destinados a investimentos, pagamentos de tributos e amortizações de dívidas. A terceira fase constitui-se, basicamente de reduções estruturais de custos e despesas operacionais.

* Conforme relatado no Item 1.2 destas Notas Explicativas, as empresas geradoras controladas pela CEB aderiram ao “Acordo GDF – Repactuação do Risco Hidrológico” e promoveram ação judicial que resultou no diferimento “Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela”, esta última em 31 de março de 2016. Essas iniciativas mitigaram os efeitos nocivos decorrentes da crise hídrica, bem como os desdobramentos causados pelas judicializações por parte daqueles que não aderiram à repactuação do risco hidrológico.
  1. **Fatores de Risco**

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

* + 1. **Risco de crédito**

A controlada CEB D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária, bem como o Grupo, apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A CEB D possui, ainda, linha de parcelamento a devedores, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

A maioria das demais controladas, coligadas e controladas em conjunto, possui como principal cliente a CEB D. O principal mitigador de risco é a regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela A das tarifas, que são capturados nos processos de reajustes e de revisões tarifárias.

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*. Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: corte por inadimplência; negativação de débitos e acompanhamento; e negociação permanente das posições em aberto.

* + 1. **Risco de liquidez**

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pela venda de ativos não operacionais; desinvestimentos de ativos em operação; na rentabilidade futura dos investimentos em andamento; e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

| **Consolidado** | **Valor** | **Até 6 meses** | **De 6 meses a 1 ano** | **De 1 a 2 anos** | **De 2 a 5 anos** | **Mais de 5 anos** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Passivos Financeiros Não Derivativos** |  |  |  |  |  |  |
| Fornecedores | 219.195 | 219.195 |  |  |  |  |
| Empréstimos e Financiamentos | 218.986 | 21.922 | 21.922 | 52.366 | 77.942 | 44.834 |
| Debêntures | 181.908 | 26.195 | 26.195 | 80.110 | 48.653 |  |
| **Total** | **620.089** | **267.312** | **48.117** | **132.476** | **126.595** | **44.834** |

* + 1. **Risco de taxa de juros**

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data-base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas Explicativas nos 21 e 22, respectivamente.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo.

* + - 1. **Análise de sensibilidade**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP, IGPM e UMBNDES. A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, as taxas CDI e IGP-M atinjam um patamar de 10,10% e 4,86%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 31 de dezembro de 2016 (média curto prazo – Top 5). No caso da TJLP, atribuímos a taxa de 7,5% a.a., para o primeiro trimestre de 2017, conforme a Resolução nº 4.456 do BACEN, de 17 de dezembro de 2015. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções para a data de 31 de dezembro de 2017. Também se espera que a taxa de 4,32% da UMBNDES se mantenha estável para os próximos trimestres de 2017. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto.

|  | **Possível** | **Remoto** |
| --- | --- | --- |
| CDI | 12,65% | 15,15% |
| TJLP | 9,38% | 11,25% |
| IGPM | 6,08% | 7,29% |
| UMBNDES | 5,40% | 6,48% |

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Alta do CDI** | **Exposição**  **(R$ mil)** | **Cenários Projetados – Base 31/12/2016** | | |
| **Provável** | **Possível – 25%** | **Remoto – 50%** |
| **10,10%** | **12,65%** | **15,15%** |
|  | 286.026 | 314.915 | 322.208 | 329.359 |
| **Efeito da Variação do CDI** |  | (28.889) | (36.182) | (43.333) |
| **Alta do CDI** | **Exposição**  **(R$ mil)** | **Cenários Projetados – Base 31/12/2015** | | |
| **Provável** | **Possível – 25%** | **Remoto – 50%** |
| **14,97%** | **18,71%** | **22,45%** |
|  | 124.293 | 142.900 | 147.548 | 152.197 |
| **Efeito da Variação do CDI** |  | (18.607) | (23.255) | (27.904) |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Alta da TJLP** | **Exposição**  **(R$ mil)** | **Cenários Projetados – Base 31/12/2016** | | |
| **Provável** | **Possível – 25%** | **Remoto – 50%** |
| **7,5%** | **9,38%** | **11,25%** |
|  | 65.739 | 70.669 | 71.905 | 73.135 |
| **Efeito da Variação da TJLP** |  | (4.930) | (6.166) | (7.396) |
| **Alta da TJLP** | **Exposição**  **(R$ mil)** | **Cenários Projetados – Base 31/12/2015** | | |
| **Provável** | **Provável – 25%** | **Provável – 50%** |
| **7,50%** | **9,38%** | **11,25%** |
|  | 99.293 | 106.740 | 108.602 | 110.463 |
| **Efeito da Variação da TJLP** |  | (7.447) | (9.309) | (11.170) |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Alta do IGP-M** | **Exposição**  **(R$ mil)** | **Cenários Projetados – Base 31/12/2016** | | |
| **Provável** | **Possível – 25%** | **Remoto – 50%** |
| **4,86%** | **6,08%** | **7,29%** |
|  | 839 | 880 | 931 | 992 |
| **Efeito da Variação do IGP-M** |  | (41) | (92) | (153) |
| **Alta do IGP-M** | **Exposição**  **(R$ mil)** | **Cenários Projetados – Base 31/12/2015** | | |
| **Provável** | **Possível – 25%** | **Remoto – 50%** |
| **6,63%** | **8,29%** | **9,95%** |
|  | 9.325 | 9.943 | 10.098 | 10.252 |
| **Efeito da Variação do IGP-M** |  | (618) | (773) | (927) |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Alta do UMBNDES** | **Exposição**  **(R$ mil)** | **Cenários Projetados – Base 31/12/2016** | | |
| **Provável** | **Possível – 25%** | **Remoto – 50%** |
| **4,32%** | **5,40%** | **6,48%** |
|  | 13.204 | 13.774 | 14.487 | 15.343 |
| **Efeito da Variação do UMBNDES** |  | (570) | (1.283) | (2.139) |
| **Alta do UMBNDES** | **Exposição**  **(R$ mil)** | **Cenários Projetados – Base 31/12/2015** | | |
| **Provável** | **Provável – 25%** | **Provável – 50%** |
| **4,10%** | **5,12%** | **6,15%** |
|  | 19.092 | 19.875 | 20.069 | 20.266 |
| **Efeito da Variação do UMBNDES** |  | (783) | (978) | (1.174) |

* + 1. **Risco cambial**

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB D está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda de Itaipu Binacional ter cotação em dólares.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela A, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da CEB D, situa-se entre os meses de outubro e setembro. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (*hedge*) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia e sua controlada CEB D desenvolveram análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por meio da Instrução n° 475, de 17 de dezembro de 2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, de forma a clarear o cenário cambial.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração estimou em um cenário provável que o valor de um dólar americano em 31 de dezembro de 2017 será de R$ 3,59 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2016, com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro (Relatório Focus, de 31 de dezembro de 2016 (média curto prazo – Top 5)). Por se tratar de uma análise de sensibilidade, no impacto no resultado para os próximos 12 meses foi considerado o saldo da dívida em 31 de dezembro de 2016. Ressalta-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada a análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 31 de dezembro de 2016.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Alta do Dólar** | **Exposição**  **(R$ mil)** | **Cenários Projetados – Base 31/12/2016** | | |
| **Provável** | **Possível – 25%** | **Remoto – 50%** |
| **3,27** | **3,59** | **4,49** | **5,39** |
|  | 72.942 | 80.009 | 100.011 | 120.012 |
| **Efeito da Variação do Dólar** |  | (7.067) | (27.069) | (47.071) |
| **Alta do Dólar** | **Exposição**  **(R$ mil)** | **Cenários Projetados – Base 31/12/2015** | | |
| **Provável** | **Possível – 25%** | **Remoto – 50%** |
| **3,8492** | **4,2600** | **5,3250** | **6,3900** |
|  | 150.328 | 166.372 | 207.964 | 249.557 |
| **Efeito da Variação do Dólar** |  | (16.044) | (57.636) | (99.229) |

É imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas, não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

* + 1. **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia de custos.

* 1. **Gestão de Capital**

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

|  | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| --- | --- | --- |
| Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nºs 21 e 22) | 400.894 | 408.083 |
| Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 5) | (86.041) | (78.043) |
| **Dívida líquida** | **314.853** | **330.040** |
| Total do Patrimônio Líquido (Nota Explicativa nº 29) | 620.362 | 586.635 |
| **Total do Capital** | **935.215** | **916.675** |
| **Índice de Alavancagem Financeira** – **%** | **33,66** | **36,00** |

* 1. **Estimativa do Valor Justo**

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

* + 1. **Hierarquia do valor justo**

O CPC 40 (R1)/IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*non-performance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1)/IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *input* significativo para sua mensuração. A seguir, mostra-se uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 – Os *inputs* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas;

Nível 2 – Os *inputs* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *inputs* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *inputs* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo; e

Nível 3 – Os *inputs* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *inputs* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontado, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

O Grupo mensura, de acordo com o CPC 40 (R1)/IFRS 7, seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas seguintes demonstram, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2016.

O quadro seguinte resume os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

|  | **Avaliação** | **Hierarquia do Valor Justo** | **31/12/2016** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **Valor Justo** | **Valor Contábil** | **Valor Justo** | **Valor Contábil** |
| **Ativos Financeiros** |  |  |  |  |  |  |
| **Valor Justo Por Meio do Resultado** |  |  |  |  |  |  |
| Aplicações Financeiras | Valor Justo | Nível 2 | 4.245 | 4.245 | 55.025 | 55.025 |
| **Empréstimos e Recebíveis** |  |  |  |  |  |  |
| Caixa e Bancos | Valor Justo | Nível 1 | 3 | 3 | 31.016 | 31.016 |
| Contas a Receber | Custo Amortizado |  | 7.232 | 7.232 | 520.706 | 520.706 |
| Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros | Custo Amortizado |  |  |  | 392.443 | 392.443 |
| **Mantidos até o Vencimento** |  |  |  |  |  |  |
| Aplicações Financeiras | Custo Amortizado |  |  |  | 7.767 | 7.767 |
| **Disponível para Venda** |  |  |  |  |  |  |
| Ativo Financeiro Indenizável | Valor Justo | Nível 3 |  |  | 129.189 | 129.189 |
| **Passivos Financeiros** |  |  |  |  |  |  |
| **Outros Passivos Financeiros** |  |  |  |  |  |  |
| Fornecedores | Custo Amortizado |  | 3.251 | 3.251 | 219.195 | 219.195 |
| Debêntures | Custo Amortizado |  |  |  | 181.908 | 181.908 |
| Empréstimos e Financiamentos | Custo Amortizado |  |  |  | 218.986 | 218.986 |
| Obrigações Societárias | Custo Amortizado |  | 10.691 | 10.691 | 20.231 | 20.231 |
| Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros | Custo Amortizado |  |  |  | 297.091 | 297.091 |
| Encargos Regulatórios | Custo Amortizado |  |  |  | 424.311 | 424.311 |
| Obrigações Vinculadas a Concessão | Custo Amortizado |  |  |  | 76.863 | 76.863 |

|  | **Avaliação** | **Hierarquia do Valor Justo** | **31/12/2015** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **Valor Justo** | **Valor Contábil** | **Valor Justo** | **Valor Contábil** |
| **Ativos Financeiros** |  |  |  |  |  |  |
| **Valor Justo Por Meio do Resultado** |  |  |  |  |  |  |
| Aplicações Financeiras | Valor Justo | Nível 2 | 10.080 | 10.080 | 43.606 | 43.606 |
| **Empréstimos e Recebíveis** |  |  |  |  |  |  |
| Caixa e Bancos | Valor Justo | Nível 1 | 3 | 3 | 34.437 | 34.437 |
| Contas a Receber | Custo Amortizado |  | 10.008 | 10.008 | 568.478 | 568.478 |
| Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros | Custo Amortizado |  |  |  | 713.871 | 713.871 |
| **Mantidos até o Vencimento** |  |  |  |  |  |  |
| Aplicações Financeiras | Custo Amortizado |  |  |  | 6.434 | 6.434 |
| Títulos de Crédito a Receber | Custo Amortizado |  |  |  | 1.137 | 1.137 |
| **Disponível para Venda** |  |  |  |  |  |  |
| Ativo Financeiro Indenizável | Valor Justo | Nível 3 |  |  | 95.372 | 95.372 |
| **Passivos Financeiros** |  |  |  |  |  |  |
| **Outros Passivos Financeiros** |  |  |  |  |  |  |
| Fornecedores | Custo Amortizado |  | 2.213 | 2.213 | 347.995 | 347.995 |
| Debêntures | Custo Amortizado |  |  |  | 129.139 | 129.139 |
| Empréstimos e Financiamentos | Custo Amortizado |  |  |  | 278.944 | 278.944 |
| Obrigações Societárias | Custo Amortizado |  | 18.692 | 18.692 | 30.871 | 30.871 |
| Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros | Custo Amortizado |  |  |  | 342.530 | 342.530 |
| Encargos Regulatórios | Custo Amortizado |  |  |  | 300.874 | 300.874 |
| Obrigações Especiais | Custo Amortizado |  |  |  | 117.546 | 117.546 |

### CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Caixa e Bancos Conta Movimento | 3 | 3 | 31.016 | 34.437 |
| Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata | 4.245 | 10.080 | 55.025 | 43.606 |
| **Total** | **4.248** | **10.083** | **86.041** | **78.043** |

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes (remuneração de 95% a 100% do Certificado de Depósito Bancário – CDI).

### CONTAS A RECEBER

* 1. **Composição do Contas a Receber**

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Consumidores, Concessionárias e Permissionárias |  |  | 584.602 | 639.994 |
| Títulos de Créditos a Receber |  |  | 45.523 | 29.727 |
| Serviços Prestados a Terceiros | 56.975 | 52.469 | 66.608 | 58.379 |
| **Total a Receber Bruto** | **56.975** | **52.469** | **696.733** | **728.100** |
| Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa | (49.743) | (42.461) | (154.153) | (159.622) |
| **Total a Receber Líquido** | **7.232** | **10.008** | **542.580** | **568.478** |
| **Circulante** | **7.232** | **10.008** | **520.706** | **548.842** |
| **Não Circulante** |  |  | **21.874** | **19.636** |

* 1. **Valores a Receber por Idade de Vencimento**

|  | **Saldos Vincendos** | **Vencidos até 90 dias** | **Vencidos há Mais de 90 dias** | **Total 31/12/2016** | **Total 31/12/2015** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|
| **Classes de Consumidor** |  |  |  |  |  |
| Residencial | 73.855 | 77.609 | 24.503 | 175.967 | 168.768 |
| Poder Público | 13.732 | 15.564 | 45.432 | 74.728 | 88.884 |
| Comércio, Serviços e Outros | 62.396 | 31.325 | 19.082 | 112.803 | 116.168 |
| Iluminação Pública | 13.309 | 12.040 | 24.483 | 49.832 | 51.382 |
| Serviço Público | 12.502 |  | 30 | 12.532 | 22.553 |
| Industrial | 4.875 | 2.611 | 3.321 | 10.807 | 9.168 |
| Rural | 3.073 | 3.639 | 1.383 | 8.095 | 8.294 |
| **Subtotal Consumidores** | **183.742** | **142.788** | **118.234** | **444.764** | **465.217** |
| Fornecimento Não Faturado | 128.760 |  |  | 128.760 | 159.511 |
| Energia Elétrica Curto Prazo – CCEE | 19.242 |  |  | 19.242 | 13.255 |
| Serviços Prestados a Terceiros (Incluso Serviços de IP) | 268 | 2.857 | 60.390 | 63.515 | 52.254 |
| Concessionárias e Permissionárias | 11.380 |  | 33 | 11.413 | 14.011 |
| Parcelamentos a Faturar CP e LP | 27.667 |  |  | 27.667 | 11.588 |
| Serviço Taxado | 151 | 583 | 710 | 1.444 | 1.114 |
| Outros | 3.733 | 2.239 | 4.372 | 10.344 | 16.734 |
| Arrecadação a Classificar | (10.416) |  |  | (10.416) | (5.584) |
| **TOTAL** | **364.527** | **148.467** | **183.739** | **696.733** | **728.100** |
| Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa |  |  | (154.153) | (154.153) | (159.622) |
| **Contas a Receber Líquido** | 364.527 | 148.467 | 29.586 | 542.580 | 568.478 |

* 1. **Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa**

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com premissas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída de acordo com os valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias; da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias; e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos, vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. A base de constituição da estimativa engloba os recebíveis faturados até o encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Segue um resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões:

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| **Poder Público** – Vencidos há mais de 360 dias | 49.743 | 42.461 | 78.764 | 99.949 |
| **Iluminação Pública** – Vencidos há mais de 360 dias |  |  | 24.640 | 24.259 |
| **Residencial –** Vencidos há mais de 90 dias |  |  | 26.420 | 16.653 |
| **Comercial** – Vencidos há mais de 180 dias |  |  | 22.900 | 14.281 |
| **Serviço Público** – Vencidos há mais de 360 dias |  |  | 8 | 3.311 |
| **Industrial** – Vencidos há mais de 360 dias |  |  | 1.133 | 904 |
| **Rural** – Vencidos há mais de 360 dias |  |  | 288 | 265 |
| **Total** | **49.743** | **42.461** | **154.153** | **159.622** |

A Lei nº 5.434/2014 autorizou o Poder Executivo a transferir à CEB, como dação em pagamento de dívidas da execução de obras de iluminação pública do Distrito Federal, os terrenos localizados na Quadra 1 do Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília e na Quadra QI 16 do Setor de Indústria de Ceilândia.

O § 1º do art. 3º da referida Lei reserva os terrenos, exclusivamente, para essa finalidade. Esses terrenos serão objeto de avaliação para que a operação seja finalizada. A Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento adotará as medidas administrativas necessárias às transferências dos imóveis para a CEB de que trata aquele diploma legal. Até o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2016, não houve alteração da situação relatada.

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

|  | **Controladora** | **Consolidado** |
| --- | --- | --- |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2014** | **20.286** | **96.232** |
| Adições | 25.397 | 166.976 |
| Baixa Para Perda – Lei 9.430/96 |  | (16.023) |
| Reversões | (3.222) | (87.563) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **42.461** | **159.622** |
| Adições | 7.282 | 110.590 |
| Baixa Para Perda – Lei 9.430/96 |  | (52.649) |
| Reversões |  | (63.410) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **49.743** | **154.153** |

* 1. **Créditos Com o Governo do Distrito Federal (Consolidado)**

Em 25 de setembro de 2014, foi instituído o Grupo de Trabalho – GT, pelo Decreto nº 35.848, que objetivou a proposição de medidas suplementares necessárias à operacionalização normal da CEB D, dentre elas a liquidação dos débitos do GDF relativos ao consumo de energia elétrica.

Em 2015, a negociação da CEB com o GDF, objetivando a liquidação dos débitos, teve continuidade com a edição do Ato Conjunto nº 01/2015, de 6 de maio de 2015, que criou o Grupo de Trabalho para apurar os créditos e débitos recíprocos da Companhia e da CEB Distribuição S.A. com o Governo do Distrito Federal.

Em 2016, por deliberação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, foi decidido no âmbito do Processo nº 34.860/2015, o pagamento das Despesas de Exercícios Anteriores – DEAs devidas pelo GDF à CEB e à CEB Distribuição S.A. seria efetuado em ordem cronológica da data de constituição do débito, em obediência ao art. 5º da Lei nº 8.666/1993. Em 24 de maio de 2016, foi proferida a Decisão nº 2.582/2016 pela Corte de Contas, decidindo que os pagamentos devidos à CEB não obedeceriam à ordem cronológica antes estabelecida.

Finalmente, como resultado do processo de retomada dos procedimentos de reconhecimento e pagamento das dívidas de exercícios anteriores relativas a obras de iluminação pública e consumo, a CEB-D recebeu o pagamento de R$ 49.149 de dívida de consumo de energia elétrica dos anos de 2013, 2014 e 2015, de diversos órgãos do Governo do Distrito Federal. Ainda em dezembro de 2016, foi reconhecida a dívida de obras de iluminação pública, no valor de R$ 15.635.

O quadro seguinte mostra a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento:

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Saldos Vincendos | 3.092 | 215 | 38.128 | 36.384 |
| Vencidos até 90 dias | 2.047 | 484 | 27.791 | 25.189 |
| Vencidos de 91 a 360 dias | 2.094 | 8.228 | 20.414 | 21.627 |
| Vencidos há mais de 360 dias | 49.743 | 43.542 | 101.085 | 113.817 |
| Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa | (49.743) | (42.461) | (100.458) | (112.736) |
| **Total** | **7.232** | **10.008** | **86.960** | **84.281** |

### TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ **(a)** | 29.017 | 7.113 | 29.081 | 14.066 |
| Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL **(a)** | 8.678 | 934 | 9.421 | 5.863 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF |  | 1.063 | 13 | 1.329 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS **(b)** |  |  | 12.008 | 13.422 |
| Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS |  |  | 278 | 5.162 |
| Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS | 417 | 410 | 1.986 | 3.003 |
| Programa de Integração Social – PIS | 387 | 387 | 450 | 1.507 |
| Crédito de PIS/PASEP Sobre Decisão Judicial |  |  | 65.173 |  |
| Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira – CPMF | 544 | 544 | 544 | 544 |
| Outros | - | 5 | - | 130 |
| **Total** | **39.043** | **10.456** | **118.954** | **45.026** |
| **Circulante** | **1.366** | **2.428** | **72.720** | **23.015** |
| **Não Circulante** | **37.677** | **8.028** | **46.234** | **22.011** |

(a) Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período, aos saldos negativos de exercícios anteriores, e às retenções fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual, bem como dos créditos provenientes de tributos diferidos e de ações judiciais.

(b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar n° 102/2000.

* 1. **Ativos Fiscais Diferidos Reconhecidos e Não Reconhecidos**
     1. **Ativos fiscais diferidos reconhecidos**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Administração, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, estima a realização do ativo fiscal diferido no valor de R$ 30.106, conforme demonstrado abaixo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CONTROLE DE PREJUÍZO FISCAL ACUMULADO A COMPENSAR** | | | | | |
|  | Controle de Valores | | | D/C | ATIVO FISCAL DIFERIDO  = Saldo x (+/-)34% |
| Débito | Crédito | Saldo |
| **Baixa Por Aproveitamento** | 2.390 |  | 87.919 | C | 29.892 |
| **CONTROLE DOS CUSTOS A FATURAR** | | | | | |
|  | Controle de Valores | | | D/C | ATIVO FISCAL DIFERIDO  = Saldo x (+/-)34% |
| Débito | Crédito | Saldo |
| **Custo a Faturar** | 2.291 |  | 2.463 | D | (837 ) |
| **CONTROLE DO NÃO FATURADO** | | | | | |
|  | **Controle de Valores** | | | D/C | ATIVO FISCAL DIFERIDO  = Saldo x (+/-)34% |
| Débito | Crédito | Saldo |
| **Não Faturado** | - | 2.876 | 3.091 | C | 1.051 |
| **TOTAL BASE DE CÁLCULO** | | | | | **88.548** |
| **TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO** | | | | | **30.106** |

Na perspectiva da Administração, norteada pelo estudo técnico para a realização do ativo fiscal diferido, prevê que os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e parte das diferenças temporárias possam ser realizados até 2018, a saber:

| **CONTROLE DO ATIVO FISCAL DIFERIDO** | **2017** | | **2018** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Base de Cálculo** | **Tributo** | **Base de Cálculo** | **Tributo** |
| Saldo Inicial | 88.548 | 30.106 | 9.088 | 3.090 |
| (-) Saldo Utilizado | (79.460) | (27.016) | (9.088) | (3.090) |
| Saldo Final | 8.460 | 3.090 | - | - |

O estudo técnico de viabilidade, elaborado pela Companhia foi objeto de apreciação pelo Conselho Fiscal e aprovado Conselho de Administração em 16 de março de 2017 e 17 de março de 2017, respectivamente.

* + 1. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos**

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não registrados:

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Diferenças Temporárias | 20.593 | 17.194 | 83.118 | 99.596 |
| Prejuízo Fiscal e Base Negativa |  | 30.665 | 117.863 | 128.059 |
|  |  |  |  |  |
| **Total** | **20.593** | **47.859** | **200.981** | **227.655** |

A companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências ou Perdas Estimadas Sobre Crédito de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias gerem dúvidas quanto a sua realização nos prazos previstos na referida Instrução.

### VALORES A RECEBER DE PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

| **Ativos Financeiros Setoriais** | **Saldo em 31/12/2015**  **(Reapresentado)** | **Constituição** | **Amortização** | **Atualização** | **Saldo em 31/12/2016** | **Circulante** | **Não Circulante** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CVA Ativa** | **542.376** | **119.769** | **(469.583)** | **36.339** | **228.901** | **228.901** |  |
| Aquisição de Energia – (CVAenerg) (a) | 286.281 | 89.157 | (219.237) | 29.531 | 185.732 | 185.732 |  |
| Proinfa (a) | 1.458 | 10.531 | (2.571) | 1.516 | 10.934 | 10.934 |  |
| Transporte Rede Básica (a) | 7.865 | 2.866 | (7.878) | 1.674 | 4.527 | 4.527 |  |
| Transporte de Energia – Itaipu (a) | 1.429 | 583 | (1.042) | 235 | 1.205 | 1.205 |  |
| Encargos de Serviços de Sistema – ESS (a) | 26.883 | 13.892 | (42.823) | 2.048 | - |  |  |
| Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (a) | 218.460 | 2.740 | (196.032) | 1.335 | 26.503 | 26.503 |  |
| **Demais Ativos Financeiros Setoriais** | **171.495** | **264.108** | **(298.894)** | **26.823** | **163.532** | **163.532** |  |
| Neutralidade da Parcela A (b) | 1.576 | 8.854 | (3.436) | 98 | 7.092 | 7.092 |  |
| Sobrecontratação de Energia (b) | - | 87.323 | (68.152) | 5.990 | 25.161 | 25.161 |  |
| Diferimento de Reposição na RTP (b) | 146.357 | 111.106 | (164.668) | 16.762 | 109.557 | 109.557 |  |
| Implantação MCSPSE |  | 14.338 | (3.295) | 2.834 | 13.877 | 13.877 |  |
| Outros (b) | 23.562 | 42.487 | (59.342) | 1.139 | 7.845 | 7.845 |  |
| **Total Ativos Financeiros Setoriais** | **713.871** | **383.877** | **(768.477)** | **63.162** | **392.433** | **392.433** |  |

| **Passivos Financeiros Setoriais** | **Saldo em 31/12/2015**  **(Reapresentado)** | **Constituição** | **Amortização** | **Atualização** | **Saldo em 31/12/2016** | **Circulante** | **Não Circulante** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CVA Passiva** | **(39.813)** | **(130.469)** | **54.188** | **(15.017)** | **(131.111)** | **(131.111)** |  |
| Aquisição de Energia – (CVAenergia) (a) | (4.135) | (71.299) | 18.157 | (2.465) | (59.742) | (59.742) |  |
| Proinfa (a) | (712) | (242) | 667 | (156) | (443) | (443) |  |
| Encargos de Serviços de Sistema – ESS (a) | (34.966) | (27.463) | 35.364 | (5.926) | (32.991) | (32.991) |  |
| Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (a) |  | (31.465) |  | (6.470) | (37.935) | (37.935) |  |
| **Demais Passivos Financeiros Setoriais** | **(302.717)** | **(83.145)** | **243.943** | **(24.061)** | **(165.980)** | **(154.160)** | **(11.820)** |
| Sobrecontratação de Energia (b) | (141.235) | (15.506) | 97.468 | (5.962) | (65.235) | (65.235) |  |
| Exposição Submercados |  | (23.539) | 25.388 | (1.849) |  |  |  |
| Devoluções Tarifárias UD/ER |  | (11.362) |  | (458) | (11.820) |  | (11.820) |
| Reversão Financeiro Postergação |  | (26.181) | 5.054 | (160) | (21.287) | (21.287) |  |
| Outros (b) | (161.482) | (6.557) | 116.033 | (15.632) | (67.638) | (67.638) |  |
| **Total Passivos Financeiros Setoriais** | **(342.530)** | **(213.614)** | **298.131** | **(39.078)** | **(297.091)** | **(285.271)** | **(11.820)** |

De acordo com o Contrato de Concessão nº 066/1999 (prorrogado até 7 de julho de 2045, conforme aditivo firmado em 9 de dezembro de 2015), o Reajuste Tarifário Anual – RTA ocorreu no dia 26 de agosto de 2015. O mecanismo RTA tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita, obtida por meio das tarifas praticadas pela concessionária.

A receita da concessionária de distribuição é composta por duas parcelas: a Parcela A, representada pelos custos não-gerenciáveis da empresa (encargos setoriais, encargos de transmissão e compra de energia para revenda); e a Parcela B, que agrega os custos gerenciáveis (despesas com operação e manutenção, despesas de capital). Na RTA, a Parcela A é totalmente recomposta de acordo com os custos vigentes naquele momento, enquanto a Parcela B é simplesmente atualizada pelo IGP-M, descontado do Fator X.

Os componentes tarifários financeiros não fazem parte da base tarifária econômica e se referem a valores a serem pagos ou recebidos pelos consumidores em cada período de 12 meses, subsequentes aos reajustes ou revisões tarifárias. Dentre eles destacam-se:

* 1. A CVA – Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – foi criada por meio da Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002. A conta tem por objetivo registrar as variações observadas entre os gastos efetivamente incorridos e os estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Seus valores são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Dentre os custos da Parcela A cobertos pela CVA têm-se:

* CVA Energia – Tem por objetivo registrar as diferenças incorridas entre o custo efetivo da compra de energia para atendimento do mercado da distribuidora e o custo tarifário homologado pela ANEEL no último reajuste tarifário. Em razão da crise energética atual, o custo com aquisição de energia elétrica mostra-se superior ao previsto pela ANEEL, quando do 4º Ciclo de Revisão Tarifária ocorrido em outubro de 2016.
* CVA Encargos – Nesse grupo encontram-se coberturas para os seguintes encargos: CDE, Proinfa, ESS, Transporte de Itaipu e Rede Básica.
  1. Itens financeiros relevantes
* Diferimento Parcial dos Componentes Financeiros: Em 19 de agosto de 2014, por meio da Carta nº 221/2014-DD, o Governo do Distrito Federal solicitou à Concessionária o diferimento parcial de 9% de seus componentes financeiros. O montante diferido foi capturado na proporção de 17,47%, correspondente a R$ 25.462, em agosto de 2015, e o saldo atualizado de R$ 134.743, no 4º Ciclo de Revisão Tarifária ocorrido em outubro de 2016.
* Reversão da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE: Em 27 de fevereiro de 2015 a ANEEL, por meio da REH nº 1.858/2015, homologou o aumento médio de 24,14% nas tarifas, com vigência até o mês de julho de 2016. A alteração da data base dos processos tarifários da CEB Distribuição S.A., do mês de agosto para outubro, ocasionou a reversão no montante de R$ 73.328.

### DEMAIS CRÉDITOS

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Serviços em Curso **(a)** |  |  | 28.386 | 26.530 |
| Repactuação do Risco Hidrológico |  |  | 19.057 | 21.116 |
| Aportes da CDE – Decreto 7.945/2013 **(d)** |  |  | 50.953 | 9.680 |
| Desativações em Curso **(b)** |  |  | 8.987 | 9.001 |
| Previdência Privada dos Empregados |  |  | 2.157 | 7.442 |
| Dividendo/JSCP a Receber | 7.518 | 9.090 | 8.586 | 6.612 |
| Despesas Pagas Antecipadamente |  |  | 4.194 | 4.775 |
| Títulos de Crédito a Receber **(c)** |  |  |  | 1.137 |
| Crédito com Empregados | 5 | 9 | 6.422 | 513 |
| Coligadas e Controladas | 4.086 | 285 | 4.797 |  |
| Outros Créditos | 2 | 73 | 6.024 | 4.382 |
| **Total** | **11.611** | **9.457** | **139.563** | **91.188** |
| **Circulante** | **7.525** | **9.172** | **117.477** | **68.256** |
| **Não Circulante** | **4.086** | **285** | **22.086** | **22.932** |

1. Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após seus términos, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
2. Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente registrado em serviço na CEB-D, cujo valor dos itens, quando desativados, é classificado pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo Órgão Regulador.
3. Títulos de crédito a receber: refere-se às ações preferenciais cumulativas e resgatáveis das classes A e B, emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A..
4. Refere-se à diferença mensal de receita – DMR, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE às unidades consumidoras da subclasse residencial baixa renda; e à subvenção da CDE para custear descontos tarifários.

### DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da controlada CEB D, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil; e cauções referentes a leilões de energia. Também estão registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Bloqueios Judiciais |  | 151 | 5.921 | 2.349 |
| Cauções | 731 |  | 4.536 | 1.573 |
| Depósitos Recursais | 150 | 673 | 2.176 | 6.151 |
| (-) Provisão Para Perdas de Depósitos Recursais e Bloqueios Judiciais |  |  | (5.921) | (6.978) |
| **Total** | **881** | **824** | **6.712** | **3.095** |
| **Circulante** | **731** |  | **4.536** |  |
| **Não Circulante** | **150** | **824** | **2.176** | **3.095** |

### ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da CEB D e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A concessionária possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2016, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) para o período de doze meses, mostrada no quadro seguinte:

|  |  |
| --- | --- |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2014** | **841.273** |
| Adições | 55.160 |
| Transferência Para Realização no Intangível | (874.590) |
| Transferência do Intangível – VNR Terrenos | 70.407 |
| Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR | 5.808 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)** | **95.372** |
| Adições | 3.886 |
| Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR | 29.931 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2016** | **129.189** |

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas. Não houve indícios de perda no valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

### APLICAÇÕES FINANCEIRAS

|  | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Principal – Banco *Credit Suisse* **(a)** | 6.000 | 6.000 |
| Rentabilidade – Banco *Credit Suisse* **(a)** | 414 | 415 |
| Principal – Banco Panamericano – CDB 006026GS **(b)** | 219 | 19 |
| Títulos Mobiliários | 1.134 |  |
| **Total** | **7.767** | **6.434** |
| **Não Circulante** | **7.767** | **6.434** |

**(a)** Conforme Contrato de Cessão Fiduciária, formalizado entre a CEB Distribuição S.A. e o *Credit Suisse*, ficou estabelecido que fosse constituída reserva para garantir o pagamento da Remuneração de Descontinuidade por meio de certificados de depósito bancário, no montante de emissão equivalente a R$ 6.000. Este valor está mantido em aplicação financeira com renda fixa – CDB, no *Credit Suisse*, cuja rentabilidade está afixada em 100% do CDI; e

**(b)** A CEB Participações S.A. juntamente com os demais participantes do extinto Fundo de Investimento em Participação Corumbá – FIP possuem aplicação financeira em fundo de investimento do Banco Panamericano, CDB 006026GS, cujo montante total, em 31 de dezembro de 2015, é de R$ 391. A participação da Companhia neste fundo é de 5%, que representa um valor de R$ 19. A remuneração deste fundo foi prefixada em 30,52% no período, conforme registro junto à CETIP. A intenção dos participantes do fundo é que a aplicação financeira seja resgatada somente por ocasião do seu vencimento, em 18 de dezembro de 2020.

### ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Imóveis** | **Localidade** | **Empresa** | **Área** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Terreno | Setor Noroeste – Plano Piloto | CEB D | 284.160 m² |  | 274.400 |
| Terreno | Setor Industrial – Taguatinga | CEB D | 10.500 m² | 896 | 896 |
| Terreno | Planaltina, Brazlândia e Sobradinho – Distrito Federal | CEB | Diversos | 2.094 |  |
| Prédio | Edificações no Setor Industrial – Taguatinga | CEB D | 1.040 m² | 673 | 673 |
| **Total** |  |  |  | **3.663** | **275.969** |

Os ativos estão reconhecidos pelo menor valor entre o contábil e o valor justo, menos as despesas de venda.

A CEB Distribuição S.A. fez duas tentativas de vendas de terrenos, mediante licitações, em 17 e 18 de agosto e 14 de outubro de 2015. Não compareceram proponentes, restando desertos os certames licitatórios. Desta forma, o terreno do Setor Noroeste retornou o seu registro para o grupo de propriedade para investimentos.

### INVESTIMENTOS

* 1. **Composição dos Investimentos**

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015**  **Reapresentado** | **31/12/2016** | **31/12/2015**  **Reapresentado** |
|  |  |  |  |  |
| Avaliados por Equivalência Patrimonial | 656.256 | 613.932 | 340.712 | 348.612 |
| Propriedade Para Investimento |  |  | 274.545 | 145 |
| Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital | 4.630 | 3.232 | 4.630 | 3.232 |
| Outros | 365 | 1.761 | 365 | 1.761 |
| **Total** | **661.252** | **618.925** | **620.252** | **353.750** |

* 1. **Investimentos Avaliados por Equivalência Patrimonial**

| **Investidas** | **Controladora** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Capital Social Integralizado** | **Patrimônio Líquido** | **Participação no Capital Social (%)** | **Participação nas Ações Ordinárias (%)** | **Número de Ações Detidas Pela CEB** | **Valor Contábil** | |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** |
|  | **Reapresentado** |
| CEB Distribuição S.A. | 580.532 | 359.180 | 100,00 | 100,00 | 350.532.450 | 359.181 | 308.875 |
| CEB Lajeado S.A. | 145.656 | 333.377 | 59,93 | 59,93 | 82.013.911 | 108.076 | 118.354 |
| Corumbá Concessões S.A. | 235.259 | 157.773 | 45,20 | 9,30 | 256.009.911 | 71.331 | 70.697 |
| Energética Corumbá III S.A. | 119.373 | 170.692 | 37,50 | 25,00 | 45.594.783 | 64.010 | 58.429 |
| CEB Participações S.A. | 41.271 | 39.457 | 100,00 | 100,00 | 41.270.415 | 39.457 | 43.813 |
| CEB Geração S.A. | 7.575 | 14.035 | 100,00 | 100,00 | 7.575.212 | 14.035 | 13.604 |
| Companhia Brasiliense de Gás S.A. | 4.921 | 979 | 17,00 | 51,00 | 30.600 | 166 | 160 |
| **Total** |  |  |  |  |  | **656.256** | **613.932** |

A diferença do investimento registrado na Companhia e o resultado da aplicação do percentual de 59,93% sobre o patrimônio líquido da CEB Lajeado S.A. é devido ao registro, no patrimônio líquido da Empresa, de partes beneficiárias no valor de R$ 151.225, emitidas a favor da Eletrobrás S.A., que integrou a negociação da reestruturação societária da Investco S.A.. As partes beneficiárias deverão ser convertidas em ações preferenciais ao final do período de concessão.

| **Investidas** | **Consolidado** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Capital Social Integralizado** | **Patrimônio Líquido** | **Participação no Capital Social (%)** | **Participação nas Ações Ordinárias (%)** | **Número de Ações Detidas Pela CEB e Controladas** | **Valor Contábil** | |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Corumbá Concessões S.A. | 235.259 | 157.773 | 47,55 | 9,30 | 269.294.911 | 75.044 | 74.366 |
| Investco S.A. | 891.343 | 1.008.289 | 20,00 | 20,00 | 133.563.595 | 201.658 | 215.817 |
| Energética Corumbá III S.A. | 119.373 | 170.692 | 37,50 | 25,00 | 45.594.783 | 64.010 | 58.429 |
| **Total** |  |  |  |  |  | **340.712** | **348.612** |

* + 1. **Informações financeiras resumidas**

| **Investidas** | **31/12/2016** | | | **31/12/2015**  **Reapresentado** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ativos** | **Passivos** | **Receita Líquida** | **Ativos** | **Passivos** | **Receita Líquida** |
| CEB Distribuição S.A. | 2.543.248 | 2.184.067 | 2.057.006 | 2.543.248 | 2.184.068 | 2.348.022 |
| Corumbá Concessões S.A. | 717.193 | 559.420 | 170.328 | 732.330 | 569.361 | 104.103 |
| CEB Lajeado S.A. | 369.830 | 36.453 | 118.756 | 397.619 | 43.731 | 117.966 |
| Energética Corumbá III S.A. | 231.747 | 61.055 | 39.228 | 230.966 | 82.734 | 35.387 |
| CEB Participações S.A. | 40.664 | 1.207 | 16.407 | 45.802 | 954 | 13.726 |
| CEB Geração S.A. | 17.930 | 3.895 | 15.101 | 17.311 | 2.361 | 17.713 |
| Companhia Brasiliense de Gás S.A. | 1.252 | 273 | 3.679 | 1.217 | 276 | 3.629 |

* + 1. **Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

| **Investidas** | **Controladora** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período** | **Resultado de Equivalência Patrimonial** | **Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período** | **Resultado de Equivalência Patrimonial** |
| **31/12/2016** | **31/12/2016** | **31/12/2015**  **Reapresentado** | **31/12/2015**  **Reapresentado** |
| CEB Distribuição S.A. | 50.271 | 50.271 | 36.446 | 36.446 |
| CEB Lajeado S.A. | 35.283 | 19.731 | 43.888 | 24.544 |
| Energética Corumbá III S.A. | 12.918 | 4.783 | 5.773 | 2.164 |
| CEB Geração S.A. | 8.324 | 8.324 | 7.458 | 7.459 |
| Corumbá Concessões S.A. | 4.764 | 2.154 | (38.628) | (17.465) |
| CEB Participações S.A. | 10.187 | 10.187 | 779 | 779 |
| Companhia Brasiliense de Gás S.A. | (464) | (79) | (443) | (76) |
| **Total** | **121.283** | **95.371** | **55.273** | **53.851** |

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobrás S.A. rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

* + 1. **Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

| **Investidas** | **Controladora** | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CEB Distribuição S.A.** | **CEB Lajeado S.A.** | **Corumbá Concessões S.A.** | **Energética Corumbá III S.A.** | **CEB Participações S.A.** | **CEB Geração S.A.** | **Companhia Brasiliense de Gás S.A.** | **Total** |
|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2014** | **49.988** | **106.309** | **88.162** | **56.773** | **43.321** | **12.282** | **236** | **357.071** |
| Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio |  | (12.515) |  | (541) | (444) | (6.137) |  | (19.637) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 36.446 | 24.544 | (17.465) | 2.164 | 779 | 7.459 | (76) | 53.851 |
| Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC | 36.000 |  |  |  |  |  |  | 36.000 |
| Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas | 186.441 | 16 |  |  | 157 |  |  | 186.614 |
| Ganho na Variação de Percentual |  |  |  | 33 |  |  |  | 33 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)** | **308.875** | **118.354** | **70.697** | **58.429** | **43.813** | **13.604** | **160** | **653.150** |
| Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio |  | (30.006) | (205) |  | (6.444) | (7.893) |  | **(44.548)** |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 50.271 | 19.731 | 2.154 | 4.783 | 10.187 | 8.324 | (79) | **95.371** |
| Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC | 43.079 |  |  |  |  |  | 85 | **43.164** |
| Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas | (43.044) | (3) | (1.315) | 736 | 2.398 |  |  | **(41.228)** |
| Ganho na Variação de Percentual |  |  |  | 62 |  |  |  | 62 |
| Perda na Variação de Percentual |  |  |  |  | (497) |  |  | **(497)** |
| Redução de Capital |  |  |  |  | (10.000) |  |  | **(10.000)** |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | (39.218) |  |  |  |  |  |  | **(37.399)** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **359.181** | **108.076** | **71.331** | **64.010** | **39.457** | **14.035** | **166** | **656.256** |

| **Investidas** | **Consolidado** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Investco S.A.** | **Corumbá Concessões S.A.** | **Energética Corumbá III S.A.** | **Total** |
|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2014** | **228.118** | **92.578** | **56.773** | **377.469** |
| Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio | (26.319) |  | (541) | (26.860) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 13.992 | (18.369) | 2.164 | (2.213) |
| Efeitos da Lei 12.973/2014 |  | 157 |  | 157 |
| Ganho na Variação de Percentual | 26 |  | 33 | 59 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **215.817** | **74.366** | **58.429** | **348.612** |
| Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio | (37.542) | (215) |  | (37.757) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 23.389 | 2.266 | 4.783 | 30.438 |
| Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas | (6) | (1.373) | 736 | (643) |
| Ganho na Variação de Percentual |  |  | 62 | 62 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **201.658** | **75.044** | **64.010** | **340.712** |

* 1. **Propriedade Para Investimento**

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, a controlada CEB D transferiu os bens que estavam registrados na rubrica de ativo não circulante mantidos para venda, para a rubrica de propriedade para investimento. No primeiro evento, foi contemplado o imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR I55/1/DF e, no segundo, os demais bens, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 31, item 8, que determina que em caso de não realização da venda do ativo no prazo de 1 ano, este deve ser reclassificado para o imobilizado ou para o investimento, dependendo da intenção do destino a ser dado ao ativo pela Administração.

Em 2015, a Companhia, iniciou novos procedimentos licitatórios demonstrando a firme intenção de alienações de imóveis, razão pela qual, o terreno localizado no Setor Noroeste, bem como outros imóveis foram transferidos para a rubrica de ativo não circulante mantido para venda (Nota Explicativa nº 13), porém, até o fim do exercício de 2016, não houve sucesso na venda do terreno localizado no Noroeste e, consequentemente, o imóvel retornou para o grupo de propriedade para investimento, conforme determina o pronunciamento técnico.

Os bens registrados em propriedade para investimento são avaliados pelo custo.

O valor justo dos bens foi obtido por meio de laudos emitidos por firmas especializadas e a Companhia entende que estes valores avaliados estão de acordo com as expectativas de mercado.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Imóveis** | **Localidade** | **Tamanho** | **Consolidado** | | | |
| **Valor Contábil** | | **Valor Justo** | **Data da Avaliação** |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** |
| Terreno | Setor Noroeste – Plano Piloto | 284.160 m² | 274.400 |  | 274.400 | mai/15 |
| Terreno | Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QE 20 Lote M – Guará | 1.200 m² | 20 | 20 | 2.087 | mai/15 |
| Terreno | Setor de Habitações Individuais Sul, Quadra Interna 13, Lote “G” – Lago Sul | 1.600 m² | 125 | 125 | 3.137 | mai/15 |
| **Total** |  |  | **274.545** | **145** | **279.624** |  |

* 1. **Participação dos Acionistas Não Controladores**

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R$ 226.114 (R$ 234.185 – 2015), dos quais, R$ 225.300 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R$ 813 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasiliense de Gás S.A..

* 1. **Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado**

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do patrimônio líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas informações consolidadas do Grupo.

### IMOBILIZADO

* 1. **Movimentação**

| **Eventos** | **Controladora** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Imobilizado em Serviço** | | | | | **Imobilizado em Curso** | **Total** |
| **Terrenos** | **Edificações, Obras Civis e Benfeitorias** | **Máquinas e Equipamentos** | **Veículos** | **Móveis e Utensílios** |
| **Custo do Imobilizado** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2014** | **13.130** | **2.463** | **706** | **97** | **369** |  | **16.765** |
| Baixas |  |  |  | (97) |  |  | (97) |
| Transferências |  |  | (384) |  |  |  | (384) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **13.130** | **2.463** | **322** |  | **369** |  | **16.284** |
| Adições |  |  | 71 |  |  |  | 71 |
| Baixas |  |  |  |  | (35) |  | (35) |
| Transferências | (2.094) |  |  |  |  |  | (2.094) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **11.036** | **2.463** | **393** |  | **334** |  | **14.226** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Depreciação Acumulada** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2014** |  | **(249)** | **(249)** | **(97)** | **(222)** |  | **(817)** |
| Depreciação |  | (97) | (32) |  | (34) |  | (163) |
| Baixas |  |  |  | 97 |  |  | 97 |
| Transferências |  |  | 90 |  |  |  | 90 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** |  | **(346)** | **(191)** |  | **(256)** |  | **(793)** |
| Depreciação |  | (100) | (29) |  | (17) |  | (146) |
| Baixas |  |  |  |  | 26 |  | 26 |
| Transferências |  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** |  | **(446)** | **(220)** |  | **(247)** |  | **(913)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Imobilizado Líquido – 31/12/2016** | **11.036** | **2.017** | **173** |  | **87** |  | **13.313** |
| **Imobilizado Líquido – 31/12/2015** | **13.130** | **2.117** | **131** |  | **113** |  | **15.491** |
| **Taxas Anuais de Depreciação** |  | **2,0% a 4,0%** | **3,3% a 6,7%** | **20%** | **10%** |  | |

| **Consolidado** | | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Imobilizado em Serviço** | | | | | | | **Imobilizado em Curso** | **Total** |
| **Terrenos** | **Reservatórios, Barragens e Adutoras** | **Edificações, Obras Civis e Benfeitorias** | **Máquinas e Equipamentos** | **Veículos** | **Móveis e Utensílios** | **Outros** |
| **Custo do Imobilizado** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2014** | **14.097** | **13.828** | **21.206** | **46.507** | **18.915** | **9.456** | **164** | **56.251** | **180.424** |
| Adições |  |  | 677 | 21 | 1.386 |  | 1 | 46.316 | 48.401 |
| Baixas |  |  |  | (532) | (1.066) | (2) |  | (56.426) | (58.026) |
| Transferências |  |  |  | (330) |  |  | (58) | (234) | (622) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **14.097** | **13.828** | **21.883** | **45.666** | **19.235** | **9.454** | **107** | **45.907** | **170.177** |
| Adições |  | 380 | 40 | 1.026 | 4.741 | 45 |  | 37.954 | 44.186 |
| Baixas |  | (688) | (537) |  |  | (39) |  | (29.523) | (30.787) |
| Ajuste de Inventário |  |  |  | 799 | 7 |  |  |  | 806 |
| Transferências | (2.094) |  |  |  |  |  |  | 9 | (2.085) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **12.003** | **13.520** | **21.386** | **47.491** | **23.983** | **9.460** | **107** | **54.347** | **182.297** |
| **Depreciação Acumulada** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2014** |  | **(3.801)** | **(9.282)** | **(29.866)** | **(10.910)** | **(3.718)** | **(133)** |  | **(57.710)** |
| Depreciação |  | (296) | (1.306) | (1.581) | (1.468) | (578) | (4) |  | (5.233) |
| Baixas |  |  |  | 307 | 1.504 |  |  |  | 1.811 |
| Transferências |  |  |  | 68 |  |  | 40 |  | 108 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** |  | **(4.097)** | **(10.588)** | **(31.072)** | **(10.874)** | **(4.296)** | **(97)** |  | **(61.024)** |
| Depreciação |  | (298) | (581) | (1.586) | (2.196) | (512) |  |  | (5.173) |
| Baixas |  |  |  |  |  | 26 |  |  | 26 |
| Transferências |  | 205 | 2.156 | (477) | (8) | 12 |  |  | 1.888 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** |  | **(4.190)** | **(9.013)** | **(33.135)** | **(13.078)** | **(4.772)** | **(97)** |  | **(64.283)** |
| **Imobilizado Líquido – 31/12/2016** | **12.003** | **9.330** | **12.373** | **14.356** | **10.905** | **4.690** | **10** | **54.347** | **118.014** |
| **Imobilizado Líquido – 31/12/2015** | **14.097** | **9.731** | **11.295** | **14.594** | **8.361** | **5.158** | **10** | **45.907** | **109.153** |
| **Taxas Anuais de Depreciação** |  | **2,0% a 7,7%** | **2,0% a 4,0%** | **3,3% a 6,7%** | **20%** | **10%** |  | | |

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

* 1. **Valores Oferecidos em Garantias**

A Companhia ofereceu os terrenos localizados no Setor Norte, A-E 1N, Lotes G e H – Brazlândia-DF, em garantia de litígios fiscais junto à Receita Federal de Brasil. Os terrenos estão avaliados conforme laudo pelo valor total de R$ 2.215.

### INTANGÍVEL

|  |  |
| --- | --- |
| **Controladora** | |
|  | **Direito de Uso de *Software*** |
| **Custo do Intangível** |  |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **83** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **83** |
|  |  |
| **Amortização Acumulada** |  |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **(21)** |
| Amortizações | (16) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **(37)** |
| **Intangível Líquido – 31/12/2016** | **46** |
| **Intangível Líquido – 31/12/2015** | **62** |

| **Consolidado** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Direito de Uso da Concessão** | | **Outros Intangíveis** | |  | **Total** |
| **Em Serviço** | **Em Curso** | **Em Serviço** | **Em Curso** | **Direito de Exploração da Concessão** |
| **Custo do Intangível** |  |  |  |  |  |  |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2014** | **261.028** | **5.746** | **53.435** | **17.440** | **158.946** | **496.595** |
| Adições | 120.340 | 105.662 |  | 9.680 |  | 235.682 |
| Baixas | (16) | (106.078) |  |  |  | (106.094) |
| Transferências | 806.869 | (2.835) | 6.716 | (6.499) |  | 804.251 |
| Obrigações Especiais | (16.687) |  |  |  |  | (16.687) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **1.171.534** | **2.495** | **60.151** | **20.621** | **158.946** | **1.413.747** |
| Adições | 1..224 | 53.889 | 55 | 19.846 |  | 75.014 |
| Transferências | 30..325 | (34.452) | 40.466 | (40.466) |  | (4.127) |
| Baixas | (2.307) |  |  |  |  | (2.307) |
| Obrigações Especiais | (172.822) | 110.358 |  |  |  | (62.464) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **1.027.954** | **132.290** | **100.673** |  | **158.946** | **1.419.863** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Amortização Acumulada** |  |  |  |  |  |  |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2014** | **(237.881)** |  | **(48.011)** |  | **(52.982)** | **(338.874)** |
| Amortizações | (36.002) |  | (4.353) |  | (5.887) | (46.242) |
| Transferências |  |  | (217) |  |  | (217) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **(273.883)** |  | **(52.581)** |  | **(58.869)** | **(385.333)** |
| Amortizações | (43.016) |  | (2.670) |  | (5.888) | (51.574) |
| Transferências |  |  |  |  |  |  |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **(316.899)** |  | **(55.251)** |  | **(64.757)** | **(436.907)** |
| **Intangível Líquido – 31/12/2016** | **711.055** | **132.290** | **45.422** |  | **94.189** | **982.956** |
| **Intangível Líquido – 31/12/2015**  **(Reapresentado)** | **897.651** | **2.775** | **7.570** | **20.621** | **100.077** | **1.028.414** |

Não houve indícios de perdas no valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável (concessão).

* 1. **Direito de Exploração de Concessão de Geração**

A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A., detentora do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito se trata de uma operação de reestruturação societária que foi decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado S.A. o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe R, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco S.A., totalizando 46.890.423 ações, por R$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco S.A. com a Eletrobrás. Do total de R$ 213.452, R$ 54.506 representam o valor patrimonial das ações detidas na Investco S.A pela Eletrobrás em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida.

Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão, em conformidade com o disposto no art. 1, § 2º, alínea b da Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998. O total do ágio, R$ 158.946 mil, a ser amortizado por 27 anos (a partir de janeiro de 2006 até dezembro de 2032), resulta em R$ 5.887 mil de amortização ao ano.

Em dezembro de 2016, a controlada CEB Lajeado S.A. realizou o teste de perda por redução no valor recuperável do direito de exploração da concessão. A base para realização do teste de recuperabilidade foi o fluxo de caixa descontado, que resultou em um valor presente de fluxo de caixa descontado de R$ 386.539. Este montante, quando comparado com o valor contábil do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, acrescido do valor contábil do direito de exploração da concessão, no montante de R$ 297.320, não apresentou indicação de perda por redução no valor recuperável. A taxa de desconto usada foi de 9,63%, e tal utilização deveu-se ao fato de a Empresa não possuir dívida bancária. O fluxo de caixa livre foi realizado sob a ótica do acionista e foi utilizado o custo de capital próprio real depois dos impostos. A mencionada taxa foi divulgada pela ANEEL nos Procedimentos de Regulação Tarifária – Proret, submódulo 12.3 – Custo de Capital da Geração. O período contemplado para elaboração dos fluxos de caixa foi até o fim da concessão, ou seja, o ano de 2032.

### FORNECEDORES

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Suprimento de Energia Elétrica |  |  | 156.303 | 281.341 |
| Materiais e Serviços | 3.251 | 2.213 | 49.401 | 56.547 |
| Encargos de Uso de Rede Elétrica |  |  | 13.304 | 9.918 |
| Fornecedores de Gás |  |  | 187 | 189 |
| **Total** | **3.251** | **2.213** | **219.195** | **347.995** |
| **Circulante** | **3.251** | **2.213** | **219.195** | **322.035** |
| **Não Circulante** |  |  |  | **25.960** |

* 1. **Eventos Não Recorrentes Que Impactaram a Rubrica de Suprimento de Energia Elétrica:** 
     1. **Parcelamento Itaipu Binacional**

Em junho de 2015, a CEB D possuía um passivo de USD 43.267, referente a faturas pendentes de pagamento da Energia do Repasse de Itaipu inadimplidas até a data de 28 de fevereiro de 2015. Após negociação com a Eletrobrás, em 15 de julho de 2015 foi efetuado o pagamento de USD 21.448, o correspondente a R$ 67.220.

O saldo remanescente de USD 21.819 foi negociado em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com vencimento todo o dia 30 de cada mês, devendo o primeiro pagamento ser efetuado a partir da data de eficácia do contrato. Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios de 1% ao mês, calculados *pro rata die*.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor do parcelamento totaliza USD 7.752 (USD 18.306 – 2015), o que corresponde, na data de fechamento, a R$ 25.409 (R$ 70.464 – 2015).

### OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

* 1. **Resumo das Obrigações Tributárias**

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015**  **Reapresentado** |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido | 97.611 | 97.384 | 190.785 | 249.552 |
| Outros Tributos | 1.003 | 1.135 | 212.075 | 298.084 |
| **Total** | **98.614** | **98.519** | **402.860** | **547.636** |
| **Circulante** | **1.344** | **1.250** | **224.115** | **264.796** |
| **Não Circulante** | **97.270** | **97.269** | **178.745** | **282.840** |

* + 1. **Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido**

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ | 71.522 | 71.522 | 140.666 | 183.315 |
| Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL | 26.089 | 25.862 | 50.119 | 66.237 |
| **Total** | **97.611** | **97.384** | **190.785** | **249.552** |
| **Circulante** | **343** | **115** | **21.952** | **13.336** |
| **Não Circulante** | **97.270** | **97.269** | **168.833** | **236.216** |

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social. Também é considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido.

O quadro seguinte detalha a apuração do IRPJ e da CSLL:

|  | **Controladora** | | | | **Consolidado** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **IRPJ** | | **CSLL** | | **IRPJ** | | **CSLL** | |
| **31/12/2016** | **31/12/2015**  **(Reapresentado)** | **31/12/2016** | **31/12/2015**  **(Reapresentado)** | **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| **Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro** | 86.373 | 25.528 | 86.373 | 25.528 | **168.457** | **148.212** | **168.457** | **148.212** |
| Equivalência Patrimonial – Coligadas |  |  |  |  | (19.640) | 2.213 | (19.640) | 2.213 |
| Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido |  |  |  |  | (18.047) | (9.765) | (18.047) | (9.765) |
| **Total do Resultado Tributável** | **86.373** | **25.528** | **86.373** | **25.528** | **130.770** | **140.660** | **130.770** | **140.660** |
| Equivalência Patrimonial | 95.370 | (53.851) | 95.370 | (53.851) | 118.759 |  | 118.759 |  |
| Adições/Exclusões Permanentes | (74.746) | 7.829 | (74.746) | 7.829 | (104.108) | 33.547 | (104.108) | 33.547 |
| Adições/Exclusões Temporárias | (99.030) | 22.320 | (99.030) | 22.320 | 117.737 | (306.629) | 117.737 | (306.629) |
| **Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal** | **7.967** | **1.826** | **7.967** | **1.826** | **263.158** | **(132.422)** | **263.158** | **(132.422)** |
| (-) Compensação Prejuízo Fiscal | (2.390) | (548) | (2.390) | (548) | (83.027) |  | (83.027) |  |
| **Base de Cálculo** | **5.577** | **1.278** | **5.577** | **1.278** | **180.131** | **(132.422)** | **180.131** | **(132.422)** |
| Alíquota Aplicável | **25%** | 25% | **9%** | 9% | **25%** | 25% | **9%** | 9% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente: |  |  |  |  |  |  | (501) |  |
| IRPJ/CSLL – Controladora e Controladas | (1.370) | 296 | (501) | 115 | (1.371) | 13.067 | (19.102) | 4.725 |
| IRPJ – Lucro Presumido |  |  |  |  | (52.785) | 1.357 | (593) | 614 |
| Ajustes IRPJ/CSLL do Período |  | (244) |  | (87) | (1.269) | 244 |  | 87 |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente** | **(1.371)** | **52** | **(501)** | **28** | **(55.425)** | **14.668** | **(20.196)** | **5.426** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido** | 22.137 |  | 7.969 |  | 89.635 | **29.609** | 19.748 | **10.652** |
| **Total do Imposto de Renda e Contribuição Social** | **20.766** | **52** | **7.468** | **28** | **34.210** | **44.277** | **(448)** | **16.078** |

**(i) Passivo fiscal diferido**

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota Explicativa nº 13). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB D, como aporte de capital e está registrado como ativo não circulante mantido para venda. Outros eventos que geraram o reconhecimento de passivos fiscais diferidos foram: o ganho sobre o reconhecimento do VNR (Valor Novo de Reposição) do ativo financeiro indenizável; e sobre os ativos e passivos regulatórios, reconhecidos na CEB D de acordo com a OCPC 08. A realização dos passivos fiscais diferidos ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pela realização do ativo financeiro indenizável e pela realização dos ativos e passivos regulatórios.

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ | 71.522 | 71.522 | 124.129 | 173.676 |
| Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL | 25.748 | 25.747 | 44.704 | 62.540 |
| **Total** | **97.270** | **97.269** | **168.833** | **236.216** |
| **Não Circulante** | **97.270** | **97.269** | **168.833** | **236.216** |

* + 1. **Outros tributos**

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015**  **Reapresentado** |
| Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS **(a)** |  |  | 180.275 | 223.830 |
| Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS | 753 | 645 | 25.490 | 46.344 |
| Programa de Integração Social – PIS | 163 | 139 | 5.522 | 18.029 |
| Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS |  | 271 | 686 | 4.661 |
| Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS | 86 | 31 | 102 | 1.589 |
| Outros |  | 49 |  | 3.631 |
| **Total** | **1.002** | **1.135** | **212.075** | **298.084** |
| **Circulante** | **1.002** | **1.135** | **202.163** | **251.460** |
| **Não Circulante** |  |  | **9.912** | **46.624** |

**(a)** Em 25 de novembro de 2010, atendendo demanda da CEB Distribuição S.A., foi baixado o Decreto nº 32.514, que autorizou o adiamento em três meses do pagamento do ICMS de cada mês, a partir dos fatos geradores praticados em outubro daquele ano, estabelecendo o dia 20 como vencimento. Os valores postergados deveriam sofrer apenas atualização monetária por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, portanto, sem a incidência de juros e multas decorrentes das postergações.

Em 20 de dezembro de 2013, foi publicado o Decreto nº 34.990, que autorizou a mudança do vencimento do dia 20 para o penúltimo dia útil, mantendo o adiamento de três meses e a cobrança apenas da correção monetária.

Em 27 de agosto de 2014, foi publicado o Decreto nº 35.762, que alterou a redação do artigo 74 do Regulamento do ICMS, em relação ao seu vencimento, que passou a ser no penúltimo dia útil do mês subsequente.

### CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF), sendo o saldo não repassado atualizado pelo INPC.

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Este saldo corresponde a R$ 161.875 e as parcelas terão vencimento no 15º dia útil de cada mês.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante a repassar ao GDF era de R$ 207.412 e apresentava a seguinte movimentação:

|  |  |
| --- | --- |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **245.195** |
| Faturamento Arrecadado | 191. 410 |
| Faturamento não Arrecadado | 2.022 |
| Atualização Monetária | 16.264 |
| Repasses ao Governo do Distrito Federal | (203.995) |
| Reversão por Prescrição | (43.349) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **207.412** |
| **Circulante** | **127.532** |
| **Não Circulante** | **79.880** |

A movimentação do valor do parcelamento da CIP é apresentada no quadro a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **145.792** |
| Amortização no Exercício | (37.337) |
| Atualização no Exercício | 9.767 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **118.222** |
| **Circulante** | **38.342** |
| **Não Circulante** | **79.880** |

### ENCARGOS REGULATÓRIOS

|  | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Superávit de Baixa Renda **(a)** | 140.322 | 123.291 |
| Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética **(b)** | 117.987 | 93.674 |
| Encargos do Consumidor a Recolher **(c)** | 166.002 | 83.909 |
| **Total** | **424.311** | **300.874** |
| **Circulante** | **202.102** | **118.605** |
| **Não Circulante** | **222.209** | **182.269** |

**(a) Superavit de baixa renda**

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

Em função de argumentos apresentados pela CEB Distribuição S.A., a Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF da ANEEL editou a Nota Técnica nº 167/2016-SFF/ANEEL, de 29 de setembro de 2016, em que conclui pela não desconformidade da Distribuidora no tratamento do passivo de baixa renda ao longo dos processos tarifários correspondentes. Destaca, inclusive, o fato do valor do passivo estar devidamente provisionado nas demonstrações financeiras da Empresa.

Não obstante, a SFF encaminhou o assunto para o pronunciamento das Superintendências de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD e de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, orientando à CEB Distribuição S.A. que não baixasse o valor do passivo até a decisão final da Agência Reguladora.

O assunto continua ainda pendente de solução por parte do Órgão Regulador.

**(b) Obrigações de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE**

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética – PEE; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e ao Ministério de Minas e Energia – MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 março de 2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e ao P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005; nº 219, de 11 de abril de 2006; nº 300, de 12 de fevereiro de 2008; e nº 316, de 13 de maio de 2008, além do Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

|  | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Programa de Eficiência Energética – PEE | 80.077 | 68.459 |
| Pesquisa e Desenvolvimento – P &D | 36.747 | 23.917 |
| Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT | 955 | 899 |
| Ministério de Minas e Energia – MME | 208 | 399 |
| **Total** | **117.987** | **93.674** |

Visando o planejamento da aplicação dos valores acumulados no passivo da Distribuidora, o Plano de Negócio do Período de 2017 a 2021, aprovado pelo Conselho de Administração, em 14 de dezembro de 2016, prevê metas para a destinação de recursos para tal fim. Dessa forma, ao longo do mencionado horizonte de planejamento, a Empresa voltará a exibir valores compatíveis com a regulamentação vigente.

**(c) Encargos do consumidor a recolher**

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás, em 2015, no montante de R$ 391.473. Em 31 de dezembro de 2016, os montantes devidos pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás totalizaram R$ 166.002 (R$ 83.909 – 2015). Os valores de CDE foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição S.A..

### DEBÊNTURES

Informações sobre as debêntures:

|  | **Quantidade em circulação** | **Remuneração a.a.** | **Taxa efetiva a.a.** | **Condições de amortização** | **Garantias** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1ª Emissão – Série Única** | 1.300 | CDI + 6,8% | CDI + 6,8% | Parcelas mensais a partir de junho de 2016. | Recebíveis + Alienação de Imóvel |
| **2ª Emissão – Série Única** | 710 | CDI + 6,8% | CDI + 6,8% | Parcelas mensais a partir de junho de 2017. | Recebíveis + Alienação de Imóvel |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2016** | | | **2015** | | |
| **Circulante** | **Não circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não circulante** | **Total** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldo Inicial** | 52.399 | 130.273 | 182.672 | 15.918 | 114.082 | 130.000 |
| Encargos | 1.178 |  | 1.178 | 1.082 |  | 1.082 |
| Custos da Emissão | (432) | (1.511) | (1.943) | (432) | (1.511) | (1.934) |
| **Saldo Final** | **53.145** | **128.762** | **181.907** | **16.568** | **112.571** | **129.139** |

Em 14 de maio de 2015, por meio do Despacho nº 1.500, a ANEEL anuiu à emissão de debêntures no valor de R$ 130.000 à CEB D. A controlada optou por operações simples não conversíveis em ações, com garantia real nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e legislação aplicável.

Tais debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses contados a partir da sua emissão, em 15 de junho de 2015, com vencimento em 15 de junho de 2020, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo e de amortizações extraordinárias facultativas. Os montantes provenientes desta emissão foram destinados, principalmente, para: (a) investimentos na infraestrutura de distribuição de energia; e (b) no cumprimento de obrigações setoriais.

Em 24 de novembro de 2015, mediante o Despacho nº 3.788, a ANEEL anuiu à segunda emissão de debêntures no valor de R$ 120.000, igualmente para a CEB D, nos termos e condições aplicáveis à primeira emissão.

Em 15 de maio de 2016, a controlada realizou parcialmente a emissão das debêntures, perfazendo o montante de R$ 71.000, nas mesmas condições de prazo e taxa da operação anterior, com vencimento em 15 de maio de 2021. Os recursos líquidos obtidos pela controlada foram destinados, principalmente, para: (a) cumprimento de obrigações junto a fornecedores; e (b) efetivação de obrigações setoriais.

As referidas debêntures, primeira e segunda emissão, possuem carência de 12 meses, contados da data de sua emissão para amortização do principal, bem como são remuneradas a 100% (cem por cento) da Taxa DI, capitalizada exponencialmente com sobretaxa (*spread*) de 6,80%, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ao ano.

O saldo de debêntures registrado no passivo têm seus vencimentos assim programados:

|  | **Consolidado** |
| --- | --- |
| 2017 | 53.145 |
| 2018 | 42.911 |
| 2019 | 37.199 |
| 2020 | 37.199 |
| 2021 | 11.453 |
| **Total** | **181.907** |

Condições restritivas:Qualquer operação de FIDC a ser realizada pela CEB Distribuição S.A. restringe-se ao Banco *Credit Suisse.*

* 1. **Movimentação das Debêntures**

| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **129.139** |
| --- | --- |
| Emissão | 71.000 |
| Encargos Incorridos | 34.667 |
| Custo de Transação | (113) |
| Encargos Pagos | (33.376) |
| Amortização do Principal | (18.565) |
| Deságio | (844) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **181.908** |
| **Circulante** | **53.145** |
| **Não Circulante** | **128.763** |

* 1. **Garantias na Emissão das Debêntures**

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias.

A primeira emissão de debêntures possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como ativo não circulante disponível para venda, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

### EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| **Entidades** | **Consolidado** | | **Encargos** |
| --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Eletrobrás | 839 | 9.325 | Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM |
| Banco do Brasil S.A. (Finame) | 3.005 | 4.008 | 4,5% a.a. + TJLP |
| Banco do Brasil S.A. (FCO I a IV) | 39.971 | 54.849 | Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%. |
| Banco do Brasil | 15 | 1.413 | CDI + juros de 1,7% a.a. |
| Caixa Econômica Federal S.A. | 88.207 | 94.497 | 140% do CDI CETIP (durante o período de utilização). |
| Caixa Econômica Federal S.A./BNDES | 22.763 | 28.029 | 4,5% a.a + TJLP |
| Caixa Econômica Federal S.A./BNDES | 13.204 | 19.092 | 4,5% a.a + UMBNDES |
| Caixa Econômica Federal S.A./BNDES | 35.959 | 40.436 | 6% a.a |
| Banco Daycoval | 5.185 | 11.720 | 0,5% a.m + CDI CETIP |
| Banco BCV | 10.712 | 16.663 | 6,5% a.a + CDI CETIP |
| Custo de Transação | (874) | (1.088) |  |
| **Total** | **218.986** | **278.944** |  |
| **Circulante** | **43.844** | **55.325** |  |
| **Não Circulante** | **175.142** | **223.619** |  |

A CEB D firmou o contrato de financiamento com o agente financeiro Caixa Econômica Federal, por meio de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, objetivando suprir investimentos realizados em novas instalações e melhorias na rede de distribuição, em atendimento a projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014.

O contrato conta com garantias de recebíveis da Distribuidora, tendo o Distrito Federal como Interveniente Garantidor e o Banco de Brasília S.A., como Interveniente Anuente. O valor foi dividido no Subcrédito A, de R$ 33.578, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à TJLP; no Subcrédito B, com valor de R$ 14.391, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à UMBNDES (variação cambial das diversas moedas contidas na Cesta de Moedas do BNDES); e, ainda, no Subcrédito C, no valor de R$ 45.456, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), totalizando R$ 93.425. Esse financiamento tem carência de vinte quatro meses e pagamento mensal dos juros.

* 1. **Garantias dos Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB Distribuição S.A..

* 1. ***Covenants***

Os contratos de empréstimos e financiamentos da CEB D, com exceção do financiamento da Eletrobrás, possuem cláusulas restritivas (*covenants*) não financeiras de vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamento vigentes foram cumpridas pela Companhia.

As composições dos empréstimos, por indexadores, estão resumidas a seguir:

| **Indexadores** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020 em diante** | **Total** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| UFIR/RGR | 320 | 174 | 147 | 198 | 839 |
| CDI | 22.305 | 34.428 | 33.199 | 14.187 | 104.119 |
| TJLP | 11.592 | 18.574 | 22.100 | 10.468 | 62.734 |
| UMBNDES | 3.441 | 3.441 | 3.441 | 2.881 | 13.204 |
| 4,5% a.a. | 1.002 | 1.002 | 1.001 | - | 3.005 |
| 6% a.a. | 5.184 | 5.184 | 5.184 | 20.407 | 35.959 |
| **Total por indexador** | **43.884** | **62.803** | **65.072** | **48.141** | **219.860** |
| **Custo de Transação** |  |  |  |  | **(874)** |
| **Total Líquido do Custo de Transação** |  |  |  |  | **218.986** |

* 1. **Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos**

|  | **Empréstimo e Financiamentos** | **Custo de Transação** | **Empréstimos e Financiamentos Líquido** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2014** | **322.031** | **(920)** | **321.111** |
| Empréstimos e Financiamentos Obtidos | 20.000 |  | 20.000 |
| Encargos Incorridos no Período | 45.655 | 225 | 45.880 |
| Custo de Transação |  | (393) | (393) |
| Encargos Financeiros Pagos | (35.014) |  | (35.014) |
| Amortizações de Principal | (72.640) |  | (72.640) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **280.032** | **(1.088)** | **278.944** |
| Variação Monetária | (2.548) |  | (2.548) |
| Encargos Incorridos no Período | 32.412 |  | 32.412 |
| Custo de Transação |  | 214 | 214 |
| Encargos Financeiros Pagos | (32.718) |  | (32.718) |
| Amortizações de Principal | (57.318) |  | (57.318) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **219.860** | **(874)** | **218.986** |

### OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

|  | **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Governo do Distrito Federal | 10.623 | 18.623 | 10.623 | 18.623 |
| Eletrobrás |  |  | 5.620 | 5.245 |
| Partes Beneficiárias (Eletrobrás) |  |  | 3.920 | 6.934 |
| Outros Acionistas | 68 | 69 | 68 | 69 |
| **Total** | **10.691** | **18.692** | **20.231** | **30.871** |
| **Circulante** | **10.691** | **18.692** | **20.231** | **30.871** |

Em 11 de abril de 2016, a Companhia solicitou, por meio da carta nº 049–PR, a postergação do pagamento dos dividendos do exercício de 2012 para 31 de julho de 2017, devidos ao controlador, no valor de R$ 10.623. Em 18 de abril de 2016, a Câmara de Governança Orçamentário, Financeira e Corporativa do Distrito Federal – Governança DF, aprovou, conforme sugestão da SEF, constante do Ofício nº 249 – GAB /SEF, de 12 de abril de 2016, a postergação do pagamento dos referidos dividendos, face às justificativas quanto à situação financeira da Companhia à época.

### OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
|  | **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015**  **Reapresentado** |
| Provisão de Férias | 70 | 67 | 12.553 | 11.547 |
| Encargos Sobre Provisões | 26 | 86 | 13.329 | 9.329 |
| Abono Assiduidade |  |  | 5.005 | 5.559 |
| Participação nos Lucros |  |  | 10.086 | 12.113 |
| Outros | 1 |  | 5.352 | 182 |
| **Total** | **97** | **153** | **46.325** | **38.730** |
| **Circulante** | **97** | **153** | **46.325** | **38.730** |

### BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

* 1. **Planos de Benefícios**

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela previdência social aos empregados da CEB D, da FACEB e de seus dependentes, conforme a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Planos** | **Benefícios** | **Classificação** | **Patrocinadora** |
| Plano Complementar de Benefícios Previdenciários | Aposentadoria e pensão | Benefício definido | CEB D |
| Plano de Benefícios CEBPREV | Aposentadoria e pensão | Contribuição definida | Multipatrocinado |
| Plano de Saúde da CEB – Assistencial | Assistência médica | Benefício definido | CEB D |
| Plano CEB – Saúde | Assistência médica | Contribuição definida | Multipatrocinado |

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciários foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido. O plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

A CEB D mantém junto à FACEB dois planos previdenciários, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD). Além disso, a Empresa mantém para os seus empregados e familiares, planos de saúde que são administrados pela FACEB. No plano CEB-Saúde, a participação da controlada está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas. Dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

O Plano de Saúde da CEB – Assistencial é administrado pela FACEB na forma de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Participam do plano, parte dos empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB D.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de coparticipação pelos usuários, no momento em que o utilizam, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes ao plano previdenciário e plano de saúde; de informações sobre a utilização do plano de saúde nos últimos vinte e um meses; informações contábeis posicionadas em 31 de dezembro de 2016; e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado na mesma data.

Os montantes no passivo quanto aos planos previdenciários e de assistência são os seguintes:

|  | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Plano de Previdência | 79.578 | 44.613 |
| Plano de Assistência | 9.775 | 46.478 |
| **Total** | **89.353** | **91.091** |
| **Circulante** | **30.252** | **69.465** |
| **Não Circulante** | **59.101** | **21.626** |

* 1. **Planos Previdenciário e Assistencial**

As movimentações a valor presente da obrigação com benefício definido são:

|  | **Plano Previdenciário** | | **Plano Assistencial** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Valor Presente das Obrigações Atuariais** | **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Exercício | (1.106.216) | (1.137.535) | (28.564) | (305.787) |
| Custo do Serviço Corrente | (11.756) | (9.486) | (16) | (174) |
| Custo de Juros | (146.905) | (136.163) | (3.793) | (36.603) |
| Ganhos/(Perda) Atuariais | (206.552) | 100.553 | (16.614) | 281.468 |
| Benefícios Pagos Pelo Plano | 83.295 | 76.415 | 39.212 | 32.532 |
| **Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período** | **(1.388.134)** | **(1.106.216)** | **(9.775)** | **(28.564)** |

Análise da obrigação atuarial dos planos:

|  | **Plano Previdenciário** | | **Plano Assistencial** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Valor Presente da Obrigação Atuarial | 1.388.134 | 1.106.216 | 9.775 | 28.564 |
| Valor Justo dos Ativos do Plano | (1.308.556) | (1.098.956) |  |  |
| Valor Presente da Obrigação Coberta | (1.308.556) | 1.098.956 |  |  |
| Valor Presente da Obrigação Sem Cobertura | 79.578 | 7.260 | 9.775 | 28.564 |
| *Status* dos Planos | Parcialmente Fundado | Parcialmente Fundado | Sem Cobertura | Sem Cobertura |

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

|  | **Plano Previdenciário** | | **Plano Assistencial** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Valor Justo dos Ativos dos Planos** | **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício | 1.098.956 | 1.108.746 |  |  |
| Rendimento Esperado dos Ativos do Plano | 145.941 | 132.717 |  |  |
| Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Patrocinador | 23.113 | 38.199 | 39.212 | 32.532 |
| Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Participantes | 6.626 | 6.291 |  |  |
| Benefícios Pagos Pelo Fundo | (83.295) | (76.415) | (39.212) | (32.532) |
| Ganhos/(Perda) Atuariais | 117.216 | (110.582) |  |  |
| **Valor Justo dos Ativos dos Planos no Final do Período** | **1.308.558** | **1.098.956** |  |  |

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

|  | **Plano Previdenciário** | |
| --- | --- | --- |
| **Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Valor Presente da Obrigação Atuarial | 79.578 | 7.260 |
| Ganhos/(Perdas) Atuariais não Reconhecidos (item 92) |  |  |
| Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período (Saldo da Dívida com a FACEB) | 35.889 | 44.608 |
|  |  |  |
| **Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço** |  |  |
| Passivo (Ativo) Reconhecido no Início do Exercício | 7.259 | 28.789 |
| Contribuições Aportadas no Plano | (23.113) | (38.199) |
| Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais | 89.336 | 10.029 |
| Despesas do Exercício | 6.093 | 6.641 |
| **Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período** | **79.576** | **7.260** |

|  | **Plano Assistencial** | |
| --- | --- | --- |
| **Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Valor Presente da Obrigação Atuarial sem Cobertura | 9.775 | 28.564 |
| Ganhos/(Perdas) Atuariais não Reconhecidos (item 92) |  |  |
| Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período | 20.683 | 277.791 |
|  |  |  |
| **Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço** |  |  |
| Passivo (ativo) Reconhecido no Início do Exercício | 28.564 | 305.787 |
| Contribuições Aportadas no Plano | (39.212) | (32.532) |
| Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais | 16.614 | (281.468) |
| Despesas do Exercício | 3.809 | 36.777 |
| **Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período** | **9.775** | **28.564** |

* + 1. **Plano previdenciário**

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R$ 1.388.134, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R$ 1.308.558 resultou em um déficit de R$ 79.578, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado na posição de 31 de dezembro de 2016. Do ativo total informado pela FACEB (R$ 1.329.122) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R$ 4.303), exigível contingencial (R$ 4.950) e fundos (R$ 11.311), resultando no valor justo de R$ 1.308.558, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalte-se que o saldo do contrato de dívida da CEB D junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 31 de dezembro de 2016, um déficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de dezembro de 2016 se deve à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Valor Presente da Obrigação Atuarial | 1.388.134 | 1.106.216 |
| Valor Justo dos Ativos do Plano | (1.308.558) | (1.098.956) |
| **Resultado** | **79.578** | **7.260** |

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2017, calculada com base nos custos normais; no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial; nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano; e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

|  |  |
| --- | --- |
|  | **2017** |
| Custo do Serviço Corrente | 9.686 |
| Custo dos Juros | 152.901 |
| Rendimento Esperado dos Ativos do Plano | (144.135) |
| Contribuições dos Participantes | (6.295) |
| **Total da Despesa Estimada** | **12.156** |

* + 1. **Plano de Benefícios CEBPREV**

O plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S.A..

* + 1. **Plano CEB-Saúde**

O plano CEB-Saúde não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que preveem a participação da CEB Distribuição S.A., bem como das demais associadas, apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

* + 1. **Plano de saúde da CEB – Assistencial**

Este plano é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB, bem como os dependentes desses grupos, tendo ainda direito à remissão, o cônjuge ou companheiro, após o falecimento do titular.

As coberturas do plano permitem enquadrá-lo na segmentação assistencial hospitalar com obstetrícia e odontologia.

O custeio do plano é feito mediante o pagamento de coparticipação pelos usuários, no momento em que o utilizam, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade de complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas.

Com o trânsito em julgado da Ação Direta de Inconstitucionalidade mencionada na Nota Explicativa nº 2.2.1.1.1, a responsabilidade da CEB com relação aos benefícios de pós-emprego do Plano CEB – Assistencial ficou restrita ao período de dezembro de 2015 a março de 2017. Dessa forma, ocorreu uma forte redução no valor da provisão relativa a esse benefício.

A variação na obrigação atuarial decorreu da modificação na taxa de juros, que passou de 7,34% para 5,91%; da redução no número total de beneficiários, que na reavaliação anterior em unidade monetária era de R$ 3.879 e passou para R$ 3.646; e, principalmente, da publicação do Acórdão da ADI nº 2014002032055-2, que restringiu a cobertura do plano assistencial para os aposentados e pensionistas até março de 2017.

Despesa estimada para o exercício seguinte:

|  | **2017** |
| --- | --- |
| Custo do Serviço Corrente | 18 |
| Custo dos Juros | 1.076 |
| **Total da Despesa Estimada** | **1.095** |

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Valor Presente da Obrigação Atuarial | 9.776 | 28.564 |
| Valor Justo dos Ativos do Plano |  |  |
| **Resultado** | **9.776** | **28.564** |

* + 1. **Categoria de ativo e dados cadastrais**

O quadro a seguir mostra as estatísticas dos planos de benefícios conforme dados cadastrais:

| **Previdenciário** | **31/12/2016** | | **31/12/2015** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ativos** |  | |  |
| Quantidade | 466 | | 506 |
| Idade Média | 50,79 | | 50,27 |
| Tempo Médio de Serviço (anos) | 25,71 | | 25,10 |
| Tempo Médio Esperado de Serviço Futuro (anos) | 5,87 | | 6,48 |
| Valor do Salário Médio (R$) | 12.884,07 | | 11.855,28 |
| **Aposentados** |  | |  |
| Quantidade | 1.093 | | 1.074 |
| Idade Média | 66,77 | | 66,20 |
| Benefício Médio (R$) | 6.016,61 | | 5.473,39 |
| **Pensionistas** |  | |  |
| Quantidade | 339 | | 322 |
| Idade Média | 64,17 | | 64,07 |
| Benefício Médio (R$) | 1.825,29 | | 1.635,16 |
| **Assistencial** | **31/12/2016** | **31/12/2015** | |
| **Titulares** |  |  | |
| Quantidade | 1.748 | 1.836 | |
| Idade Média | 62,48 | 61,34 | |
| Custo Médio | 821,02 | 728,62 | |
| **Dependentes** |  |  | |
| Quantidade | 1.898 | 2.043 | |
| Idade Média | 47,56 | 45,49 | |
| Custo Médio | 599,53 | 519,61 | |
| **Total** |  |  | |
| Quantidade | 3.646 | 3.879 | |
| Idade Média | 54,71 | 52,99 | |
| Custo Médio | 705,72 | 618,54 | |

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa:

|  | **Plano Complementar** | | **Plano Assistencial** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Composição dos Ativos** | **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Disponível | 0,19% | 0,01% | 0,00% | 0,00% |
| Renda Fixa | 92,92% | 89,81% | 0,00% | 0,00% |
| Renda Variável | 0,68% | 0,76% | 0,00% | 0,00% |
| Investimentos Estruturados | 2,42% | 5,06% | 0,00% | 0,00% |
| Investimentos Imobiliários | 1,39% | 1,66% | 0,00% | 0,00% |
| Empréstimos com Participantes | 2,43% | 2,72% | 0,00% | 0,00% |
| Outras Exigibilidades e Depósitos Judiciais | -0,03% | -0,02% | 0,00% | 0,00% |
| Total Percentual dos Ativos do Plano | **100,00%** | **100,00%** | **0,00%** | **0,00%** |

* + 1. **Premissas atuariais**

|  | **Plano Complementar** | | **Plano Assistencial** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Premissas Atuariais Adotadas** | **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| **Financeira** |  |  |  |  |
| Taxa de Juros Anual Para Cálculo do Valor Presente da Obrigação | 5,91% | 7,34% | 5,91% | 7,34% |
| Expectativa de Retorno do Valor Justo dos Ativos do Plano | 11,01% | 13.28% | 0,00% | 0,00% |
| Taxa Anual de Inflação | 4,82% | 5,53% | 4,82% | 5,53% |
| Taxa Nominal de Crescimento Anual dos Salários | 4,82% | 5,53% | 4,82% | 5,53% |
| Taxa Nominal de Crescimento dos Benefícios do Plano | 4,82% | 5,53% | 4,82% | 5,53% |
| Taxa de Crescimento Nominal Anual dos Custos de Saúde | 0,00% | 0,00% | 7,00% | 7,00% |
| **Demográficas** |  |  |  |  |
| Taxa de Rotatividade | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos | AT-2000 masculina | | AT-2000 masculina | |
| Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Assistidos | AT-2000 masculina | | AT-2000 masculina | |
| Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos | *Winklevoss* | | *Winklevoss* | |
| Tábua de Entrada em Invalidez | Álvaro Vindas | | Álvaro Vindas | |
| Tábua de Morbidez | Não Usada | | Não Usada | |
| Idade de Aposentadoria | Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano. | | Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano. | |
| **Composição Familiar para Cálculo de Pensão e Reversão** |  |  |  |  |
| Ativos | 90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem. | |  |  |
| Assistidos | Família informada no cadastro. | |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Plano Previdenciário** | | **Plano Assistencial** | |
| **Comparativo Evidenciando Retorno Esperado e o Retorno Real dos Ativos do Plano** | **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Taxa Nominal de Rendimento Esperada Sobre os Ativos do Plano | 11,01% | 13,28% | N/A | N/A |

* 1. **Contrato de Dívida Atuarial**

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília – CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição S.A. assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram, desde então, a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade; décimo quarto salário; e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descreve-se: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; e prazo de amortização de 180 meses sucessivos.

* + 1. **Contrato de parcelamento do saldo devedor**

Em abril de 2015, a CEB Distribuição S.A. e a FACEB celebraram acordo através de Contrato de Parcelamento de Contribuição Suplementar, correspondente ao saldo devedor remanescente em 1º de abril de 2015, no valor de R$ 28.897, do contrato de dívida atuarial assinado em 27 de dezembro de 2001. Neste contrato de parcelamento, não foi contemplado o valor da variação monetária no montante de R$ 12.722, ou seja, na celebração da avença, o valor que deveria ser parcelado seria de R$ 41.619. A CEB Distribuição S.A. já está realizando tratativas no sentido da alteração do contrato, para que o valor da diferença seja considerado no acordo.

No contrato celebrado no valor de R$ 28.897, ficou pactuado que o saldo remanescente terá um período de carência de 15 meses e que neste período, incidirão juros equivalentes a 6% ao ano capitalizado mensalmente, bem como correção monetária calculada de acordo com a variação do INPC, ou índice que vier a substituí-lo. Ao fim do período de carência, o saldo devedor apurado em 1º de abril de 2015, devidamente atualizado e acrescido dos encargos previstos, será pago em 13 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 31 de dezembro de 2016.

As movimentações da dívida atuarial ocorreram conforme quadro a seguir:

|  | **Circulante** | **Não Circulante** | **Total** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Saldo em 31 de dezembro 2014** | **31.368** | **17.869** | **49.237** |
| Amortização no Exercício | (15.221) |  | (15.221) |
| Atualização no Exercício | 8.671 | 603 | 9.274 |
| Transferências Para o Circulante | 2.558 | (2.558) |  |
| **Passivo em 31 de dezembro de 2015** | **27.376** | **15.914** | **43.290** |
| Amortização no Exercício | (14.334) |  | (14.334) |
| Reversão de Encargos | (10.322) |  | (10.322) |
| Atualização no Exercício |  |  |  |
| Transferências Para o Circulante | 15.914 | (15.914) |  |
| **Passivo em 31 de dezembro de 2016** | **18.633** |  | **18.633** |

Valores calculados em conformidade com as disposições da Lei Complementar n° 109/2001 e Resolução CGPC n° 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo é a seguinte:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| **Previdenciário** |  |  |
| Contribuições Para o Plano | 1.840 | 1.323 |
| Contrato de Dívida | 18.633 | 43.290 |
| Provisão Atuarial Previdência | 59.101 |  |
| **Assistencial** |  |  |
| Provisão Atuarial Assistencial | **9.775** | 46.478 |
| **Total** | **89.353** | **91.091** |
| **Circulante** | **30.252** | **69.465** |
| **Não Circulante** | **59.101** | **21.626** |

Para o cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado, as contribuições a pagar. Dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit pactuado entre a Companhia e a FACEB.

### PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

* 1. **Provisões Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios Provisionados**

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Regulatórias |  |  | 53.865 | 53.024 |
| Trabalhistas |  |  | 4.276 | 9.048 |
| Fiscais | 10.827 | 8.356 | 10.827 | 8.356 |
| Cíveis |  |  | 3.449 | 8.139 |
| **Total** | **10.827** | **8.356** | **72.417** | **78.567** |
| **Circulante** |  |  | **3.905** | **9.168** |
| **Não Circulante** | **10.827** | **8.356** | **68.512** | **69.399** |

* + 1. **Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios**

|  | **Controladora** | | |
| --- | --- | --- | --- |
| **Trabalhista** | **Fiscais** | **Total** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2014** | **54** | **8.251** | **8.305** |
| Constituições de Provisão | 8 |  | 8 |
| Pagamentos | (62) |  | (62) |
| Atualização Monetária |  | 105 | 105 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** |  | **8.356** | **8.356** |
| Constituições de Provisão |  | 2.471 | 2.471 |
| Pagamentos |  |  |  |
| Atualização Monetária |  |  |  |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** |  | **10.827** | **10.827** |

|  | **Consolidado** | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Trabalhista** | **Cíveis** | **Fiscais** | **Regulatórias** | **Total** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2014** | **8.959** | **7.500** | **8.251** | **59.655** | **84.365** |
| Constituições de Provisão | 3.295 | 2.484 |  | 1.022 | 6.801 |
| Reversão de Provisão | (4.102) | (2.319) |  | (14.495) | (20.916) |
| Atualização Monetária | 958 | 475 | 105 | 6.841 | 8.379 |
| Pagamento | (62) |  |  |  | (62) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **9.048** | **8.140** | **8.356** | **53.023** | **78.567** |
| Constituições de Provisão | 1.123 | 5.569 | 2.471 | 2.217 | 11.380 |
| Reversão de Provisão | (6.229) | (10.530) |  | (7.226) | (23.985) |
| Atualização Monetária | 334 | 271 |  | 5.851 | 6.456 |
| Pagamento |  |  |  |  |  |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **4.276** | **3.448** | **10.827** | **53.865** | **72.417** |

**(i) Demandas trabalhistas**

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, envolvendo cobrança de horas extras; adicionais de periculosidade; dano moral; e responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

**(ii) Demandas cíveis**

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica; danos morais; além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos; corte por inadimplência; problemas na rede; e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

**(iii) Demandas regulatórias**

A CEB D discute nas esferas administrativa e judicial autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia; investimentos em consórcio; extrapolação dos limites dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia; falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição; e fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

**(iv) Demandas fiscais**

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

* 1. **Passivo Contingente – Risco Possível**

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os montantes desses processos estão reproduzidos no quadro seguinte:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Fiscais | 41.425 | 37.262 | 45.045 | 37.262 |
| Cíveis | 1 | 85 | 8.313 | 806 |
| Trabalhistas |  | 24 | 896 | 1.372 |
| **Total** | **41.426** | **37.371** | **54.254** | **39.440** |

* 1. **Ativo Contingente – Risco Provável**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia estima que as contingências ativas prováveis de ganho alcancem o montante de R$ 65.550. Desse valor, R$ 375 referem-se a ações tributárias e 65.175 a ações cíveis. Estas últimas são processos de cobrança de consumo de energia elétrica, assim como de obras e manutenções de iluminação pública.

### DEMAIS OBRIGAÇÕES

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Parcelamento de Multa ANEEL |  |  | 20.309 | 17.459 |
| Consumidores | 362 | 196 | 10.775 | 13.017 |
| Consignações a Favor de Terceiros | 360 | 54 | 12.669 | 4.630 |
| Arrendamento |  |  | 5.013 | 3.843 |
| Repasses de Bandeiras Tarifárias |  |  |  | 1.830 |
| Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos |  |  |  | 764 |
| Retenção de Quotas – RGR |  |  | 724 | 724 |
| Cauções e Garantia | 56 |  | 566 | 438 |
| Obrigações Com Empresas Ligadas | 168 | 167 | 358 |  |
| Outras Obrigações | 4 | 6 | 3.050 | 2.545 |
| **Total** | **950** | **423** | **53.4664** | **45.250** |
| **Circulante** | **950** | **423** | **37.418** | **33.421** |
| **Não Circulante** |  |  | **16.046** | **11.829** |

### OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO

|  | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| Ultrapassagem de Demanda |  | 17.149 |
| Excedente de Reativos |  | 28.732 |
| Uso do Bem Público | 867 |  |
| Participação Financeira do Consumidor – Valores Não Aplicados **(a)** | 75.996 | 71.665 |
| **Total** | **76.863** | **117.546** |
| **Não Circulante** | **76.863** | **117.546** |

(a) Valores recebidos antes do início do empreendimento e não aplicados.

* 1. **Obrigações Especiais – Receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos**

A receita de ultrapassagem de demanda é oriunda de contratos de fornecimento com grandes consumidores de energia, no qual é definida a demanda a ser utilizada pela unidade consumidora. Caso a demanda realizada exceda a demanda contratada, a diferença é cobrada com base na tarifa de ultrapassagem de demanda que é bem superior às tarifas regulares. As tarifas de ultrapassagem de demanda possuem caráter de penalidade ao consumidor e visam o incentivo à não utilização da rede, além do que foi contratado, estando prevista no art. 93 da Resolução no 14/2010.

A receita de excedente de reativos é uma penalidade ao consumidor decorrente da não instalação de equipamentos adequados para controle da energia reativa que podem prejudicar o funcionamento dos sistemas elétricos, gerando custos adicionais à rede distribuidora. O Órgão Regulador define um limite para essa energia reativa e, violado esse limite, a distribuidora cobra uma tarifa adicional de energia reativa excedente.

O procedimento de regulação tarifária (Proret 2.7) foi aprovado pela Resolução Normativa ANEEL n° 463, de 22 de novembro de 2011. Neste procedimento, ficou definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, a partir do 3º ciclo de revisão tarifária periódica, deverão ser contabilizadas como obrigações especiais e serão amortizadas a partir do próximo ciclo de revisão tarifária.

O Despacho nº 4.991 da ANEEL, de 29 de dezembro de 2011 trata dos procedimentos básicos para a elaboração das demonstrações financeiras. Em conformidade com o mencionado documento, a CEB Distribuição S.A. efetuou o ajuste de receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, reduzindo as contas de receitas de fornecimento de energia, em contrapartida à conta de obrigações especiais.

Por determinação da ANEEL, essas receitas são reconhecidas como obrigações especiais, a partir do 3º Ciclo da Revisão Tarifária. Este procedimento foi objeto de questionamento judicial pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee e a questão encontra-se em tramitação.

A CEB Distribuição S.A. está aguardando o julgamento da ação e tais valores estão provisionados em obrigações especiais e apresentados como obrigações vinculadas à concessão.

Em 2016, a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos foi capturada via Obrigações Especiais e passou a ser considerada como componente dos passivos financeiros setoriais, conforme Resolução Normativa nº 660/2015-ANEEL.

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

* 1. **Capital Social**

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 566.025 (R$ 566.025 – 2015). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

| **Capital Total em Ações** | **31/12/2016** | **31/12/2015**  **Reapresentado** |
| --- | --- | --- |
| **Ações Ordinárias** | **7.184.187** | **7.184.187** |
| **Ações Preferenciais** | **7.232.196** | **7.232.196** |
| Classe A | 1.313.002 | 1.313.002 |
| Classe B | 5.919.194 | 5.919.194 |
| **Total** | **14.416.383** | **14.416.383** |
| **Valor Patrimonial por Ação:** |  |  |
| Patrimônio Líquido | 620.362 | 547.418 |
| Quantidade de Ações | 14.416.383 | 14.416.383 |
| **Valor Patrimonial por Ação – Em (R$)** | **43,03** | **37,97** |

* 1. **Ajuste de Avaliação Patrimonial**

A composição do saldo da rubrica ajustes de avaliação patrimonial é a seguinte:

|  | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| --- | --- | --- |
| Custo Atribuído do Ativo Imobilizado | 188.817 | 188.817 |
| Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A. | 19.929 | 18.662 |
| Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III S.A. |  | (733) |
| Ganho Atuarial – Plano Assistencial | 16.057 |  |
| Perdas Atuarial – Plano de Previdência | (59.101) |  |
| Outras Movimentações – Coligadas |  | 68 |
| **Total** | **165.702** | **206.814** |

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

* + 1. **Custo atribuído (*Deemed Cost*)**

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

| **Terrenos** |  |
| --- | --- |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2008** | **1.442** |
| Ajustes por Adoção do Custo Atribuído | 295.744 |
| **Saldo em 1º de janeiro de 2009** | **297.186** |
| Alienação de Terreno – Exercício de 2009 | (11.099) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto** | **286.087** |
| Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL – 34%) | (97.270) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015 – Líquido do Efeito Fiscal** | **188.817** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016 – Líquido do Efeito Fiscal** | **188.817** |

* + 1. **Ganhos/Perdas nas variações percentuais em participações societárias**

Energética Corumbá III S.A.

Em abril de 2015, os acionistas *Energ Power* S.A. e Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A. realizaram novo aporte de capital no montante de R$ 87. Devido a esta operação, a CEB registrou um ganho de capital no valor de R$ 33.

Em novembro de 2016, os acionistas *Energ Power* S.A. e Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A. realizaram novo aporte de capital. Devido a esta operação, a CEB registrou um ganho de capital no valor de R$ 736. O lançamento foi efetuado diretamente contra lucros acumulados.

Corumbá Concessões S.A.

Absorção de prejuízo acumulado

Em 29 de novembro de 2016 foi realizada a 2ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), onde os acionistas aprovaram a redução do capital social da Corumbá Concessões S.A. para a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, no valor de R$ 65.506. Esse evento gerou uma perda no investimento na Companhia no valor de R$ 3, lançado diretamente contra prejuízos acumulados. A Geradora efetuou ajustes patrimoniais referente a exercícios anteriores que representaram um ganho na Companhia no montante de R$ 1.270.

* 1. **Reserva de Lucros**

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, excederem 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para o aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

* 1. **Resultado do Período**

A Companhia apurou um lucro líquido de R$ 114.607 (R$ 25.448 – 2015 – Reapresentado).

### INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada uma delas, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

* Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
* Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S.A. e a CEB Participações S.A.;
* Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A.; e
* Outros – Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília – CEB, que tem como atribuições a participação em outras sociedades como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasiliense de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

As informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 estão contempladas no quadro seguinte:

* 1. **Demonstração de Resultado por Segmento de Negócio**

|  | **Exercício findo em 31/12/2016** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Distribuição** | **Geração** | **Comercialização** | **Outros** | **Eliminações** | **Consolidado** |
| **ATIVOS DO SEGMENTO** | **2.543.249** | **58.594** | **369.830** | **746.045** | **(560.826)** | **3.156.892** |
| Adições (reduções) Aos Ativos do Segmento no Exercício | (223.957) | (7.124) | (27.789) | 69.053 | (315.540) | (505.357) |
| **INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES** |  |  | **201.685** | **661.252** | **(517.085)** | **345.852** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** | **2.061.304** | **30.357** | **114.609** | **39.488** | **(131.204)** | **2.114.554** |
| Energia Elétrica Comprada Para Revenda | (1.452.277) | (1.962) | (15.176) |  | 131.216 | (1.338.199) |
| Encargos de Uso da Rede Elétrica | (141.632) | (1.838) | (11.890) |  |  | (155.359) |
| **CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA** | **(1.598.120)** | **(3.799)** | **(27.066)** |  | **131.216** | **(1.497.769)** |
| Pessoal | (231.778) | (4.284) | (1.631) | (11.617) |  | (249.310) |
| Material | (3.298) | (47) | (3) | (234) |  | (3.582) |
| Serviço de Terceiros | (138.664) | (5.566) | (1.219) | (27.984) |  | (173.433) |
| Depreciação e Amortização | (46.222) | (1.048) | (5.906) | (441) |  | (53.617) |
| Reversão/Constituição de Provisões para Riscos e Outras | 9.078 |  |  | (2.438) |  | 6.641 |
| Custo de Construção | (58.100) |  |  |  |  | (58.100) |
| Provisão (Reversão) Para Devedores Duvidosos | (42.990) |  |  | (7.282) |  | (50.272) |
| Arrendamento |  |  | (54.592) |  |  | (54.592) |
| Outras | 123.955 | 2.391 | (133) | (4.693) |  | 121.520 |
| **DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS** | **(388.019)** | **(8.554)** | **(63.484)** | **(54.689)** |  | **(514.115)** |
| Equivalência Patrimonial |  | 112 | 23.389 | 95.370 | (88.450) | 30.422 |
| **RESULTADO BRUTO** | **79.377** | **18.115** | **47.449** | **80.169** | **(88.438)** | **136.672** |
| Receita Financeira | 147.998 | 2.380 | 5.234 | 5.910 | (991) | 160.531 |
| Despesa Financeira | (193.029) | (122) | (19.945) | (167) | 991 | (212.272) |
| **RESULTADO FINANCEIRO** | **(45.031)** | **2.258** | **(14.711)** | **5.743** | **-** | **(51.741)** |
| **RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS** | **34.346** | **20.373** | **32.738** | **85.912** | **(88.438)** | **84.931** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente | (63.733) | (1.862) | (8.155) | (1.872) |  | (75.621) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido | 79.657 |  | (381) | 30.106 |  | 109.383 |
| Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio |  |  | 15.000 |  |  | 15.000 |
| **LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO** | **50.272** | **18.511** | **39.203** | **114.146** | **(88.438)** | **133.693** |
| Atribuível ao Acionista Controlador |  |  |  |  |  | 114.607 |
| Atribuível aos Acionistas não Controladores |  |  |  |  |  | 19.086 |

|  | **Exercício findo em 31/12/2015** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Distribuição** | **Geração** | **Comercialização** | **Outros** | **Eliminações** | **Consolidado**  **Reapresentado** |
| **ATIVOS DO SEGMENTO** | **2.735.962** | **17.311** | **443.420** | **684.148** | **(536.113)** | **3.344.728** |
| Adições (reduções) aos Ativos do Segmento no Exercício | 597.102 | 2.669 | 25.195 | 159.137 | (243.177) | 540.926 |
| **INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES** |  |  | **219.485** | **626.082** | **(491.962)** | **353.750** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** | **2.348.019** | **14.491** | **126.732** | **28.968** | **122.206** | **2.396.004** |
| Energia Elétrica Comprada Para Revenda | (1.602.698) | 553 | (5.396) |  | 121.343 | (1.486.198) |
| Encargos de Uso da Rede Elétrica | (136.924) | (864) | (11.310) |  | 864 | (148.234) |
| **CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA** | **(1.739.622)** | **(311)** | **(16.706)** |  | **122.207** | **(1.634.432)** |
| Pessoal | (180.156) | (2.638) | (2.498) | (11.154) |  | (196.446) |
| Material | (6.197) | (26) | (6) | (816) |  | (7.045) |
| Serviço de Terceiros | (123.494) | (2.928) | (4.531) | (21.730) |  | (152.683) |
| Depreciação e Amortização | (47.167) | (336) | (6.601) | (363) |  | (54.467) |
| Reversão/Constituição de Provisões para Riscos e Outras | 81.483 | 2 | (90) | (904) |  | 80.491 |
| Custo de Construção | (82.781) |  |  |  |  | (82.781) |
| Provisão (Reversão) Para Devedores Duvidosos | (63.045) |  |  | (22.174) |  | (85.219) |
| Arrendamento |  |  | (41.850) |  |  | (41.850) |
| Outras | 20.818 | (874) | (5.385) | (3.283) |  | 11.276 |
| **DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS** | **(400.539)** | **(6.800)** | **(60.961)** | **(60.424)** |  | **(528.724)** |
| Equivalência Patrimonial |  |  | 13.087 | 93.069 | (108.369) | (2.213) |
| **RESULTADO BRUTO** | **207.858** | **7.380** | **62.152** | **61.613** | **(108.368)** | **230.635** |
| Receita Financeira | 124.706 | 896 | 8.058 | 2.780 | (1.660) | 134.780 |
| Despesa Financeira | (243.437) | (67) | (2.214) | (89) | 1.660 | (244.147) |
| **RESULTADO FINANCEIRO** | **(118.731)** | **829** | **5.844** | **2.691** |  | **(109.367)** |
| **RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS** | **89.127** | **8.209** | **67.996** | **64.304** | **(108.368)** | **121.268** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente |  | (753) | (18.600) | (80) |  | (19.433) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido | (52.682) |  | 147 |  |  | (52.535) |
| **LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO** | **36.445** | **7.456** | **49.543** | **64.224** | **(108.368)** | **49.300** |
| Atribuível ao Acionista Controlador |  |  |  |  |  | 25.448 |
| Atribuível aos Acionistas Não Controladores |  |  |  |  |  | 23.853 |

### DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

* 1. **Receita Operacional Líquida**

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015**  **(Reapresentado)** |
| Fornecimento de Energia Elétrica |  |  | 3.324.987 | 3.224.448 |
| Energia de Curto Prazo |  |  | 275.812 | 355.860 |
| Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros |  |  | (304.926) | 164.955 |
| Receita de Construção |  |  | 58.100 | 82.781 |
| Aporte de Recursos da CDE |  |  | 41.273 | 50.426 |
| Receita de Prestação de Serviços | 40.354 | 28.869 | 41.362 | 30.226 |
| Suprimento de Energia |  |  | 31.731 | 29.823 |
| Disponibilidade do Sistema de Distribuição |  |  | 21.198 | 29.423 |
| Arrendamento e Aluguéis |  |  | 28.494 | 26.543 |
| Receita de Venda de Gás |  |  | 4.919 | 4.528 |
| Outras Receitas |  |  | 2.692 | 2.645 |
| **Receita Operacional Bruta** | **40.354** | **28.869** | **3.525.642** | **4.001.658** |
| Impostos | (807) | (578) | (678.191) | (637.719) |
| Contribuições | (3.739) | (2.806) | (333.619) | (381.970) |
| Encargos do Consumidor |  |  | (399.156) | (585.960) |
| Descontos Incondicionais |  |  | (122) | (5) |
| **Deduções da Receita Operacional Bruta** | **(4.546)** | **(3.374)** | **(1.411.088)** | **(1.605.654)** |
| **Receita Operacional Líquida** | **35.808** | **25.485** | **2.114.554** | **2.396.004** |

* + 1. **Aporte de recursos da CDE**

A Medida Provisória n° 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013), determinou que os recursos relacionados à subvenção de baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Estes recursos serão repassados pela Eletrobrás e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste tarifário anual das distribuidoras.

Sendo assim, a Resolução Homologatória nº 1.937, de 25 de agosto de 2015, que reajustou as tarifas da CEB D, estabeleceu também um valor mensal correspondente a R$ 2,51 milhões a ser repassado à Empresa pela Eletrobrás, no período de competência de agosto de 2015 a julho de 2016. Tal repasse se refere aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Nos meses de agosto e setembro de 2016, por meio da REH nº 2.033, foi estabelecido o valor mensal de R$ 2,8 milhões. Posteriormente, em 18 de outubro de 2016, o valor mensal foi redefinido em R$ 3,3 milhões por meio do 4º Ciclo de Revisão Tarifária, nos termos da Resolução Homologatória ANEEL n° 2.161, no período de outubro de 2015 a setembro de 2016.

No exercício de 2016, os aportes de CDE totalizaram R$ 41.273 (R$ 50.426 em 2015). Tais aportes seguiram o que está previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Recursos da CDE – Decreto nº 7.945/2013 (Nota Explicativa nº 9).

* + 1. **Encargos do consumidor**

**31.1.2.1. Repasse da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE**

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás no ano de 2015, no montante de R$ 391.473. Esses valores foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a qual estabeleceu o repasse desses custos às unidades consumidoras vinculadas à CEB Distribuição S.A..

**Decreto nº 8.221 de 2 de abril de 2014**

O Governo Federal, fundamentado na Lei nº 12.783/2013, publicou em 2 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/2014, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a criação e manutenção da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – Conta-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia referentes à: exposição involuntária no mercado de curto prazo; e custos do despacho termoelétrico, através das contratações de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE será a responsável pela gestão da Conta-ACR.

**Aporte CDE – Decretos nº 7891/2013 e nº 7.945/2013**

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas, desde o final de 2012, relacionado com os baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o foi emitido, em 23 de janeiro 2013, o Decreto nº 7.891, alterado pelo Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, visando a neutralização de parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 estabeleceu: (i) redução do prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes; e (ii) aumento do repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de 103% para 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição, dos custos relacionados a seguir:

* Neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
* Neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária); e
* Cobrir o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética).

**31.1.2.2. Bandeiras tarifárias**

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é responsável pela gestão da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os valores disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando: (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

Dessa forma, a controlada CEB D registrou os seguintes montantes durante os exercícios de 2015 e 2016:

| **Competência** | **Acionamento da Bandeira Tarifária** | **Receita Faturada** | **Repasse à CCRTB** | **Valor de Cobertura dos Custos (CVA)** | **Despachos ANEEL** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |
| jan/16 | Vermelha | 22.729 | (8) | 22.721 | 529/2016 |
| fev/16 | Vermelha – Patamar 1 | 18.482 | (10) | 18.472 | 797/2016 |
| mar/16 | Amarela | 11.797 |  | 11.797 | 1061/2016 |
| abr/16 | Verde | 4.698 |  | 4.698 | 1431/2016 |
| mai/16 | Verde |  |  |  | 1734/2016 |
| jun/16 | Verde |  | (26) | (26) | 2045/2016 |
| jul/16 | Verde |  |  |  | 2298/2016 |
| ago/16 | Verde |  | (2) | (2) | 2626/2016 |
| set/16 | Verde |  | 9 | 9 | 2882/2016 |
| out/16 | Verde |  | 38 | 38 | 3147/2016 |
| nov/16 | Amarela | 2.919 | 3.215 | 6.134 | 3415/2016 |
| dez/16 | Amarela | 4.433 | 1.894 | 6.327 | 290/2017 |
| **2016** |  | **65.008** | **5.111** | **70.169** |  |
| **2015** |  | **271.043** | **(115.477)** | **155.566** |  |

* 1. **Custo Com Serviço de Energia Elétrica**

|  | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015**  **(Reapresentado)** |
| Energia Elétrica Comprada Para Revenda | (1.050.732) | (1.180.070) |
| Energia Elétrica Comprada Para Revenda – Curto Prazo | (286.410) | (327.244) |
| Encargos de Uso da Rede Elétrica | (154.369) | (148.234) |
| Repactuação do Risco Hidrológico | (2.059) | 21.116 |
| **Total** | **(1.493.570)** | **(1.634.432)** |

* 1. **Custos e Despesas Operacionais Por Natureza**

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/02015** | **31/12/2016** | **31/12/2015**  **(Reapresentado)** |
| Pessoal e Administradores | (11.445) | (10.988) | (249.309) | (196.446) |
| Serviço de Terceiros | (27.612) | (21.385) | (173.432) | (152.141) |
| (Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa | (7.282) | (22.174) | (50.272) | (85.219) |
| Custo de Construção – Concessão **(a)** |  |  | (58.100) | (82.781) |
| Depreciação e Amortização | (167) | (89) | (53.618) | (54.467) |
| Arrendamento |  |  | (54.594) | (41.850) |
| Material | (221) | (811) | (3.584) | (7.045) |
| Outras Despesas | (392) | (238) | (14.119) | (29.745) |
| **Total** | **(47.119)** | **(55.685)** | **(657.026)** | **(649.694)** |
| **Classificação:** |  |  |  |  |
| **Custo da Operação** |  |  | **(316.173)** | **(319.498)** |
| **Custo dos Serviços Prestados a Terceiros** | **(30.267)** | **(23.753)** | **(26.687)** | **(21.348)** |
| **Despesas Com Vendas** | **(7.290)** | **(22.174)** | **(119.321)** | **(154.492)** |
| **Despesas Gerais e Administrativas** | **(9.563)** | **(9.758)** | **(194.845)** | **(154.356)** |

**(a)** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que:

* A atividade fim é a distribuição de energia elétrica;
* Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
* A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.

* 1. **Outras Receitas/(Despesas) Operacionais**

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015**  **(Reapresentado)** |
| **Outras Receitas Operacionais** |  |  |  |  |
| Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego **(a)** |  |  | 37.192 | 127.177 |
| Atualização do Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – VNR |  |  | 30.196 | 53.882 |
| Recuperação de Créditos Baixados por Perdas |  |  | 25.676 | 14.168 |
| Receita Crédito Tributário – Decisões Judiciais **(b)** |  |  | 96.849 |  |
| Reversão de Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios |  |  | 22.641 | 20.919 |
| Reversão de Provisão de Participação nos Lucros |  |  | 12.028 | 461 |
| Resultado na Baixa de Bens |  | 76 | (1.378) | (10.536) |
| Tributos Sobre Outras Receitas |  |  | (15.740) |  |
| Outras Receitas | 65 | 50 | 28.184 | 9.891 |
| **Subtotal** | **65** | **126** | **235.648** | **215.962** |
| **Outras Despesas Operacionais** |  |  |  |  |
| Provisão de Benefícios Pós-Emprego |  |  | (38.673) | (39.196) |
| Multas ANEEL |  |  | (6.083) | (18.385) |
| Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios | (2.438) | (113) | (16.458) | (15.184) |
| Compensação Por Descontinuidade de Energia |  |  | (14.935) | (8.539) |
| Provisão Para Participação nos Lucros e Resultados **(c)** |  |  | (10.054) | (12.113) |
| Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais |  |  | (3.012) | (657) |
| Tributos |  | (765) |  | (765) |
| Outras Despesas | (1.019) | (25) | (4.156) | (153) |
| **Subtotal** | **(3.457)** | **(903)** | **(93.371)** | **(94.992)** |
| **Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas** | **(3.392)** | **(777)** | **142.277** | **120.970** |

**(a)** Em 2015, inclui a reversão do Plano Assistencial – FACEB, no valor de R$ 90.712, devido à inconstitucionalidade das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003.

**(b)** Créditos por Decisão Judicial Transitada em Julgado:

**(i) FINSOCIAL**

A Companhia Energética de Brasília – CEB recolheu a contribuição destinada ao Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL, instituído pelo Decreto-lei nº 1940/82 e, após o reconhecimento de inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal – STF propôs ação judicial (processo 2005.34.00.016932-2). Obteve, assim, decisão favorável para a utilização do crédito fiscal na compensação de outros tributos próprios administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB.

Complementarmente, a CEB solicitou, judicialmente, a mudança do polo ativo da ação para que os seus efeitos beneficiassem a CEB D, tendo em vista a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, o que foi deferido. A Companhia solicitou ainda à Receita Federal do Brasil, a habilitação do crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado e em julho de 2016. O pedido foi deferido no valor atualizado de R$ 31.676.

**(ii) PIS/PASEP**

A Companhia Energética de Brasília – CEB efetuou pagamento a maior de PIS/PASEP, no período de julho de 1991 a fevereiro de 1996, por considerar como base de cálculo do tributo a Receita Operacional Bruta do mês anterior à competência de pagamento, nos termos dos Decretos-Lei nº 2.445 e nº 2.449, ambos de 1988. Por serem estes decretos declarados inconstitucionais pelo STF, em 2005, a CEB ajuizou ação para reconhecimento do indébito tributário e restituição deste por meio de compensação, tendo sido o pleito julgado procedente, com valor atualizado de R$ 65.173. Em 2006, após a reorganização societária, a CEB solicitou a alteração do beneficiário do crédito tributário no processo com direcionamento para a CEB Distribuição S.A..

O pedido formal de habilitação de créditos decorrente de decisão judicial transitada em julgado foi protocolado em 2016 e teve seu respectivo deferimento dado pelo Despacho Decisório nº 0008/2017 – Diort/DRF-Brasília/DF, anexado ao processo administrativo RFB nº 10166.731342/2016-10.

**(c)** Decorre de participação dos empregados no resultado atribuído pela CEB Distribuição S.A., em função do Acordo Coletivo de Trabalho.

* 1. **Resultado Financeiro**

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| **Receitas Financeiras** |  |  |  |  |
| Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos | 4.100 | 1.072 | 42.016 | 21.324 |
| Atualização Monetária – Ativos Regulatórios |  |  | 63.162 | 89.448 |
| Acréscimos Moratórios em Conta de Energia |  |  | 31.157 | 11.896 |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 1.067 | 861 | 10.115 | 8.592 |
| Receita de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio | 15.705 | 7.884 | 16.192 | 7.439 |
| Reversão de Juros Sobre Capital Próprio | (15.000) | (7.829) | (15.000) | (7.119) |
| Multas e Penalidades Aplicadas |  |  | 1.257 | 724 |
| Tributos Sobre Receitas Financeiras |  |  | (5.368) |  |
| Outras Receitas Financeiras |  | 755 | 2.542 | 2.476 |
| **Subtotal** | **5.872** | **2.743** | **146.073** | **134.780** |
| **Despesas Financeiras** |  |  |  |  |
| Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos **(a)** | (68) | (43) | (76.051) | (90.261) |
| Encargos de Dívidas |  |  | (70.556) | (61.247) |
| Atualização Monetária – Passivos Regulatórios |  |  | (39.078) | (35.744) |
| Juros Sobre Capital Próprio |  |  |  | (6.171) |
| Reversão de Juros Sobre Capital Próprio |  |  |  | 6.171 |
| Atualização de Benefício Pós-Emprego |  |  | (196) | (1.118) |
| Recuperação de Despesas |  |  | 8.660 |  |
| Outras Despesas Financeiras | (98) | (46) | (20.051) | (12.855) |
| **Subtotal** | **(166)** | **(89)** | **(197.272)** | **(201.225)** |
| **Variação Cambial Sobre Fatura de Energia Elétrica (b)** |  |  | **14.457** | **(42.922)** |
| **Resultado Financeiro** | **5.706** | **2.654** | **(36.742)** | **(109.367)** |

**(a)** Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos: A redução se deve, substancialmente, às amortizações dos passivos regulatórios durante o exercício de 2016 e, consequentemente, à redução dos juros e variações monetárias se comparado os períodos.

**(b)** Variação Cambial Sobre Fatura de Energia Elétrica:A variação ocorreu pela flutuação da moeda estrangeira que é o indexador das faturas de compra de energia elétrica de Itaipu, que durante o exercício de 2016 apresentou significativa variação em relação ao exercício anterior; e ainda, pela quitação desse passivo ao longo do exercício de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, a CEB D possuía um passivo de R$ 70.464 (US$ 18.306), já em 31 de dezembro de 2016, esse passivo foi de R$ 25.409 (US$ 7.520).

### LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas.

* 1. **Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

* 1. **Diluído**

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação, básico e diluído:

|  | **31/12/2016** | **31/12/2015**  **(Reapresentado)** |
| --- | --- | --- |
| **Lucro Atribuível aos Acionistas da Companhia** | **114.607** | **25.448** |
|  |  |  |
| Lucro Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas | 57.112 | 12.682 |
| Lucro Alocado às Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas | 57.494 | 12.766 |
|  |  |  |
| **Média Ponderada das Ações em Circulação** |  |  |
| Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas | 7.184 | 5.233 |
| Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas | 7.232 | 5.269 |
|  |  |  |
| **Lucro por Ação – R$:** |  |  |
| Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas | 7,9500 | 2,4232 |
| Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas | 7,9500 | 2,4232 |

### TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

* 1. **Controladora Final**

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

* 1. **Remuneração do Pessoal-Chave da Administração**

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** | **31/12/2016** | **31/12/2015**  **Reapresentado** |
| Remuneração | 813 | 926 | 5.292 | 4.821 |
| Demais Benefícios de Curto Prazo | 216 | 274 | 1.523 | 1.408 |
| **Total** | **1.029** | **1.200** | **6.815** | **6.229** |

A Companhia não concede remuneração variável e tampouco benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

* 1. **Transações Com Partes Relacionadas**

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

* + 1. **Operações da Controladora com suas Controladas**

| **Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)** | **Notas** | **Controladora** | |
| --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| **Ativo** |  | **23.235** | **19.383** |
| **Contas a Receber, Líquido da PECLD** |  | **7.232** | **10.008** |
| Governo do Distrito Federal | **a** | 7.232 | 10.008 |
| **Demais Ativos** |  | **15.912** | **9.375** |
| **Dividendos/JSCP** | **b** | **7.517** | **9.090** |
| CEB Lajeado S.A. |  | 7.130 | 6.655 |
| CEB Geração S.A. |  | 162 | 1.432 |
| CEB Participações S.A. |  |  | 444 |
| Corumbá Concessões S.A. |  | 204 |  |
| Energética Corumbá III S.A. |  | 21 | 559 |
| **Empréstimos e Financiamentos (Mútuo)** |  | **8.394** |  |
| CEB Distribuição S.A. |  | 4.492 |  |
| Corumbá Concessões S.A. |  | 3.902 |  |
| **Outras Operações** |  | **186** | **285** |
| CEB Distribuição S.A. | **c** | 186 | 285 |
| **Passivo** |  | **11.523** | **19.670** |
| **Dividendos** |  | **10.623** | **18.623** |
| Governo do Distrito Federal | **d** | 10.623 | **18.623** |
| **Demais Obrigações** |  | **900** | **1.047** |
| CEB Distribuição S.A. | **e** | 733 | 880 |
| CEB Distribuição S.A. | **f** | 167 | 167 |

| **Transações Com Partes Relacionadas (Resultado)** | **Notas** | **Controladora** | |
| --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| **Receitas** |  | **41.251** | **30.002** |
| **Receita de Prestação de Serviços** |  | **40.354** | **28.869** |
| Governo do Distrito Federal | **g** | 40.354 | 28.869 |
| **Variação Monetária de Dividendos** |  |  | **380** |
| CEB Lajeado S.A. |  |  | 380 |
| **Encargos de Mútuo** |  | **897** | **753** |
| CEB Distribuição S.A. | **h** | 897 | 753 |
| **Despesas** |  | **(7.282)** | **(22.175)** |
| **Provisão/Reversão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa** |  | **(7.282)** | **(22.175)** |
| Governo do Distrito Federal | **i** | (7.282) | (22.175) |

**a)** Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação púbica ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF;

**b)** Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;

**c)** Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram creditados em conta corrente da CEB D, que serão repassados através de encontro de contas à CEB;

**d)** Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

**e)** A CEB D possui empregados cedidos à Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

**f)** Refere-se a valores a pagar de depósitos de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB, que serão repassados, através de encontro de contas, à CEB D;

**g)** Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF. Em 2016, a margem líquida média por contrato foi de 8,3%;

**h)** Diz respeito aos encargos do empréstimo (mútuo) realizado com a controlada CEB Distribuição S.A., cuja remuneração corresponde a 97 % do Certificado de Depósito Interbancário – CDI; e

**i)** Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de Iluminação Pública por serviços prestados pela CEB.

* + 1. **Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas**

| **Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)** | **Notas** | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| **Ativo** |  | **92.930** | **91.786** |
| **Contas a Receber, Líquida da PECLD** |  | **87.465** | **84.590** |
| Corumbá Concessões S.A. |  | 406 | 244 |
| Energética Corumbá III S.A. |  | 99 | 65 |
| Governo do Distrito Federal | **a** | 86.960 | 84.281 |
| **Demais Ativos** |  | **5.465** | **7.196** |
| **Dividendos/JSCP** |  | **1.359** | **6.610** |
| Corumbá Concessões S.A. |  | 204 | 559 |
| Energética Corumbá III S.A. |  | 21 |  |
| Investco S.A. |  | 1.134 | 6.051 |
| **Empréstimos e Financiamentos (Mútuo)** |  | **4.105** |  |
| Corumbá Concessões S.A. |  | 4.105 |  |
| **Outras Operações** |  | **1** | **586** |
| Governo do Distrito Federal |  | 1 | 586 |
|  |  |  |  |
| **Passivo** |  | **246.248** | **282.079** |
| **Fornecedores** |  | **23.200** | **18.261** |
| Corumbá Concessões S.A. | **b** | 18.318 | 12.399 |
| Energética Corumbá III S.A. | **b** | 4.882 | 5.862 |
| **Contribuição de Iluminação Pública** |  | **207.412** | **245.195** |
| Governo do Distrito Federal | **c** | 207.412 | 245.195 |
| **Dividendos** |  | **10.623** | **18.623** |
| Governo do Distrito Federal | **d** | 10.623 | 18.623 |
| **Arrendamento a Pagar** |  | **5.013** |  |
| Investco S.A. | **e** | 5.013 |  |

| **Transações Com Partes Relacionadas (Resultado)** | **Notas** | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- |
| **31/12/2016** | **31/12/2015** |
| **Receitas** |  | **558.500** | **441.203** |
| **Receita de Disponibilidade da Rede** | **f** | **4.145** | **4.182** |
| Corumbá Concessões S.A. |  | 3.309 | 3.317 |
| Energética Corumbá III S.A. |  | 836 | 865 |
| **Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica** |  | **553.651** | **436.702** |
| Governo do Distrito Federal | **g** | 553.651 | 436.702 |
| **Receita de Dividendos/JSCP** |  | **704** | **319** |
| BSB Energética S.A. |  | 531 | 37 |
| Energética Corumbá III S.A. |  | 173 | 18 |
| **Despesas** |  | **290.784** | **229.486** |
| **Energia Comprada para Revenda** |  | **232.160** | **183.348** |
| Corumbá Concessões S.A. | **h** | 190.399 | 145.066 |
| Energética Corumbá III S.A. | **h** | 41.761 | 38.282 |
| **Provisão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa** |  | **58.624** | **46.138** |
| Governo do Distrito Federal | **i** | 58.624 | 46.138 |

**a)** Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestado ao Governo do Distrito Federal – GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo Órgão Regulador para a classe Poder Público. Pelos serviços de obras e manutenção da rede de iluminação pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF;

**b)** A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., com prazos de vigência até 7 de julho de 2045, conforme prorrogação da concessão da CEB D;

**c)** A Contribuição de Iluminação Pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar n° 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e é devida ao Governo do Distrito Federal – GDF, a partir de sua arrecadação;

**d)** Trata-se de dividendos a pagar ao acionista, conforme definido na Assembleia Geral Ordinária nº 51, de 30 de Abril de 2013;

**e)** A CEB Lajeado S.A. possui obrigação contratual com o pagamento mensal de arrendamento para que a Investco S.A. efetue suas obrigações;

**f)** As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

**g)** Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) e do fornecimento de energia elétrica ao Governo do Distrito Federal – GDF. O serviço de fornecimento é cobrado de acordo com a tarifa homologada pela ANEEL. Para os serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública, os valores são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF;

**h)** A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., com prazos de vigência até 7 de julho de 2045, conforme prorrogação da concessão; e

**i)** Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, de créditos vencidos há mais de 360 dias, cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D.

* + 1. **Operações com a FACEB**

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB. Vide detalhes das transações na Nota Explicativa nº 25.

* 1. **Acordo de Cooperação Técnica**

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378, autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal – GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o *Data Center* da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos recíprocos.

### SEGUROS (Não Auditado)

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da CEB D incluía danos materiais, não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, componentes do ativo imobilizado, estão cobertos, até 30 de dezembro de 2017, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos. O custo do prêmio foi de R$ 1.900 e a importância segurada é de R$ 175.000.

Os bens das Usinas Hidrelétricas Luís Eduardo Magalhães (CEB Lajeado S.A.), Queimado (CEB Participações S.A.), Corumbá III (Energética Corumbá III S.A.) e Corumbá IV (Corumbá Concessões S.A.), também estão devidamente segurados.

### CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAS



**Brasília, 27 de março de 2017.**

|  |  |
| --- | --- |
| **ARI JOAQUIM DA SILVA** | **PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO** |
| **Diretor-Presidente** | **Diretor Técnico** |

|  |  |
| --- | --- |
| **LENER SILVA JAYME** | **FERNANDO OLIVEIRA FONSECA** |
| **Diretor de Planejamento Estratégico** | **Diretor Administrativo-Financeiro e de**  **Relações com Investidores** |

**THIAGO CAVALCANTE SANTOS**

**Contador**

**CRC – DF 022977/0**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | | RESOLUÇÃO DE DIRETORIA Nº 019, DE 20.03.2017 | |
|  | | | |
| REFERÊNCIA:  34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  RELATOR: Fernando Oliveira Fonseca, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores | | | |
| INTERESSADO: | Companhia Energética de Brasília - CEB | | |
| ASSUNTO: | Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. | | |
| RESOLUÇÃO: | A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, **RESOLVE** autorizar a emissão e divulgação do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como submetê-los à apreciação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, com vistas à posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, na forma prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. | | |
| ARI JOAQUIM DA SILVA Diretor-Presidente | | | FERNANDO OLIVEIRA FONSECA  Diretor Administrativo-Financeiro  e de Relações com Investidores |
| LENER SILVA JAYME Diretor de Planejamento Estratégico | | | PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO Diretor Técnico |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | | DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB | |
|  | | | | |
| 555ª REUNIÃO ORDINÁRIA | | | | REALIZADA EM 27.03.2017 |
| INTERESSADO: | Companhia Energética de Brasília - CEB | | | |
| ASSUNTO : | Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2016. | | | |
| DECISÃO : | O Conselho de Administração da Companhia Energética de Brasília - CEB, com amparo na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no Estatuto Social da Companhia, art. 20, inciso I, examinou o Relatório da Administração da Empresa e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhados das notas explicativas e da proposta de destinação do resultado do exercício; e tomou conhecimento do relatório da BDO Auditores Independentes, emitido sem ressalvas. O Conselho de Administração manifestou-se, por maioria, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, à exceção dos Conselheiros Marcello Joaquim Pacheco e Rafael Guaragna Souza, que apresentaram voto conjunto e apartado, e do Conselheiro Ari Joaquim da Silva que não exerceu o direito de voto, e DECIDIU submetê-las à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia. | | | |

|  |  |
| --- | --- |
| FRANCISCO AURÉLIO SAMPAIO SANTIAGO | ARI JOAQUIM DA SILVA |

|  |  |
| --- | --- |
| EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA | ENÉAS FERNANDES DE AGUIAR |

|  |  |
| --- | --- |
| JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA | MARCELLO JOAQUIM PACHECO |

|  |  |
| --- | --- |
| RAFAEL GUARAGNA SOUZA | RICARDO BERNARDO DA SILVA |

|  |
| --- |
| SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM |

|  |  |
| --- | --- |
|  | Companhia Energética de Brasília - CEB  Conselho Fiscal |

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Companhia Energética de Brasília - CEB, no âmbito das suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração referente ao exercício de 2016, e examinou o Balanço Patrimonial Individual e Consolidado da Companhia Energética de Brasília - CEB, levantados em 31 de dezembro de 2016, as respectivas Demonstrações de Resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. As peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, todas elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, instruções da CVM, normas reguladoras do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB). O Colegiado tomou conhecimento do parecer da BDO Auditores Independentes, emitido sem ressalvas.

Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por maioria, à exceção dos Conselheiros Luis Antonio Esteves Noel e Oldair Geraldo Gomes, que apresentaram votos apartados, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da Companhia Energética de Brasília - CEB.

Em cumprimento ao disposto na Resolução nº 38/1990-TCDF, o Conselho Fiscal verificou não existirem nos registros contábeis da Companhia, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da empresa, até a presente data.

Brasília, 27 de março de 2017.

DELMAR CARNEIRO DE AGUIAR

|  |  |
| --- | --- |
| CARLOS EDUARDO DE FREITAS | JOSÉ AFONSO ZERBINI |

|  |  |
| --- | --- |
| LUIS ANTONIO ESTEVES NOEL | OLDAIR GERALDO GOMES |

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética de Brasília - CEB

Brasília - DF

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia Energética de Brasília - CEB ("Companhia“), identificadas como Controladora e Consolidada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Energética de Brasília - CEB em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza relevante quanto à continuidade operacional**

Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta histórico de deficiência de capital de giro e alto índice de endividamento. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam possível a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 2 i). As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

**Ênfase**

Chamamos a atenção para o fato descrito na nota explicativa n°20 a), que indica que a Controlada direta CEB Distribuição S.A., possui registrado no passivo não circulante o montante de R$ 140.322 mil, referente aos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O assunto encontra-se em discussão entre a Distribuidora e o Órgão Regulador e apesar da Administração defender que o direito ao ressarcimento alcançou a decadência legal, a ANEEL, para concluir quanto à exigibilidade ou não do referido montante, solicitou instrução de processo específico para apurar a conduta da CEB Distribuição S.A.. Até o encerramento de nossos exames o tema não havia sido concluído em todas as instâncias da ANEEL. A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF encaminhou o processo à Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE e à Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD, a fim de se manifestarem quanto aos argumentos da CEB. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Reconhecimento de receita e ambiente de tecnologia da informação**

Conforme nota explicativa n° 2.23.2, as receitas da controlada direta CEB Distribuição são oriundas do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas ao serviço, sendo reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao consumidor por meio do fornecimento de energia elétrica. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações contábeis, o que de forma inerente adiciona componentes de risco de fraude. Observa-se ainda, que as transações de fornecimento de energia elétrica são processadas substancialmente por meio de rotinas e controles automatizados. Tendo em vista o risco de fraude sobre o processo de reconhecimento da receita e a elevada dependência sistêmica e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita das contas a receber, o ambiente de tecnologia, incluindo o sistema de informação, assim como os controles sobre o acesso e gerenciamento de mudanças nos seus sistemas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

**Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização de testes por meio de amostragem e com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, para avaliar o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave sobre mudanças, alterações e acessos apropriados aos sistemas de operações de fornecimento de energia elétrica. Analisamos ainda, também com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, a interface e a integridade das informações entre os principais sistemas utilizados para o registro da receita de fornecimento de energia elétrica e a respectiva geração das informações financeiras.

Para as transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia, analisamos a conciliação da receita com os saldos contábeis. Nossos procedimentos incluíram ainda a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas pela Companhia durante o exercício com a finalidade de avaliar o reconhecimento da receita, além da análise da liquidação subsequente do saldo das contas a receber em aberto na data base da auditoria.

Realizamos procedimentos analíticos sobre a receita do ano, comparando os montantes reconhecidos com as informações de consumo de energia e a quantidade de unidades consumidoras da Companhia durante o exercício, bem como analisamos se o crescimento da receita, está de acordo com os reajustes tarifários aprovados pelo Órgão Regulador.

Realizamos testes para obtermos segurança razoável sobre o “corte” de receita da Companhia realizado no final do exercício, que reconhece nos registros contábeis, medições ainda não faturadas em função do período de leitura dos medidores dos consumidores da Companhia. Avaliamos também a adequada divulgação em notas explicativas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Realizamos procedimentos analíticos sobre a receita do ano, comparando os montantes reconhecidos com as informações de consumo de energia e a quantidade de unidades consumidoras da Companhia durante o exercício, bem como analisamos se o crescimento da receita, está de acordo com os reajustes tarifários aprovados pelo Órgão Regulador.

**Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa**

Conforme nota explicativa n° 2.71, a controlada direta CEB Distribuição possui uma estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa que envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas levando em consideração as normas regulamentares estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e são fundamentadas de acordo com política interna da Companhia.

**Resposta da auditoria ao assunto**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da estimativa definida pela Administração para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de recalculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde totalizamos todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa (“efeito arrasto”). Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº2.7.1 às demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios**

Conforme nota explicativa n° 2.9, a controlada direta CEB Distribuição S.A., possui ativos e passivos setoriais nos montantes de R$392.433 mil e R$297.091 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016, decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, os quais serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário. Os saldos a serem recebidos ou devolvidos via tarifa quando da revisão tarifária anual são determinados com base em um volume significativo de critérios definidos pelo Regulador, com alto grau de complexidade e que podem sofrer alterações. O assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a complexidade de controle e, em alguns casos, na determinação do valor desses ativos e passivos, assim como quanto às incertezas inerentes à realização integral dos mesmos.

**Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos cálculos da determinação e atualização dos ativos e passivos setoriais contabilizados pela Companhia, a discussão sobre as premissas utilizadas pela Administração para seu reconhecimento e mensuração, o confronto com informações externas do mercado e estabelecidas pelo Regulador, assim como a análise das variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias anuais. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 2.9 às demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Avaliação de Impairment (Imobilizado e Intangível)**

A Companhia Conforme nota explicativa n° 2.5.3, a controlada direta CEB Distribuição S.A. possui a parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como ativo financeiro da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Os saldos compostos pelos direitos de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até o prazo final da concessão são reconhecidos como ativo intangível na Companhia. Em função desta orientação, existe o risco de que a bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível apresente distorções atribuídas a erros nas estimativas preparadas pela Companhia. Adicionalmente, observa-se que o ativo financeiro, que representa a indenização a ser paga pelo Poder Concedente ao final da concessão para o concessionário, por investimentos de bens não reversíveis e não amortizados, deve ser atualizado conforme orientações do Órgão Regulador. Devido a relevância, complexidade e julgamento envolvido que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

**Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à parcela dos investimentos realizados e o montante destes ativos que não serão amortizados até o final do prazo da concessão. Avaliamos se a parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) da Companhia está classificada como ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicional à utilização do serviço público, dentro do período da concessão estabelecido. Adicionalmente, avaliamos os critérios e metodologia de bifurcação do ativo da Companhia e analisamos os cálculos efetuados da atualização da base de remuneração associada aos ativos existentes em operação de acordo com o último ciclo tarifário da Companhia, em linha com o Manual de Procedimentos de Regulação Tarifária aprovado pela ANEEL, além de revisarmos a conciliação da base de remuneração regulatória (BRR) homologada pela ANEEL com respectivos saldos contábeis. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº2.5.3 às demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego**

Conforme nota explicativa n° 25, a controlada direta CEB Distribuição S.A. possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 – Benefício pós–emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos decorrente a benefícios pós-emprego, além do alto grau de julgamento associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desconto e inflação. Variações nestas premissas podem ter um impacto relevante sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.**Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, comparando as mesmas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas nos auxiliaram na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto. Relativamente aos ativos do Plano, nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de confirmação de existência e avaliação em conjunto com especialistas sobre a avaliação efetuada desses ativos. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 25 às demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Covenants – Contrato de Concessão**

Conforme nota explicativa n° 2.1.1, a controlada direta CEB Distribuição S.A. assinou em 09 de dezembro de 2015, novo contrato de Concessão que prevê cláusulas restritivas, a saber: i)cumprimento de limites anuais globais de Indicadores de Continuidade coletivos por 2 anos consecutivos ou no ano de 2020 e ii) condição de Sustentabilidade Econômica e Financeira, podendo acarretar a extinção da Concessão caso as cláusulas não sejam cumpridas.

**Resposta da auditoria ao assunto**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão dos indicadores de continuidade, bem como o confronto dos mesmos com o limite estabelecido no contrato de Concessão, revisão das condições econômica e financeira da Companhia, questionando as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais. Revisamos a adequada divulgação realizada na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações dos valores adicionados foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Reapresentação dos saldos comparativos**

Conforme mencionado na nota explicativa n° 3, em decorrência de erros de períodos anteriores as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
* Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
* Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 27 de março de 2017.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  | | --- | | **Logo BDO** | |  | | BDO RCS Auditores Independentes SSCRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF | |  | |  | | **Alfredo Ferreira Marques Filho** | | **Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S - DF** | |  |